

**COLEÇÃO HISTÓRIA DO PARANÁ**

textos introdutórios

# Paraná:

## Ocupação do Território, População e Migrações

SÉRGIO ODILON NADALIN



9 788567 310251

Este livro trata da ocupação e colonização na história do Brasil sob uma perspectiva regional, com a intenção de que se configure numa introdução possível à História do Paraná. Seu autor pretendeu condensar uma explicação histórica cujo problema básico constituísse a articulação entre a *ocupação* do território, sua *colonização* e as *migrações*. E, ao se referir aos deslocamentos de população, procura evidenciar como esta história revela uma **h i s t ó r i a s o c i a l** comportamentos, padrões de relações sociais, momentos de crise, fenômenos culturais... enfim, apontar como o viés das **m i g r a ç õ e s p e r m i t e** compreender os fatos humanos. Porque resulta de uma releitura anotada, espera-se que as reflexões suscitadas conduzam o leitor a novas e velhas questões sobre a história do Brasil e a história regional.

Sobre o autor

**Sérgio Odilon Nadalin**

Professor no  
Departamento de História  
da Universidade Federal  
do Paraná;

Mestre em História do  
Brasil pela UFPR, Curitiba;

Doutor em História e  
Geografia das Populações  
pela *École des Hautes  
Études en Sciences  
Sociales*, Paris;

É autor dos livros  
"Imigrantes de origem  
germânica no Brasil" (Aos  
Quatro Ventos) e "A  
demografia numa  
perspectiva histórica"  
(ABEP).

SÉRGIO ODILON NADALIN

**Paraná:  
ocupação do território,  
população e migrações**

2ª edição eletrônica

Curitiba  
2017

Sociedade de Amigos do Museu Paranaense

# Créditos



Apoio

---

## **Governador do Paraná**

Beto Richa

## **Secretário de Estado da Cultura**

João Luiz Fiani

## **Diretora-Geral da SEEC**

Jader Alves

## **Coordenador do Sistema**

**Estadual de Museus e**

## **Diretor do Museu Paranaense**

Renato Augusto Carneiro Junior

## **Editoração e preparação e-book**

Roberto Guiraud – Designer

## **Sociedade de Amigos do**

**Museu Paranaense – SAMP**

Marionilde Dias Brephol de Magalhães

Presidente



**Este livro foi reeditado com recursos do CNPq e Fundação Araucária.**

## Apresentação da Coleção

O presente exemplar integra uma coleção de 5 livros que foi originalmente publicada em 2001 pela Secretaria de Educação do Estado do Paraná, intitulada Coleção História do Paraná. O objetivo era propiciar aos educadores o acesso a conhecimentos e interpretações da História Regional, abordando diversos aspectos que conferiram identidade ao Estado.

Com o tempo, constatou-se que outros leitores se interessavam pela coleção: além dos professores, pesquisadores e estudantes, profissionais das mais diversas áreas procuravam obter os livros para saber mais sobre o Paraná; sua formação econômica, a população que ocupou o território, sua cultura, sua contribuição política à nação brasileira.

Esta foi a motivação que levou o Museu Paranaense, sempre dedicado à difusão da História sob uma perspectiva científica, a lançar uma segunda edição do material, que ora é denominada Coleção Paraná- Textos introdutórios.

A coleção é composta pelos seguintes títulos:

**Paraná: Ocupação do Território, população e migrações,**  
por Sergio Odilon Nadalin;

**Vida material, vida econômica,**  
por Carlos Roberto Antunes dos Santos;

**Cultura e educação no Paraná,**  
por Etelvina Maria de Castro Trindade e Maria Luiza Andrezza;

**Paraná: política e governo,**  
por Marion Brepohl;

**Urbanização e Industrialização do Paraná,**  
por Dennison de Oliveira.

O leitor que apreciar estes conteúdos poderá conhecer não apenas os fatos e as conjunturas que revelam a trajetória social desta região, mas também familiarizar-se com uma rica bibliografia acadêmica que orientou a escrita de seus autores, todos eles, professores da Universidade Federal do Paraná.

Entretanto, longe de ser uma resposta definitiva, estes estudos ampliam as questões e os debates em torno do tema, procurando despertar a curiosidade intelectual de todos relativamente aos personagens, experiências, instituições e movimentos sociais que configuram a singularidade de nosso estado.

Que a presente coleção, ao sugerir fontes e métodos de estudos, estimulem trabalhos outros que venham a enriquecer a história como instrumento de conhecimento, de educação, de ensino.

## **Agradecimentos**

Agradecemos à Sociedade de Amigos do Museu Paranaense, à Fundação Araucária e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, pelos recursos destinados a esta publicação, a partir, respectivamente, da Lei Rouanet, do Ministério da Cultura do Governo Federal e do Programa Núcleo de Excelência - PRONEX, da Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado do Paraná em parceria com o Ministério de Ciência e Tecnologia do Governo Federal.

### **Coleção Histórias do Paraná**

**Marion Brepohl de Magalhães**

Presidente da SAMP

**Renato Carneiro Jr.**

Diretor do Museu Paranaense

**Pesquisa**

Giovana Paola Zanicotti

**Revisão bibliográfica**

Ligia Leindorf Bartz Kramer

**Editoração Eletrônica e Capa**

Amiraldo M. de Gusmão Jr.

Lilian Alcantara Soares

Depósito legal junto à Biblioteca Nacional,  
conforme Lei nº 10.994 de 14 de dezembro de 2004

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Bibliotecária responsável: Luzia G. Kintopp - CRB/9-1535  
Index Consultoria em Informação e Serviços Ltda.  
Curitiba - PR

N127

Nadalin, Sérgio Odilon

Paraná [recurso eletrônico] : ocupação do território,  
população e migração / Sérgio Odilon Nadalin. —  
Curitiba : SAMP, 2017.

Recurso on-line : PDF.

ISBN 978-85-67310-25-1

1. Paraná - História. 2. Paraná - Migração. 3. Paraná  
- Colonização. I. Título. II. Série.

CDD: 981.62

IMPRESSO NO BRASIL/PRINTED IN BRAZIL

## SUMÁRIO

<b>1 UMA HISTÓRIA DAS MIGRAÇÕES</b> .....	007
1.1 POR QUE OS HOMENS MIGRAM? .....	009
1.2 O DESENVOLVIMENTO DO TEMA .....	013
1.3 O TEMA E A ESTRUTURA DO LIVRO .....	015
1.4. PARA REMATAR UMA INTRODUÇÃO .....	018
<b>2 NAVEGAÇÕES, DESCOBRIMENTOS, COLONIZAÇÃO E MERCANTILISMO: AVENTURAS DOS PORTUGUESES E MAMELUCOS NO BRASIL MERIDIONAL</b> .....	023
2.1 POR QUE OS EUROPEUS? .....	023
2.2 OS PRIMEIROS IMIGRANTES NO BRASIL: “MARGINALIZADOS SOCIAIS” E, OU, “AVENTUREIROS”? .....	027
2.3 E A AVENTURA PORTUGUESA TOMA VULTO NAS COSTAS DA AMÉRICA DO SUL .....	036
2.4 A COLONIZAÇÃO E POVOAMENTO DOS “CAMPOS DE CURITIBA” E DAS “GERAIS”; SÉCULOS XVII E XVIII .....	042
<b>3 POR UMA ÉTICA DO TRABALHO. COLONIZAÇÃO, IMPERIALISMO E LIBERALISMO. A PROPOSTA DE UMA IMIGRAÇÃO DE COLONOS BRANCOS, “MORIGERADOS E LABORIOSOS”</b> .....	053
3.1 A DECADÊNCIA DO COLONIALISMO MERCANTILISTA .....	054
3.2 AS MIGRAÇÕES EUROPÉIAS NO SÉCULO XIX .....	061



3.3	IMIGRANTES PARA CONSTRUIR UMA NOVA NAÇÃO ....	065
3.4	POLÍTICA IMIGRATÓRIA PARA SUBSTITUIR O BRAÇO ES CRAVO .....	069
3.5	E AS MIGRAÇÕES INTERNAS TORNAM-SE MAIS IMPORTANTES DO QUE A IMIGRAÇÃO DE ESTRANGEIROS .....	079
4	CONCLUSÕES:	
	AVENTURA X TRABALHO; LITORAL X SERTÃO; RURAL X URBANO .....	090
	BIBLIOGRAFIA COMENTADA .....	095
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	104

## 1 UMA HISTÓRIA DAS MIGRAÇÕES?

O tema principal deste livro, ocupação e colonização na história do Brasil, não é original. Para se dar conta disto, basta examinar a historiografia, tanto regional como nacional. Referenciei na listagem bibliográfica, por exemplo, os trabalhos de MARTIUS,<sup>1</sup> João RIBEIRO<sup>2</sup> e outros. No que concerne de forma mais específica à história do Brasil Meridional e à história do Paraná, eu me apoiei nas informações de Romário MARTINS<sup>3</sup> e no 1º volume da “coleção” História do Paraná, cujos autores foram Altiva Pilatti BALHANA, Brasil Pinheiro MACHADO e Cecília Maria WESTPHALEN.<sup>4</sup> No fundo, segui a receita detalhada no clássico artigo “Esboço de uma sinopse da história regional do Paraná”<sup>5</sup> e, de maneira bem mais explícita, ensaiei repetir a tipologia proposta por Sérgio Buarque de HOLANDA.<sup>6</sup> Finalmente, utilizei exaustivamente um excelente instrumento didático e de pesquisa, o *Atlas Histórico do Paraná*, de Jayme Antonio CARDOSO.<sup>7</sup>

Com que objetivo? *Revisitar* o conteúdo tratado por esses e outros com a finalidade de condensar uma história do Paraná que tivesse como problema básico a articulação entre a *ocupação* do território, a *colonização* e as *migrações*. Relação evidente, diria o leitor. Mas, quero crer, não objetivada de forma suficiente, apesar das diretrizes de há muito já propostas por Brasil Pinheiro MACHADO, no artigo já mencionado.<sup>8</sup> Ainda mais porque os seus argumentos podem ter como suporte teórico a possibilidade de uma “*história de deslocamentos populacionais*”. Dessa forma, além de um livro temático, a minha pretensão é de que o texto possa constituir-se numa introdução possível à História do Paraná. No principal porque – não só revisita – trata-se de uma releitura anotada, e as reflexões resultantes, assim espero, poderiam conduzir o leitor a novas e velhas questões sobre a história do Brasil e sobre a história regional. Tendo em

<sup>1</sup> 1841:149-157.

<sup>2</sup> 1914.

<sup>3</sup> s/d e 1941.

<sup>4</sup> 1969.

<sup>5</sup> MACHADO, 1951. Republicado como “documento” na Revista *História: Questões & Debates*, 8(14/15).

<sup>6</sup> 1963.

<sup>7</sup> Com texto explicativo de Cecília Maria Westphalen. CARDOSO & WESTPHALEN, [1981].

<sup>8</sup> 1951 e 1987.

mente esta intenção, quero afirmar, desde logo, que não tenho receio das notas de rodapé.<sup>9</sup> Com a devida vênia, pretendo mesmo abusar delas, usando-as para observações que considero necessárias, chamar a atenção para certos textos e documentos sobre o assunto em pauta e, anotando devidamente, colocar alguns problemas que mereceriam uma reflexão ou pesquisa paralela do leitor.

Assim, se o tema não é propriamente original, a minha contribuição seria a de refletir sobre um assunto que tem como denominador comum a formação histórica dessas *comunidades*<sup>10</sup> que, ao se integrarem, constituíram a sociedade paranaense que conhecemos. Refiro-me ao Paraná meridional da criação de gado, das invernadas, do tropeirismo, do mate e da madeira. Ao Paraná organizado em torno da cultura do café e, finalmente, ao Paraná do Oeste e Sudoeste, da pequena propriedade, da suinocultura e cultura de cereais.

Evidentemente, um dos alicerces do meu trabalho será fundamentado pelo fato conhecido de que a História constitui a "versão" *diacrônica*, e sobretudo "datada", imersa no tempo, dos fenômenos sociais. Portanto, independente da definição teórico-metodológica de uma História Social, toda a história é "social", por definição. Parodiando Marc BLOCH, uma história das migrações só terá sentido se, a partir dos deslocamentos populacionais, pudermos apreender os homens. Para isso, o historiador deverá munir-se do seus aparatos metodológicos, assemelhando-se ao "monstro da lenda. Onde farejar carne humana é que está a sua caça".<sup>11</sup>

Em outros termos, uma história de migrações, de deslocamentos de população, revela comportamentos, padrões de relações sociais, momentos de crise... Traduz fenômenos culturais e, nesses e outros aspectos, as migrações permitem-nos compreender os fatos humanos – entre outros, políticos, religiosos e econômicos.

---

<sup>9</sup> Estou aqui respondendo à provocação de um artigo publicado há algum tempo na Folha de S. Paulo, intitulado "Quem tem medo de rodapé?" [4:9, 26.07.1997].

<sup>10</sup> Esse conceito é utilizado, neste livro, tal como foi utilizado por Brasil Pinheiro MACHADO em seus diversos escritos, e de acordo com a contribuição de TÖNNIES, no início do século.

<sup>11</sup> BLOCH, Marc. *Introdução à história*. [Lisboa:] Europa-América, 1965.

1.1 POR QUE OS HOMENS MIGRAM?<sup>12</sup>

Para nós, as migrações estão, em geral, ligadas a fatos criados pela *mídia*. Todo o dia ouvimos e lemos a respeito da miséria e da violência nas grandes cidades e os problemas no campo. Engajados na preocupação em compreender a associação destes fenômenos, geógrafos, sociólogos e demógrafos, em especial, têm se debruçado na pesquisa, publicação e defesa de teses a respeito.<sup>13</sup> Aprofundamo-nos um pouco no tempo quando estudamos, antropológica e sociologicamente, os nordestinos em Brasília ou São Paulo, ou os “gaúchos” no sudoeste do Paraná. No máximo, nesse viés, chegamos a 1940, ano em que começam os bons censos no país, *datação* para quem quer fazer análises demográficas com base em informações confiáveis sobre a população brasileira.

Do Sudeste para o Sul, sobretudo, também associamos ao tema a imigração de estrangeiros, tal a influência cultural e populacional desses elementos nestas regiões. Costumamos mesmo distinguir *migração* (interna) da *imigração* (internacional), como se este fosse um critério básico na classificação dos deslocamentos populacionais. Esquecemo-nos, assim, que as migrações são fenômenos sociais – e, por que não? – *eminentemente históricos*. Esquecemo-nos, também, que o ato de migrar está associado ao nosso cotidiano, à procura de algo melhor, sempre mais adiante.

Pensando nos largos traços que caracterizam nossa história do Brasil nestes últimos 500 anos, este “algo melhor” esteve associado à busca de riquezas, metais e pedras preciosas, e de índios para prear no sertão; à procura de pastos suficientes e superiores para engordar e ampliar a criação; à extração da borracha nos seringais da Amazônia; à busca de terras férteis e apropriadas para o plantio da cana-de-açúcar, do café e de outros produtos. De modo igual, para milhares de homens que foram os sujeitos de nossa história, à procura de um algo melhor associado à *posse*, reivindicação ou aquisição de terras – deslocamentos esses que, em última análise, construíram as nossas fronteiras e fizeram crescer nossas cidades. *Posse*, de maneira igual, de homens, escravos que “migravam” junto com seus senhores na conquista de uma região.

<sup>12</sup> Todo o livro, este item em particular, é tributário das idéias que basearam um texto “paradidático” elaborado anteriormente, em conjunto com Maria Luiza ANDREAZZA, intitulado “*Imigrantes no Brasil: colonos e povoadores*”, 2000.

<sup>13</sup> Ver, por exemplo, a Dissertação de Mestrado de Marisa Valle MAGALHÃES, 1996.

Enfim, ação de migrar articulado à cata da riqueza fácil, ou rápida; do triunfo, portanto, da busca da *aventura*; e, ou, à procura de uma “*dificuldade a vencer*”, ou seja, a procura da riqueza obtida pelo *trabalho*.<sup>14</sup>

O ato de migrar também se articula, muitas vezes, ao ato político e econômico do *domínio*, da *invasão*, por vezes da *conquista*; e, de modo igual, da *predagem*. Ou, à busca do risco, do perigo, do inusitado, em suma, do *conhecimento* – embora, nesses casos, talvez estejamos saindo da esfera da migração *stricto sensu*, para entrar simplesmente no ato dos deslocamentos humanos enquanto viagens, peregrinações, ou vagabundagem.<sup>15</sup> Nessa introdução à História do Paraná considera-se que os termos *ocupação* traduzem *povoamento*, e este implica uma forma de conquista do território. Um território que não era “virgem” e, ou, “vazio” do ponto de vista demográfico – outra questão que merece ser consagrada nestas primeiras linhas do texto. Na realidade, conquista, desbravamento, *pioneirismo* – e o conseqüente *heroísmo* de

<sup>14</sup> HOLANDA, 1963:19.

<sup>15</sup> Destaco o “sentido” tomado por indivíduos ou parcelas populacionais errantes. A dificuldade de determinar *tipologias migratórias* é que se, de um lado e num sentido bem estrito, migrar implica a mudança da “residência”, na fronteira do fenômeno, podemos arrolar as mudanças temporárias de domicílio por variadas razões, os fenômenos de transumância principalmente entre os pastores e, enfim, o *nomadismo* que se traduz na própria migração do domicílio quando as pessoas mudam de um bairro a outro dentro de uma cidade. Em relação à complexidade do fenômeno e uma maneira de solucioná-lo com a proposta de uma classificação relativamente simples, ver os capítulos englobados como *Movimento de populações*, BEAUJEU-GARNIER, 1971. Grifo um trecho da introdução desta parte do livro: “Consideraremos em primeiro lugar a migração de grande distância ou internacional, em segundo os movimentos em escala menor, dentro dos países individualmente considerados e, em terceiro, as migrações oscilatórias que abrangem todos os movimentos nos quais o migrante não abandona o lugar de residência, a ele retornando periodicamente” (*ibid.*, 200).

De qualquer forma, saliento a dificuldade de qualquer classificação, no limite de uma perspectiva histórica, *quando cada migração adquire uma especificidade única e original*. É necessário ainda grifar que, quanto mais nos transportamos para o passado, mais o conceito tradicionalmente entendido como *migração* torna-se *anacrônico*. Assim é que, num sentido muito lato, os deslocamentos de homens e mulheres durante a Idade Moderna *podem* ser incluídos no fenômeno; entretanto, estes deslocamentos, sabemos, têm um sentido muito especial. Da mesma forma, o *tráfico de escravos* – em especial, pela importância social e demográfica – dos africanos. Porque, no final das contas, incluir os “*deslocamentos forçados*” de populações cativas como “migrações” é, no mínimo, extremamente injusto para com os objetos deste tráfico, porque tende a escamotear e a “dourar” o sofrimento coletivo de milhões de indivíduos que alimentaram tal comércio na Idade Moderna e início do Idade Contemporânea, no Ocidente.

certos personagens de nossa história – que tem muito mais a ver com a *colonização* e com a história que justifica e legitima esse processo.<sup>16</sup>

A colonização fazia-se por meio de migrações – e elas teriam sido “espontâneas”, “dirigidas” e, ou, “planejadas”. Em última instância, sob o olhar interesseiro da metrópole portuguesa e, mais tarde, do novo Estado brasileiro. Nunca é demais frisar, em detrimento dos antigos habitantes da região e seus descendentes. \*

Nessa mesma linha, os termos *migração* e *migrações* referem-se igualmente ao processo de conquista e ocupação/povoamento do território por uma determinada população “branca”,<sup>17</sup> isto é, constituída no âmbito de uma civilização colonial, luso-brasileira.

Colonização que significou, no seu desfecho, a posse de um território pela delimitação das fronteiras do império português e do Brasil. Ou seja, ocupação que se revelou em anos de rivalidades, tendo em vista as ambições metropolitanas espanholas e, depois, os interesses dos novos Estados que se formaram no processo de *independização* no século XIX.

De maneira que, incluída nesse processo mais amplo, a história do Paraná, em particular, não pode ser construída sem uma certa visão do ambiente demarcado pela história do Brasil Meridional; e, numa perspectiva mais dilatada, do *cone-sul* americano.

O leitor certamente notará que o texto deste livro foi tratado de maneira a mostrar as possíveis articulações de nossa história com a “história moderna e contemporânea” do Mundo Ocidental. Tal preocupação levou-me a freqüentes analogias e, de certa forma, à ampliação do cenário em que nossos atores se moviam. Daí porque insisto na demarcação de um dos eixos deste trabalho, que se refere à história da formação dos impérios, da colonização e das colonizações no Ocidente, bem como a marca dessa história na historiografia.

Finalmente, gostaria de ressaltar que, no processo dos deslocamentos populacionais, muitas vezes os homens espalharam a miséria, a morte, a doença e o ódio. Mas, também, plantaram cidades e verdadeiros “sistemas

<sup>16</sup> Sobre a história que justifica e legitima, ver FERRO, Marc, 1989.

<sup>17</sup> O grifo refere-se ao fato de que a “cor da pele”, na sociedade colonial brasileira, articulava a ampla gama de seqüelas de uma condição social com questões étnicas e, mesmo, de “raça”.

de civilização".<sup>18</sup> Construíram impérios, ou se viram esmagados por eles. Para tudo isso, utilizaram-se de vários "instrumentos", dentre os quais a bravura, o desprendimento, a violência, a covardia e a traição.

A história mais ampla da ocupação do homem no continente americano é a demonstração viva do que estou querendo dizer. O povoamento deste vasto território resultou de um processo de migrações sucessivas de grupos originários da Ásia e da Oceania. Isso significa que, apesar das discussões entre os especialistas a respeito das diversas origens possíveis dos grupos populacionais do continente, o consenso é de que não existe um homem americano autóctone. Dito de outra maneira, **o povoamento do continente foi totalmente realizado por imigrantes.**

Durante o longo período que se estendeu entre as primeiras migrações e mais ou menos o ano de 5.000 a.C., as terras americanas estavam habitadas por caçadores e coletores de alimentos. Seus constantes deslocamentos propiciaram sua dispersão pelo continente. Aos poucos, alguns desses grupos fixaram-se em função do cultivo de alguns tubérculos e, mais tarde, do milho. Nesses lugares plantaram ainda a batata, o amendoim, a mandioca e o fumo. Esse processo de sedentarização, que ocorreu desde os grandes lagos norte-americanos até o Chile e Brasil, favoreceu o gradativo surgimento de sociedades dotadas de estruturas político-religiosas bastante complexas. Iniciou-se por volta de 1.000 a.C., notadamente em certos pontos localizados no México, na América Central e na Cordilheira dos Andes.

A ocupação do continente foi consequência, portanto, de processos de povoamento, aqui mais rarefeito, ali um pouco ou mais denso. As sociedades sedentárias, com maior complexidade cultural, tenderam a fixar-se nos altiplanos, com base na prática da agricultura. Nos vales e nas planícies movimentavam-se os caçadores e coletores, nômades e seminômades. Diversas vagas migrantes sobrepunham-se, e, tendo em vista uma característica que muitas vezes acompanha o processo, os deslocamentos populacionais articulavam-se à necessidade de ampliação dos territórios sob a soberania<sup>9</sup> ou o controle econômico de um povo. Nesses casos, levadas migratórias servem de pretexto à posse de uma

---

<sup>18</sup> Não tenho nenhuma intenção de entrar numa querela conceitual a propósito do termo "civilização". Reporto-me, simplesmente, ao título de um livro, já antigo [MOTTA, Alves Sobrinho. *A civilização do café* (1820-1920). (s/local):Brasiliense, (s/data)], que permite supor a relação entre um sistema econômico, social, político, enfim, cultural, e a *caféicultura*.

determinada área – *colônias* e *protetorados* (como os europeus começaram a denominar suas conquistas nas diversas fases do “imperialismo” moderno e contemporâneo) – e à dominação de outros grupos humanos. É preciso aduzir que a maior parte dessas migrações de ocupação foi historicamente decorrente de algum tipo de superioridade do *colonizador*.

## 1.2 O DESENVOLVIMENTO DO TEMA

Originada da tradição historiográfica que periodizava uma “pré-história” fundada na ausência de documentos escritos, tradição essa não sem vínculos com uma visão *eurocêntrica*<sup>19</sup> da história, a historiografia tem tratado do “Paraná” e do Brasil a partir do momento em que a região adquire, digamos, “expressão histórica”. Esta acentuação foi assinalada pelo “*Descobrimento*”, e a partir do reconhecimento e exploração do território pelos conquistadores, que o faziam em nome dos interesses europeus: dos monarcas, da Igreja e dos comerciantes.

O fato torna-se ainda mais relevante porque o indígena, que já se deslocava pelos campos e matas da região, não tinha como característica uma cultura, por assim dizer, “significativa”, tal como os *Incas* do Peru – só para citar um exemplo mais conhecido e próximo de nós. Menos ainda, não eram detentores de riqueza dignos de serem consideradas pelos portugueses e espanhóis, salvo sua própria força de trabalho que, como sabemos, foi aproveitada e “consumida” até quase sua extinção pelo colonizador.<sup>20</sup>

Embora não tenha tal intenção, é possível que o título deste livro e sua problemática deixem implícitos esses preconceitos. Com efeito, na

<sup>19</sup> Ou, *eurocêntrica*, *europocêntrica*. Tendência em centralizar uma perspectiva história “universal” na Europa. Retomo a indicação do livro de Marc FERRO (1989) para o aprofundamento da questão.

<sup>20</sup> É interessante anotar que, “oficialmente”, nosso indígena nunca foi escravizado. Era um “administrado”, eufemismo utilizado para designar o indígena cativo que, aos milhares, serviu de mão-de-obra farta e barata, sobretudo aqui no sul, nas próprias entradas e bandeiras, na mineração, e no criatório. Quase paradoxalmente, sempre foi visto como inocente, tutelado, “selvagem”, indolente. E a história que construímos ficou marcada por essas distorções. – “O reconhecimento da liberdade civil dos índios – mesmo quando se tratasse simplesmente de uma liberdade ‘tutelada’ ou ‘protegida’, segundo a sutil discriminação dos juristas – temia a distanciar-lo do estigma social ligado à escravidão” [HOLANDA, 1963:35].



medida em que o tema fixa-se na época “pós-cabralina” da História do Brasil, seu conteúdo parece reforçar essa memória historiográfica. Apesar dos riscos, deverei manter essa perspectiva, por uma questão muito simples. Não é meu objetivo tratar das migrações aborígenes, das teorias concernentes relativa ao processo de ocupação mais antiga do território que viria um dia denominar-se “Paraná”. Muito menos, discutir e analisar a questão do nomadismo característico da cultura indígena, sem dúvida também uma forma de migração. Porque, de um lado, não terei espaço para tratar dessa questão de maneira conveniente, decente e aprofundada; de outro, e principalmente, tal tema não faz parte da problemática deste trabalho, uma vez que pretendo sempre reforçar o caráter dúbio das migrações de alguma forma engendradas nos quadros do mundo ocidental.

Também o título constitui uma escolha e, ao mantê-lo, deverei de modo igual cuidar para não assumir a linearidade implícita na historiografia tradicional. Ao mesmo tempo, ter consciência de que o tema trata de uma visão impregnada de eurocentrismo. Em conseqüência, estas linhas introdutórias têm também como função alertar o leitor e chamar a sua atenção para manter a guarda, a partir de uma consciência crítica permanentemente exercitada.<sup>21</sup>

Não deverei tratar, em função dos objetivos deste livro, da rica história da experiência jesuítica espanhola na região.<sup>22</sup> Se a história das reduções aqui não cabe, por outro lado enfatizo o papel das bandeiras paulistas para a exploração e conhecimento da região. Sobretudo porque, depois delas, no século XVIII vieram as entradas oficiais que, pouco a pouco, prepararam a penetração no território da população irradiada dos campos curitubanos. Desse processo migratório surgiria a primeira comunidade paranaense. O tema do livro tem, portanto, continuidade na

---

<sup>21</sup> Deve ficar claro igualmente que este livro não tem como objetivo retomar as distorções – para assim, tentar “corrigi-las” – de uma historiografia constituída a partir do século XIX, no contexto da formação do Estado-nação brasileiro e sob a inspiração de uma elite que pretendia construir um futuro sem as máculas de um passado escravista, que deveria ser esquecido. Fique claro ao leitor, portanto, que este trabalho não se pretende revisionista, embora eu esteja ciente da necessidade da permanente revisão histórica e historiográfica. De maneira que ficarei satisfeito se, em alguns momentos, conseguir resolver ou, pelo menos, colocar alguns problemas concernentes, isto é, “tocar em algumas feridas”.

<sup>22</sup> Remeto o leitor ao livro de Carlos Roberto ANTUNES DOS SANTOS, desta Coleção, que trata do tema.

ênfase das duas outras histórias que desembocaram no Paraná Contemporâneo. Histórias de diferentes tipos de colonização. Histórias de processos de deslocamentos populacionais e de expansão diferenciados, de construções culturais singulares, de sociedades originais. Histórias, por conseguinte, que envolvem e explicam tensões, interesses e rivalidades políticas regionais e que, durante certo tempo, constituíram obstáculo à sua efetiva unidade.<sup>23</sup>

Refiro-me ao que a historiografia tem denominado de Paraná Meridional, “tradicional”, mais antigo; de forma igual, ao Paraná formado a partir do “Norte Velho” (na verdade, o Nordeste paranaense) – espriando-se para o “Norte Novo” e, ultrapassando os limites das terras roxas, atingindo, no Noroeste, os arenitos do Caiuá – o “Norte Novíssimo”. E, finalmente, ao Sudoeste e Oeste do Paraná, além dos limites do sul do Paraná, dito tradicional e definido historicamente pela ocupação dos campos de Palmas.

### 1.3 O TEMA E A ESTRUTURA DO LIVRO

O plano deste livro considera uma periodização cujas balizas estão bem demarcadas no *início* (1500) e no *fim* (a “comemoração” dos 500 anos). Entretanto, os limites definindo propriamente os dois grandes períodos que dividem estes cinco séculos de história estão antes assinalados por um grande abalo que sublinha a desestruturação do mundo colonial. Um mundo cujo contexto teve como mola-mestra o *Comércio* – com um formato todo particular – e uma vaga fundamentação política e econômica conhecida como *Mercantilismo*.<sup>24</sup>

Esse estremeamento na história do Paraná e do Brasil é situado, grosso modo, no século XIX. Um século que bem poderia começar em 1807 e que, de certa forma, não respeita 1900, avançando durante certo tempo no XX.

Num cenário pintado pela industrialização, o antigo colonialismo fundado no comércio e no mercantilismo tornara-se anacrônico. Depois de uma “breve” pausa (1789/1870),<sup>25</sup> o processo de “globalização” –

<sup>23</sup> As antigas reivindicações pela criação do estado do Parapanema, no norte do Paraná, e as pretensões ainda presentes da constituição do Estado do Iguazu são heranças dessa problemática.

<sup>24</sup> Sobre o tema do Mercantilismo, ver DEYON (1973).

<sup>25</sup> Mais ou menos da Revolução Francesa até a formação da unidade política alemã e italiana.

forçando uma expressão que hoje se tornou corrente –, voltou com mais força, tomando a forma do chamado Imperialismo. Completava-se, assim, a divisão do mundo em espaços e esferas de influência dominadas pelos europeus, agora secundados pelos norte-americanos e japoneses.

A Europa, que nos interessa em particular, estava, portanto, se renovando. Sincronicamente ao fenômeno da revolução industrial e da revolução agrícola nos países ocidentais – e às transformações tecnológicas, econômicas, e sociais articuladas a essas mudanças – evidenciava-se um fenômeno político e social decorrente do período revolucionário.

Nesse contexto iniciou-se o processo da *transição demográfica*,<sup>26</sup> combinado a profundas mudanças na sociedade européia e que, na sua fase inicial, causou um notável crescimento da população; no essencial, uma população ainda muito ligada ao campo. Tal crescimento, associado às alterações propiciadas pela industrialização, pelo desenvolvimento do capitalismo, por uma revolução nos transportes e, no campo, nas relações agrícolas, favorecia a idéia de migrar para as cidades ou, e, de “*fazer a América*”. Uma idéia de migrar que vingou, e que acabou por levar, no seu termo, à saída do continente de milhões de *emigrantes*, com uma parcela significativa dirigindo-se à América do Sul.

Naquele mundo cada vez mais – como foi mencionado – globalizado, os referidos estremecimentos atingiram, do lado de cá, o Brasil. É evidente, de uma forma muito característica. Quando as mudanças começaram na Europa, estávamos no auge do período colonial. Assim, eu diria que a grande fronteira temporal entre os dois períodos, demarcados para história da sociedade brasileira, define-se pelos concernentes acontecimentos e mudanças estruturais que ocorrem mormente no período 1850-1930.

Até a chegada da Corte em 1808, somente portugueses<sup>27</sup> eram autorizados a se fixarem na Colônia. A partir de então, e no quadro das mudanças mencionadas, foram plantadas as sementes de uma *política imigratória*. Mudava qualitativamente o fluxo imigratório no Brasil, propiciado por uma legislação específica promulgada pelo Príncipe Dom João. Já independente, no Brasil, a partir de 1850 e, principalmente, de 1870, a “qualidade” refere-se às grandes massas de populações que entram

<sup>26</sup> Passagem de um sistema demográfico de alta natalidade e alta mortalidade para um regime de baixa mortalidade e natalidade.

<sup>27</sup> Ai se incluem, naturalmente, os imigrantes açorianos.

em cada ano no país. Na conjuntura do início da segunda metade do século foi iniciado o que ficou generalizadamente conhecido como a **“Grande Imigração”**, período em que ingressaram, até 1939, cerca de 4,8 milhões de imigrantes.<sup>28</sup> Em consequência, devemos inserir na história dos deslocamentos populacionais no Brasil e no Paraná a chegada de imigrantes estrangeiros, em levas cuja origem seguia de forma aproximada a marcha da transição demográfica na Europa. Ou seja, da Europa Noroeste (escandinavos, ingleses e sobretudo “alemães”), para – quase abrindo-se como um leque – num lado a Europa do **“Meio-Dia”**<sup>29</sup> (italianos, espanhóis e portugueses, e depois gregos), e a Europa Central e Oriental, de outro (eslavos). Trata-se de uma história bastante cara à nossa historiografia e ao imaginário paranaense, em especial o curitibano.

Em função dessas mudanças, e da imigração, destacam-se os concernentes processos de **“enxamagem”**<sup>30</sup> e as histórias de urbanização mais especificamente ligadas a esse fenômeno. Mas não só, é evidente. Em princípio, no tema que está sendo tratado nesse livro caberiam as migrações que, na época contemporânea, são referidas pelos especialistas como **transferências populacionais** do campo para a cidade,<sup>31</sup> como deslocamentos de caráter **rural-rural** (semelhantes aos da referida “enxamagem”), e assim outros. Na medida em que isso for possível e pertinente, esses temas completarão o estudo principal das migrações que traduzem a aquisição e valorização político-econômica o território paranaense, **“pelo estender de uma posse contínua por quatro e meio séculos, e pelo contínuo adotar de uma cultura”**<sup>32</sup>

<sup>28</sup> NEIVA & CARNEIRO, 1950:60-1. Quadro republicado em NADALIN, 1980:301.

<sup>29</sup> Em francês, *Midi*; *Mezzogiorno* em italiano.

<sup>30</sup> A **“enxamagem dos pioneiros”**, termo que nos foi legado por Jean ROCHE ao tratar do processo de deslocamento dos descendentes dos alemães a partir dos núcleos de colonização implantados no Rio Grande do Sul [1969:319-401, v.1].

<sup>31</sup> Essas migrações do tipo **rural-urbano** estão ligadas em especial aos fenômenos relativamente contemporâneos de expulsão e atração de grupos camponeses do campo para a cidade. É evidente que a dicotomia “rural-urbano” que serve de pano-de-fundo para a discussão desses processos de deslocamentos populacionais constitui uma formulação moderna, relativa ao mundo dominado pelas sociedades de mercado e pela “urbanização” do mundo rural – ou seja, pela contínua expansão de um modo de vida urbano e pelo domínio das cidades sobre o campo.

<sup>32</sup> MACHADO, Brasil Pinheiro. Esboço de uma sinopse da história regional do Paraná. **História: Questões & Debates**, 8(14/15):177-205, jul-dez.1987, p.178 (grifado no original).

Esse “*adotar de uma cultura*” não podia deixar de abranger a realidade imposta pela escravidão. O tripé *latifúndio-patriarcalismo-escravismo* deixou traços igualmente profundos na sociedade paranaense; no entanto, algumas tradições historiográficas têm como referência uma sociedade “loura” no Paraná, constituindo um “Brasil diferente”,<sup>33</sup> e isso marcou posição numa parcela da intelectualidade paranaense.

A base dessas interpretações radica-se num fenômeno que também afeta a problemática deste livro. Refiro-me ao remanejamento da escravaria ocorrido no século XIX, também uma migração – evidentemente forçada –, e que leva grande parte dos remanescentes afro-brasileiros cativos para regiões onde seu trabalho era mais rentável do ponto de vista econômico. É claro que, ampliando ainda mais essa perspectiva, os carijós tangidos do litoral para São Paulo, e da mesma forma os guaranis dos planaltos ao ocidente da Serra do Mar, nos séculos XVI e XVII, também se incluíam no rótulo de migrações forçadas.

#### 1.4 PARA REMATAR UMA INTRODUÇÃO

Anunciei os objetivos e as questões que deverão estar presentes no texto do livro. Enfatizei a intenção de colorir um tanto criticamente alguns conceitos, como os de “colonização” e “povoamento”. Todavia, isso não significa objetivar a discussão desenvolvida por uma historiografia revisionista, que teria como uma das vertentes mais radicais a simples devolução do território aos indígenas. Porque, em suma, por felicidade ou infelicidade, não podemos corrigir os “erros” cometidos no passado, em função dos nossos problemas de consciência. Ainda mais porque, tendo a própria consciência coletiva uma história, poderemos aprender muito com ela.

Nem mesmo teremos condições, como pretendem alguns, de evitar erros no presente e no futuro com base nas “lições” da história. A história não é cíclica, como pretendiam os gregos. E aprendemos que ela não tem um “sentido”. Na verdade, o que a história tem mostrado é que o homem está condenado a repetir os seus “erros”. E, assim, se a história tem um

---

<sup>33</sup> Ver o exemplo flagrante de MARTINS:1955. Dadas a intensidade e recorrência em que se leu Auguste de Saint Hilaire, até que ponto não foi o naturalista francês o “grande culpado” dessas generalizações? Em 1820, ao passar pelo Paraná, deixou registrado no seu diário a descrição do “paranaense” como o mais *européen* dos brasileiros.

designio, se ela serve a algum objetivo, esse é, resumindo, o alargamento, o aprofundamento e o exercício de nossa consciência crítica, pela “correção” da memória coletiva. Pela compreensão e entendimento dos atos dos nossos antepassados. Dos nossos pais e avós. Dos nossos próprios, que também fazem parte da história. Afinal, dos atos de nossa própria “humanidade” – no seu duplo sentido; no que a qualifica e, contraditoriamente, no que tem de pior.

Este texto introdutório pode ser visto como o ensaio explicativo de um recorte temático, indicado pelos objetivos implícitos no título do livro. Assim, esta introdução poderia contribuir para uma discussão que completaria a finalidade certamente didática deste trabalho.

Como foi antes anotado, o leitor deve ficar alerta para o que significa referir-se ao “Paraná” antes do século XVIII ou XIX. A essa licença de expressão somam-se, também pelos motivos apontados, os séculos XVI e XVII do domínio espanhol e das andanças dos paulistas caçadores de riqueza no vasto território a oeste de Tordesilhas.

Como resultado, o que temos como história do Paraná é, primeiramente, uma realidade administrativa que, até o final do século XVIII, traduz-se na Capitania de São Paulo. Esta constituiu durante muito tempo, a partir do momento que “agregou” as capitanias de Santo Amaro e São Vicente – incluindo durante alguns anos a Capitania de Paranaguá – o extremo meridional da colônia portuguesa na América do Sul. Um extremo sem fronteiras bem delimitadas, mesmo sem fronteira nenhuma, pois Tordesilhas caducou logo pela falta absoluta da possibilidade de praticar o acordo assinado entre Portugal e Espanha;<sup>34</sup> mesmo porque, os concorrentes das potências ibéricas (franceses, holandeses, ingleses) não se sentiam concernidos pela divisão do mundo em duas partes.

De modo que, até pelo menos início do século XVIII, “*Paranaguá era então a Vila litorânea mais meridional do Brasil e Curitiba a mais meridional e ocidental do sertão brasileiro*”.<sup>35</sup> O território paulista e português era uma vasta área de ninguém, um “vazio demográfico” habitado por indígenas e que estavam sob os olhares dos espanhóis e portugueses, ansiosos por deitá-lhes as mãos para fazê-los trabalhar como cativos. Durante muito tempo, o “Paraná” teria sido o território espanhol dominado pelo caminho do

<sup>34</sup> Pelo que sei, somente em 1750, com a assinatura do Tratado de Madrid, Tordesilhas deixa de existir oficialmente.

<sup>35</sup> MARTINS, (s.d):16.

Peabiru<sup>36</sup> e seus diversos ramais, que serviram como via de acesso aos bandeirantes que exploraram a região, do litoral parnanguara até Guairá, e de São Vicente até o vale do rio Uruguai, bem mais ao Sul.

O plano do livro, de certa forma, consagra também o fato de que o “Paraná” – talvez melhor, Curitiba – até pelo menos o início do século XVIII, constituía-se de uma vasta região de campos que se estendem, pelo menos, dos “Gerais” até a Vila dos Prazeres das Lages. Mais junto ao mar, por causa de algumas particularidades geográficas, é pertinente se referir a um “litoral parnanguara” desde há muito tempo, apesar da costa portuguesa de São Vicente estender-se até Laguna, essa última muito problemática.

Assim, este livro foi organizado destacando, num capítulo, o Paraná mais “antigo”, “tradicional”, cuja história confunde-se com o início do povoamento que se verificou sob a égide do poder colonial português. Refiro-me ainda a um “momento” que alcança o final do século XVIII, momento dominado pela *“aventura”*, *“pelos gestos e façanhas audaciosos, galardoando bem os homens dos grandes rios”*.<sup>37</sup>

Portanto, este capítulo tenta compreender como se deu a ocupação da região meridional do Brasil por indivíduos que inicialmente percorreram o território para explorá-lo, buscar riquezas e prear índios. Primeiro, a partir da costa, traficando, procurando, caçando – enfim, mostrando o caminho – e estabelecendo os primeiros domicílios e povoados no litoral. Como não podia deixar de ser, povoados e domicílios cuja maior característica era talvez a instabilidade. Mais tarde, estendendo a exploração e o criatório pelos campos de Curitiba; nesse meio tempo, os bandeirantes paulistas desciam para a captura dos carijós e, mais tarde, encaminhavam-se para fazer guerra às reduções jesuíticas do Guairá. Com a destruição da região, volta novamente a esperança do ouro, até o momento em que o metal precioso é descoberto na região do Mato Grosso e Minas Gerais.

<sup>36</sup> Ou, *“O caminho cujo percurso se iniciou”*, utilizado pelos índios pré-colombianos e que fazia a ligação do interior do continente ao litoral. Entre outras, esta era a trilha que se tornou mais famosa, utilizada pelos espanhóis e depois pelos bandeirantes paulistas; era também denominado caminho de São Tomé. MAACK [1981:25] apresenta uma descrição detalhada do traçado, que vinha do litoral paulista perto de São Vicente e cujo caminho principal seguia sinuosamente para o oeste, até o Pacífico. Um encarte entre as páginas 34 e 35 nos traz o desenho, com base nas pesquisas do autor, do mapa com o itinerário do alemão Ulrich Schmidl, que teria percorrido esses caminhos entre 1552 e 1553, de Assunção a São Vicente. Ver também CARDOSO & WESTPHALEN, 1981:23-39.

<sup>37</sup> HOLANDA, 20.

De toda esta história, até o final do século XVII, resultou a ocupação do litoral e do primeiro planalto, com sociedades diferentemente especializadas mas complementares: lavoura (e comércio) em Paranaguá, criatório e invernadas nos campos de Curitiba e nos Campos Gerais. De tal forma tornou-se importante essa atividade da criação de gado, cavalos e muares, principalmente para atender à demanda crescente das Minas Gerais e em função da passagem estratégica da região do caminho do Viamão, que esta população estendeu-se cada vez mais ao oeste, até Guarapuava e depois Palmas. Mas, aqui, já adentramos francamente no século XIX, o que inicia o nosso segundo “momento”.

Esse processo histórico, fundado em tropelias de bandeirantes, na aventura da busca do ouro, no braço cativo indígena, numa certa complementaridade nos estímulos econômicos do litoral e do planalto e nas grandes distâncias a serem percorridas para chegar a São Paulo, tudo isto constituiu o ponto de partida da organização de uma sociedade original. Essa sociedade, identificada como uma “comunidade” paranaense, incorporou de maneira gradativa a região que, mais tarde, denominaríamos de “Norte Velho”. Portanto, o primeiro capítulo é constituído pela história da Região Meridional do Brasil desde o século XVI até o início do XIX, com o foco centrado no Paraná.

O último capítulo do livro refere-se ao Paraná “moderno” – talvez melhor, “contemporâneo”. O regime cativo definhava, como definhava a mentalidade mais “aventureira” do português e do luso-brasileiro. Embora o gosto pela aventura mantivesse os traços que caracterizam a sociedade brasileira, chegara o momento de parar para laborar. De se assentar. De constituir “família”. Finalmente, o Iluminismo começava a esclarecer as elites, convencendo-as de que havia uma dignidade no “trabalho”, desde que realizado por pessoas livres. Era, portanto, necessário acabar com a “mancha” da escravidão.

Por conseguinte, mudam os estímulos para as migrações, com a industrialização e as mudanças econômicas e sociais decorrentes. Uma nova mentalidade desenvolve-se nas elites brasileiras e paranaenses. O Paraná da industrialização, do desenvolvimento econômico, da imigração estrangeira e, principalmente, da integração das diversas “comunidades” paranaenses. Como que justificando essa dicotomia, a passagem do que é tradicional para o moderno, a fase intermediária, das “rupturas” e mudanças profundas – enfim, da desagregação das estruturas coloniais – integra-se a este terceiro capítulo.



Fica aqui, portanto, um alerta, que deverá servir ao próprio autor. É evidente que essa dicotomização constitui um perigo. É fácil, nesse esquema linear, construir uma história justificando o “progresso”; o “bom”, e desejável progresso. Uma história cujo fim, o “bom”, justifica os meios para anular o mau, o antigo, o atraso. Para marcar posição, vou justamente manter esses títulos, consagrados na nossa historiografia, porque, finalmente, isso me permitirá ter claro o caminho a ser trilhado e as armadilhas à beira do caminho.

Para terminar, não posso ir adiante sem me deter para alguns agradecimentos. Primeiramente, à classe de alunos que, em 1998, serviu de cobaia na leitura do “boneco” deste texto: André Luiz, Cláudia Maria, Denise, Diosmar José, Edeimar, Fabiano, Júlia Maria, Leonardo, Lorena, Lourival, Luciana, Maria Bethania, Maria Helena, Milton, Rodrigo, Sylvania e Verônica Leticia. A resposta dos estudantes sob a forma do seu aproveitamento; sua receptividade e gosto pelas discussões e um sempre desejável espírito crítico que gostamos de ver nos nossos discentes, tudo isto me ajudou sobremaneira na confecção desta versão final. Solicitei aos alunos que elaborassem, à guisa de avaliação, uma “conclusão” possível para este livro. O conteúdo parcial de um destes trabalhos está sendo incorporado no final, com o devido registro do crédito. Acho que, desta forma, retribuo a homenagem que me fizeram, ao se matricularem na minha disciplina.

Não posso deixar de mencionar, neste local apropriado aos agradecimentos, o nome de Dennison de Oliveira, meu colega no Departamento de História da Universidade Federal do Paraná, que se esmerou na função de coordenador da equipe que elaborou esta série de livros encomendados pela Secretaria de Estado da Educação do Paraná. Enfim, a esta Secretaria de Estado, que oportunizou materialmente a confecção do livro, também meu reconhecimento.

## 2 NAVEGAÇÕES, DESCOBRIMENTOS, COLONIZAÇÃO E MERCANTILISMO: AVENTURAS DOS PORTUGUESES E MAMELUCOS NO BRASIL MERIDIONAL

### RESUMO

Tendo como foco as migrações e os deslocamentos populacionais, articulado como processo à colonização, povoamento e conquista do mundo português na Idade Moderna (em especial o Brasil), este capítulo objetiva estudar a “aventura” dos portugueses e mamelucos no Brasil Meridional, em especial o território que viria a ser mais tarde o Paraná. Tratam-se deste modo como “aventureiros” os comerciantes e navegadores, seus patrocinadores, os corsários ingleses e franceses, como da mesma forma os bandeirantes predadores e garimpeiros à procura de ouro; e, inclusive – por que não? – os fazendeiros do gado e os tropeiros. De tal forma que poderíamos, até, rotular, a fase da “aventura” colonialista na América. Dessa atividade, desses audaciosos empreendimentos, preparam-se no sul a definição da fronteira e o efetivo povoamento da região; e, de acordo com alguns autores, uma primeira identidade paranaense.

### 2.1 POR QUE OS EUROPEUS?

As cartas *mundi* são construídas de maneira muito inteligente. Entre os diversos métodos utilizados para estender num planisfério a forma mais próxima do real do globo terrestre – denominada “*geóide*” –, salientam-se aqueles derivados da projeção realizada por MERCATOR (1549). Sem dúvida, o problema maior da cartografia é técnico, pois é impossível representar fielmente uma forma redonda sobre um plano. Mas, dada a aceitação generalizada do sistema idealizado pelo citado geógrafo flamengo, principalmente entre os navegadores marítimos e aéreos, a base do método (“*cilíndrico*”) continua a ser utilizada pela maioria dos cartógrafos.

Entretanto, o resultado, apesar de todas as suas vantagens, apresenta várias deformações no planisfério, pelos motivos óbvios. Assim, da maneira como é projetado, a Europa tende a revelar-se extremamente avantajada: em proporção, aparece muito maior do que todas as regiões

mais ao sul. Além disso, sua disposição produz a impressão de se constituir centro do mundo e, por consequência, dá-nos a idéia de que o todos os continentes giram em torno dela.

Pelo que lembro de minha própria experiência, a parte central da maioria dos mapas *mundi* também é ocupada pela área atlântica. Marcando a longitude 0°, o meridiano que centraliza essa disposição passa por *Greenwich*, na Inglaterra. Afinal, foram os europeus que “inventaram” os meridianos e os paralelos. Na Europa, atravessa também a França e a Península Ibérica, assinalando mais ou menos o início do “Ocidente” – no Hemisfério Norte, bem entendido, dada a aparente projeção do continente europeu. À “direita”, dirigimo-nos para o Leste, à “esquerda” a direção aponta para o Poente. Entretanto, que fique bem claro, o “outro lado” do mundo é o “Extremo” Oriente, seja chegando pelo Ocidente, seja atingido pela direção inversa. Para “cima”, ou melhor, *em* “cima”, o Hemisfério Setentrional. Uma perspectiva vista do “alto” do Pólo Norte permite visualizar, ao seu redor, a América do Norte e, na perspectiva (incluindo o México – quase escondido), a Groelândia e a Europa. Igualmente, parte da Ásia – apesar do seu “volume”, por pouco um apêndice da Europa. Ou, como é fácil observar deste ângulo, a América e a Eurásia “cobrindo” o globo terrestre. Essa disposição não é gratuita. Em geral o cartógrafo trabalha, por escolha ou por encomenda, tendo também como orientação uma convenção coerente. Assim, não é por acaso que o Norte está situado numa parte “superior” do mapa. Para “baixo”, o Hemisfério Sul e todas as suas mazelas, pobreza, injustiça social, ditaduras etc. – é muito provável que os australianos<sup>38</sup> e neo-zelandeses não se conformem com isso. Em suma, é preciso entender que a opção por um planisfério revela uma escolha política, ideológica e cultural. E que, portanto, nem a técnica é neutra.

Independentemente do fato notório de que um dos critérios para essas convenções constitui a diversidade sazonal das estações do ano, seria um

<sup>38</sup> As notas introdutórias a este capítulo inspiraram-se na oportunidade que tive, recentemente, de observar a representação de mapa *mundi* disposto ao “contrário”, e centrado na Austrália localizada num hemisfério “norte”. A confecção de um tal planisfério traduz uma relação de dependência de todo o resto do mundo em relação ao “continente” australiano.

<sup>41</sup> Pois, no final das contas, o “em cima” e o “embaixo” não constituem mais do que uma representação, tão cristalizada que chegamos a visualizá-la como parte da natureza das coisas. O leitor que é fã dos filmes de ficção científica já observou, certamente, que toda nave ao se aproximar do nosso planeta o faz de maneira “correta”, com a cabine “para cima”. E mais, visualizando um globo terrestre na posição que idealizamos.

interessante exercício cartográfico virar o mundo de “cabeça para baixo”<sup>40</sup> Em seguida, centralizar a elaboração do mapa *mundi*, por exemplo, na América Central, onde floresceram extraordinárias civilizações; ou na Amazônia, fazendo ressaltar o Peru. Porque, em realidade, o mundo no século XVI não era só a Europa. Convém lembrar que, no Extremo Oriente – sem esquecer as citadas culturas pré-colombianas, e vários impérios que floresceram no continente africano –, vigorosas e extraordinárias civilizações plantaram seus modos de vida há muito séculos. Aperfeiçoaram sua organização social, desenvolveram tecnologias, construíram cidades. Em vários sentidos, estavam muito à frente daquelas culturas européias que, quase aos tropeços, conseguiam no século XV ultrapassar os limites do horizonte feudal. Nesse sentido, o cartógrafo faria muito bem se desdobrasse seu planisfério tendo a Índia, a Indochina e a própria China como foco do trabalho.

Ainda nessa direção, continuemos com as nossas reflexões. Recentemente foi publicado um instigante ensaio,<sup>40</sup> cujo teor discute a possibilidade técnica e científica de navegadores chineses terem atingido o continente americano, praticamente na mesma época, ou até antes, dos europeus. É sabido que os chineses se tinham em alta conta: autodenominavam-se *Chung Kuo*, “Reino do Meio”. Em outras palavras, “centro do mundo” e, como tal, consideravam-se com o direito de cobrar tributos dos povos da periferia. Desde há muito já o faziam com os coreanos e vietnamitas. Data do nosso século XV (início da Dinastia *Ming*) o começo de uma tentativa sistemática dos chineses de “*explorar e dominar regiões distantes*”. Assim, de 1405 até 1433, atingiram a Índia, o Golfo Pérsico e chegaram à África Oriental.

No andar da carruagem, ou talvez melhor, “no navegar dos navios”, os chineses *poderiam* ter ido adiante, dobrado o cabo da Boa Esperança, atingindo o Atlântico, bordejando a África Ocidental. Seus navios *poderiam mesmo* ter enfrentado alguma tempestade ou desviado de uma calmaria ou, simplesmente, sabendo pelos seus cientistas que deveria haver um continente do lado de lá para ser cobrado tributo, terem chegado à América.

Como sabemos, *isso não aconteceu!* Numa circunstância econômica muito especial, retraíram-se nos seus avanços, pois os tributos coletados não compensavam os gastos com as expedições. Como

<sup>40</sup> BURKE, 1998:5.

sabemos, não foram adiante; ao contrário, foram “descobertos” pelos portugueses alguns anos mais tarde.

Portanto, apesar de terem o poder e a força,<sup>41</sup> a tecnologia e a ciência, desistiram. Seria simplesmente por que uma conjuntura econômica desfavorável opunha-se às circunstâncias contrariamente favoráveis da Revolução Comercial Européia? Ou faltariam aos chineses a “garra”, o arrojo e audácia dos portugueses e espanhóis e sua mentalidade “aventureira”? Ou, simplesmente, teriam as expedições chinesas navegado e explorado para o domínio imperial, mas abstiveram-se de *colonizar*? Provavelmente, ao julgarem-se como centro do mundo, isto lhes bastava. Parece-me que era o “tributo” e a representação que dele se fazia o principal estímulo dos chineses. Não tinham o problema que se colocava, cada vez mais na Europa, da sobrevivência dos Estados Nacionais, posto mais tarde pelo Mercantilismo. Não estavam preocupados com feitorias e prioritariamente com o comércio; nem em batizar os bárbaros gentios, ou “civilizá-los” (aliás, esse conceito, da “Civilização”, é igualmente ocidental). Enfim, não passavam pelas circunstâncias históricas especiais de um “Renascimento”, como na Europa.

Essas reflexões poderiam levar a um estudo comparativo bastante denso e interessante, mas que escapa aos objetivos deste livro. Além disso, já entramos no terreno “do que poderia ter sido” que, embora promissor do ponto de vista metodológico, aqui avançaria muito mais no terreno da ficção.

Objetivamente, a razão de ser dessas ponderações introdutórias está relacionada à consciência crítica necessária para entendermos que um conjunto de circunstâncias históricas permitiu que a Europa e o “Ocidente” encaminhassem o processo de “globalização” nos últimos 500 anos – incluindo a região que mais tarde seria conhecida como “Paraná”. Tal fato explica o *eurocentrismo* geográfico e histórico que nos afeta. E foi nesse largo contexto que os europeus, de repente habitando o centro do mapa, ou o centro do mundo – e na sua parte “de cima”, “descobriram”, conquistaram e dominaram as Américas e o mundo. As migrações decorrentes, o povoamento e a colonização teriam sido alguns dos seus

<sup>41</sup> É preciso lembrar que foram os chineses que forneceram aos ocidentais a tecnologia da pólvora, conhecidas por eles desde o século IX? Que, desde o século XII já conheciam sua utilização como armas de fogo?

instrumentos, embora se possa por igual ponderar que a dinâmica histórica destes processos tenha levado à ocidentalização do mundo.

## 2.2 OS PRIMEIROS IMIGRANTES NO BRASIL: “MARGINALIZADOS SOCIAIS” E, OU, “AVENTUREIROS”?

É bem verdade que, na época, não só a maioria, mas a própria elite mais expressiva dos europeus, não tinham a mínima noção da importância histórica que lhes seria dada com o desenvolvimento da historiografia Ocidental. O que hoje denominamos de “Grandes Navegações” eram, para os portugueses que detinham o poder na época, um grande empreendimento comercial, desenvolvido com raro tino e planejamento. Desde o Infante Dom Henrique, os lusitanos sabiam o que queriam, que a terra era redonda – embora não tivessem idéia do seu tamanho; conjecturavam que havia terras a oeste<sup>42</sup> e que, principalmente, os preciosos produtos tão demandados pelos europeus encontravam-se do outro lado do mundo. O plano era, portanto, construir uma rota sem concorrência para as *especiarias*, pelo Atlântico Sul.

De modo que, desse grande empreendimento, fez parte a organização da grande armada capitaneada por Pedro Álvares Cabral. A aventura era parte de um grande negócio, em que os portugueses estavam investindo há já vários anos. Os objetivos da esquadra eram as Índias. Porém, a frota desviou-se, e o Brasil foi descoberto. O empreendimento

<sup>42</sup> ⇒ PARA PESQUISAR. Nesse sentido, desenvolvo algumas questões, a partir de uma interrogação inicial: **seria possível imaginar realmente**, como diz SÉDILLOT [1961:256-7], **o acordo de Tordesilhas fundamentado em bases tão ingênuas?** Este autor afirma que a linha imaginária foi fixada no lado Atlântico, para garantir os resultados dos empreendimentos espanhóis a oeste e portugueses a leste, e assim evitar conflito de interesses. Será que espanhóis e portugueses, principalmente estes últimos, gestionaram junto ao Papa Alexandre VI para mover o meridiano antes estabelecido para 370 léguas a oeste de Cabo Verde, sem saber que havia terras na região, como havia possivelmente indicado Colombo? Será, principalmente, que espanhóis e portugueses simplesmente deixaram de considerar a possibilidade de o meridiano dividir completamente o mundo em duas metades, passando também pelo “outro lado”? Que, finalmente, sendo o mundo redondo, os tradicionais competidores no início dos Grandes Descobrimentos não levaram em conta que ficariam frente a frente no outro lado da terra, onde não havia linhas demarcatórias?

foi transcrito por Caminha: rezada a primeira missa, batizado o território e colocada a marca da posse portuguesa no Porto Seguro, os navios seguiram adiante, ao seu destino programado. Tudo isso era muito simbólico e formal pois, apesar das relativas garantias de Tordesilhas, se os lusitanos quisessem assegurar sua presa, teriam de agir. Talvez mais importante que a marca com as armas lusas, registrou o escrivão da frota que ficaram em terra dois degredados e dois grumetes, estes desertores: primeiros imigrantes portugueses.

Em alguns anos, as duas nações ibéricas atingiram as “Índias”. A Espanha um pouco mais tarde – Fernão de Magalhães foi um dos seus instrumentos – pois tropeçou no descobrimento da América. Foi o tempo, também, para que começassem a sentir que tinham rivais. Seus concorrentes não reconheciam a Delegação Divina dada ao Sumo Pontífice para dividir o mundo em proveito do comércio das duas Metrópoles. À tradicional história da colonização portuguesa no Brasil, essas passagens, esse não reconhecimento, traduziram-se como “invasões”, como “atividades piratas” e ilegais.

A zona de operações dos portugueses estendia-se ao largo de milhares de quilômetros de costas, ajustando-se aos contornos da América Portuguesa, e da África, desde Madeira e São Tomé – ilhas do açúcar –, até Moçambique e Zanzibar. Em seguida, o perímetro asiático, desde a Arábia até o Japão. Em vez de garantirem a supremacia sobre tal zona de influência reinando sobre o mar, os lusitanos optaram por adotar a política de ocupação territorial. Multiplicaram feitorias, estenderam suas zonas de influência a partir das mesmas e procuraram dotá-las de uma população adequada.<sup>43</sup>

De acordo com o autor em referência, os artifícios desenvolvidos poderiam ser relativamente simples, embora muitas vezes cruéis. Por exemplo, como as mulheres portuguesas teriam sido proibidas de

<sup>43</sup> SÉDILLLOT, 1961:254. Como é possível julgar convenientemente a tática portuguesa? É bem verdade que esta opção custou caro ao projeto lusitano. Por outro lado, talvez fosse graças a esta estratégia que os portugueses tiveram outra opção de investimento que lhes foi mais tarde muito lucrativa. A experiência e tecnologia desenvolvidas com a cultura da cana-de-açúcar nas ilhas do Atlântico tornou o Brasil viável. Em outros termos, às Américas poderia ser dado outro destino além de fornecedora de metais preciosos. Com destaque para a produção de uma das especiarias mais apreciadas pelo mercado europeu, o açúcar, a atitude inovadora dos portugueses causou uma grande transformação nas expectativas coloniais: “De simples empresa espoliativa e extrativa (...), a América passa a constituir parte integrante da economia reprodutiva europeia” [FURTADO, 1989:05-12].

emigrar,<sup>44</sup> às vezes matavam-se os varões, miscigenando-se os portugueses com as nativas, e com isso surgiram novas “raças” de mestiços fiéis a Portugal. Outras vezes, foram transferidas as riquezas das mesquitas islâmicas à Igreja Católica. Outras, ainda, quando a população autóctone era demasiadamente numerosa, a estratégia era avassalar os potentados locais, com acordos comerciais favoráveis e excluindo toda a concorrência possível.<sup>45</sup>

Entretanto, Portugal não possuía recursos humanos suficientes para manter tal política. Tinha dificuldades em garantir pela força de sua armada, dos seus soldados, enfim, dos seus recursos, a primazia do comércio com as Índias. Porque, em parte, os lucros não estavam compensando as imensas perdas em navios e homens.

Embora também a Espanha concorresse no Oriente com outras novas potências marítimas, gradativamente tornava-se claro que sua fonte de riquezas estaria nas Américas. É provável que a união das duas Coroas entre 1580 e 1640, na prática desfazendo o Meridiano de Tordesilhas e formando das Américas um só bloco colonial, tenha permitido aos portugueses se perguntar, finalmente, se lucros mais fáceis não estariam ali, logo depois do Oceano, traduzidos em metais e pedras preciosas. Como veremos, toda a atividade exploratória desenvolvida sob a égide metropolitana no Brasil, durante o século XVI e XVII, estava norteadada por esta miragem. E, inclusive, no litoral de Cananéia para o sul, que nos importa em especial. Daí porque era necessário dinamizar as rotas a oeste dos caminhos mais conhecidos, explorar o território e suas potencialidades; protegê-lo, enfim, das ambições dos concorrentes.

Expedições foram realizadas, organizaram-se as *Capitanias Hereditárias* (1534); logo, o Governo Geral (1548). Imaginava-se a possibilidade, com os poderes dados aos capitães donatários, de explorar a terra com a agricultura, *povoá-la*, com o intuito de defendê-la e torná-la

---

<sup>44</sup>Ainda não encontrei outras menções na literatura concernentes a esta proibição. Ao se referir à mestiçagem, CAIO PRADO Jr. escreveu que, importante para essa questão, sempre foi a falta de mulheres brancas. Atribuiu como fator “o modo com que se processou a emigração portuguesa para a colônia. O colono português emigra para o Brasil, em regra, individualmente. A emigração para cá, sobretudo na fase mais ativa dela em que responde ao apelo das minas, tem um caráter *aventuroso* em que – é a regra geral em casos desta natureza –, o homem emigra só. Daí a falta de mulheres brancas” [1961:103 – sem grifo no original]. Observo, entretanto, que este autor está referindo-se principalmente ao século XVIII, no âmbito do período maior que cobre os séculos XVI, XVII e XVIII.

<sup>45</sup> *Ibid.*, 255.



rentável para a Coroa. De acordo com a tese de Celso FURTADO, a miragem do ouro pesou bastante na decisão portuguesa de desviar recursos das produtivas empresas no Oriente. Enquanto o ouro não fosse encontrado, empreendeu-se o plantio da cana-de-açúcar, que tornou um êxito a colonização do Brasil a partir da segunda metade do século XVI.

Mas, *povoá-la*, e com portugueses? Para a nação de 1,5 milhões de habitantes, já era muito difícil atender minimamente as necessidades de ocupação de suas colônias com imigrantes lusos, para validar sua posse. E a demanda de mão-de-obra de uma cultura açucareira só complicava o problema. Considere-se, ainda, o fato primordial de que os engenhos de açúcar não eram atrativos para pessoas de pequenas posses. Além do problema demográfico e de recursos a serem investidos,<sup>46</sup> era necessário enfrentar uma natureza de certa maneira brutal representada pelos trópicos, com obstáculos imprevisíveis e contra os quais um possível “colono” europeu não estava preparado.<sup>47</sup> Em suma, *seria necessário muito trabalho!*

O remédio, paliativo sem dúvida, era continuar a mandar e, ou, possibilitar, com subsídios, os poucos reinóis que queriam partir, os que não queriam (degradados) e os que eram ordenados a vir – alguns milicianos. Entretanto, melhor medicina para o povoamento seria atribuída pelas próprias estruturas mentais da sociedade ibérica, que encarnam, segundo Sérgio BUARQUE DE HOLANDA, o tipo ideal do *aventureiro*.<sup>48</sup>

Os descobrimentos marítimos e as grandes navegações foram, na imagem propiciada por este historiador, uma atividade de “caçadores”. O domínio e o segredo das rotas de comércio significavam o monopólio da presa; da busca e colheita dos seus frutos. Formavam um empreendimento caracteristicamente audacioso, levado a efeito por

<sup>46</sup> FURTADO, 1989:11/74.

<sup>47</sup> PRADO JR., 1961:21.

<sup>48</sup> 1963:18 e 20. A qualificação desse tipo ideal não é de forma nenhuma depreciativa pelo autor; ao contrário. Diz ele que, “nas formas de vida coletiva podem assinalar-se dois princípios que se combatem e regulam diversamente as atividades dos homens. Esses dois princípios encarnam-se nos tipos do *aventureiro* e do *trabalhador* (... e que) nas sociedades rudimentares manifestam-se (...) na distinção fundamental entre os povos caçadores ou coletores e os povos lavradores. (Opõem-se, ainda, segundo) uma *ética do trabalho*, como existe uma *ética da aventura*” [18-19, sem grifo no original].

indivíduos *imprevidentes, irresponsáveis, instáveis, vagabundos*.<sup>49</sup> A coragem desses homens tinha como primeiro cenário “*mares nunca d’antes navegados*”; portanto, ambientada em uma “*concepção espaçosa do mundo*”.<sup>50</sup> Nesse contexto e nessa aceção, as energias e esforços conduzidos a manter as rotas marítimas, a estender o domínio nas áreas de entorno onde mantinham feitorias, a explorar os *países novos*, principalmente nas regiões tropicais, foram motivadas pela ambição de uma pronta recompensa.

Recompensa que carecia de estratégias de defesa e que exigia sempre um maior esforço no sentido de proteger as “conquistas coloniais”. Foi assim que a Espanha descuroou de parte do seu território, cujas terras lhe pareciam sem importância econômica (inclusive o oeste do Paraná, como veremos), construindo seu sistema de defesa em torno do eixo produtor de metais preciosos (México-Peru); este sistema que se estendia da Flórida à Foz do Rio da Prata.<sup>51</sup> Foi assim, de modo igual, que Portugal passou a concentrar maior atenção nas possibilidades do Brasil.

Apesar de Tordesilhas, as pressões inglesas, francesas e holandesas encaminhavam a solução para o efetivo domínio colonial a partir da sedimentação do direito do *uti possidetis*. Os tratados de Santo Ildefonso e de Madrid, assinados na segunda metade do século XVIII entre Portugal e Espanha, foram uma aplicação prática do conceito. Entretanto, a formalização deste direito resultou de dois séculos de guerras européias que tiveram ramificação em atividades piratas e corsárias nas rotas e domínios coloniais. Os monopólios, impostos de início por Tordesilhas, foram rapidamente contestados, seja no Extremo Oriente, seja nas Américas. Nos mares e nos continentes. A opção portuguesa pela via da ocupação territorial levou-os, e aos espanhóis, à defensiva. Abdicando dos mares, espanhóis e portugueses tiveram de defender suas feitorias no mundo, que gradativamente perderam, e as terras americanas. Como sabemos, do México para o Sul, “cunhas coloniais” foram introduzidas por ingleses, franceses e holandeses nas Antilhas e nas Guianas.

<sup>49</sup> *Ibid.*, 19. Chamo a atenção para o fato de que essas e outras palavras adquiriram hoje, tendo em vista a ética do “trabalho” que impregna a nossa cultura, uma conotação bastante pejorativa.

<sup>50</sup> *Ibid.*

<sup>51</sup> FURTADO, 1989:07.

A época moderna é, em resumo, uma época de comércio, de tráfico, de escravidão, de monopólios e de atividades corsárias e piratas – em suma, de “predagem”.<sup>32</sup> As explorações marítimas nas costas brasileiras, a extração do lenho vermelho, alguns ensaios de povoamento levados a efeito pelos capitães donatários, a fundação de feitorias e a construção de fortalezas geralmente contíguas aos postos comerciais, as experiências com o açúcar, a introdução de cabeças de gado, de cavalos e muares para o abastecimento e transporte na colônia, as excursões pela costa e principalmente pelo interior à busca dos metais preciosos e a “redução” do gentio, as operações triangulares envolvendo a captura, compra, transporte e revenda de escravos africanos; as esquadras corsárias armadas pelos ingleses, a pirataria, a tentativa de instalação pelos franceses na região setentrional do Brasil de uma colônia de povoamento – “*aliás a primeira colônia de povoamento do continente*” –<sup>33</sup> tudo isto, e muito mais, era parte das vastas operações européias de comércio. Ou melhor, de “*tráfego*”. Atividades que não eram reguladas por nenhum direito internacional, ou por um direito marítimo. A própria noção de propriedade está ainda se desenvolvendo e, no Brasil em especial, permeia-se ao conceito de *posse*; posse da terra, dos seus recursos naturais e do indígena, cujo único direito era o de serem tutelados.

Portanto, comerciar era “trafegar”; mas, do mesmo modo, era “traficar”. Como instrumentos, os monopólios, a obtenção de vantagens, garantias, zonas de influências, privilégios; enfim, as armas, a violência, a guerra.<sup>34</sup> O comércio era uma atividade para indivíduos empreendedores, ousados e corajosos, violentos e cruéis. Ambiciosos, ávidos e cúpidos. O comerciante, misto de guerreiro, aventureiro, navegador, ladrão e pirata, tomava o que era necessário para rentabilizar seus investimentos. Era coletor (pau-brasil, indígenas, ouro de aluvião); era predador (o que não podia coletar, destruía: o exemplo dos indígenas; a predagem das fronteiras, ignoradas, inexistentes; das terras fartas no interior; do braço

<sup>32</sup> Ou muito me engano, ou foi Ruy WACHOWICZ quem utilizou esse neologismo para caracterizar a ação dos primeiros “colonizadores” no sudoeste e oeste do Paraná. Em todo caso, anoto que na língua portuguesa, só existe o substantivo “predador”, origem do adjetivo “predatório”. Por outro lado, sinônimo do que queremos traduzir como “predagem” existe o substantivo “pilhagem”.

<sup>33</sup> FURTADO, 1989: 06.

<sup>34</sup> Nesse contexto, penso ser possível incluir de certa forma as atividades dos “soldados de Cristo”, os jesuítas da Contra-Reforma.

escravo africano). Era caçador (predador de índios, de animais, de negócios, de monopólios). Buscava a riqueza sem trabalho, mesmo que não fosse exatamente fácil. Enfim, os “comerciantes” eram indivíduos que possuíam uma ética que enaltecia “as energias e esforços que se dirigem a uma recompensa imediata”; desprezavam “as energias que visam à estabilidade, à paz, à segurança pessoal e os esforços sem perspectiva de rápido proveito material” – energias e esforços viciosos, desprezíveis, estúpidos e mesquinhos.<sup>55</sup>

Foi esse o quadro em que mais e mais navios lusitanos aportavam nas costas brasileiras, seja para explorá-las, seja com a finalidade de fundar feitorias, estabelecer o escambo de mercadorias com os indígenas, deixar degredados e ensaiar outros métodos para fixar e garantir seu domínio. Foi nesse cenário, também, para outros portugueses que iam chegando, instalando e eventualmente aventurando-se mais para o interior. Este era o quadro do bandeirantismo. Era a *colônia*, e um moderno processo de “colonização” que se inaugurava. Tipicamente português, no entanto. Motivado pela riqueza cujo único custo era a ousadia; utilizando não métodos “racionais” de exploração, mas “métodos predatórios e dissipadores”.<sup>56</sup> E que, desde logo, recorriam à mão-de-obra cativa para realizarem as tarefas às quais não tinham condições nem temperamento.

Assim se explica porque, em 1843, VON MARTIUS compreendia a imigração de colonos portugueses no século XVI como sendo uma continuação das empresas “*afoidadas*” e grandiosas, dirigidas para a Índia, e executadas ao mesmo tempo por príncipes, nobres e povo. Ao emigrarem para o Brasil, levavam “*consigo aquella direcção de espirito e coração, que tanto caracteriza aquellos tempos*”.<sup>57</sup>

<sup>55</sup> HOLANDA, 1963:19. Evidentemente, não se trata de virtudes econômicas tradicionalmente ligadas à burguesia. “É característico dessa circunstância o sentido depreciativo que se associa em português a palavras tais como *traficante* e sobretudo *tratante*, que a princípio, e ainda hoje em castelhano, designam simplesmente e sem qualquer labêu, o home de negócios. Boas para genoveses, aquelas virtudes – diligência pertinaz, parcimônia, exactidão, pontualidade, solidariedade social... - nunca se acomodariam perfeitamente ao gosto da gente lusitana.” *Ibid.*, 108.

<sup>56</sup> *Ibid.*, 25 e 28

<sup>57</sup> É o trecho de MARTIUS continua: “Exemplo do efeito immediato do scisma de Lutero, em numerosos conflictos porim com a Hespanha e mais partes da Europa, talvez então mais accessivel do que depois do movimento intellectual geral d'aquelle seculo, o colono portuguez d'esse tempo distinctamente representa a indole particular desse periodo, e o historiador não poderá escimir-se de traçar um quadro dos costumes do seculo XV, se intentar descrever os bonens taes e quaes vieram para além do oceano fundar um novo Portugal.” [MARTIUS, 1845: 400].

Pois bem, como foi dito, o empreendimento e a aventura eram parte de um grande negócio, o “negócio das Índias”, que envolvia reis, nobres, armadores e comerciantes; a Igreja, e ainda milhares de pessoas comuns: padres, marinheiros, soldados, condenados ao degredo, naufragos, e outros. De modo que os portugueses que vieram para o Brasil não constituíam uma população socialmente homogênea. Liderando o grupo estavam alguns aristocratas e religiosos, acompanhados por militares, comerciantes e desqualificados sociais – os deserddados do reino: marginais urbanos, comerciantes judeus, bastardos da pequena nobreza.<sup>58</sup> Uns, certamente, deixaram Portugal com o intuito de voltar. Outros, estavam prontos para se estabelecer onde a fortuna lhes favorecesse.<sup>59</sup> Enfim, “marginalizados sociais” e “aventurheiros”.

Entretanto, penso que esses termos, de tal forma generalizadores, devem ser bem colocados em perspectiva. Para evitar, mais uma vez, que se cometa o pecado do *anacronismo*.<sup>60</sup> Como a “colônia” era local de pena de degredo, costuma-se extrapolar, e é quase senso comum, que a maioria ou grande parte dos seus habitantes era degredada. Pior, consideramos o *degredado* o último dos criminosos.

Devemos incluir aí, de igual modo, o termo “colono” e “colonização”. Naturalmente, seus significados eram conhecidos na época, uma vez que os vários idiomas europeus eram mais ou menos tributários do latim, e pelo menos um dos seus sentidos estava relacionado ao *povoamento*. Mas, até que ponto passava pela cabeça dos estrategistas “coloniais” do século XVI “povoar” todos os territórios que estivessem sob seu domínio, ou sob sua esfera de influência? Talvez melhor, em que medida isso era possível? Era nesse sentido, aliás, que não se sabia bem o que fazer com a

<sup>58</sup> ALFENCASTRO, 1998:08.

<sup>59</sup> Não se conhecem dados numéricos a respeito da quantidade de portugueses que entraram no Brasil durante o período colonial. Mas é sabido que seu fluxo foi contínuo, e variável no volume. No século XVIII, em função da descoberta de ouro e pedras, e como resultado de uma política colonizadora que planejou a vinda de açorianos, o afluxo deve ter sido consideravelmente mais significativo [RODRIGUES, Luiz Melo. As etnias brasileiras. In: AZEVEDO, 1970, p.165].

<sup>60</sup> “Para reconstituir determinado segmento do passado, o historiador precisa esquecer o que ele sabe que aconteceu depois. O historiador incorre no *anacronismo* quando ele imputa aos protagonistas o conhecimento sobre os acontecimentos posteriores. A reconstituição se torna uma *profecia do passado*”. Fernando NOVAIS. *Folha de S. Paulo*, Caderno 1, p. 6. 24 de abril de 2000 (sem grifo no original).

*terra brasilis*, a não ser continuar a extrair dela o que havia em profusão no litoral, o pau-brasil.

De qualquer forma, marginalizados sociais, colonos, e ou aventureiros, os quatro indivíduos que a frota cabralina teria deixado no Brasil foram os primeiros "imigrantes" europeus nos novos domínios portugueses localizados no Ocidente. Com o passar dos anos, e com as promessas da cultura da cana-de-açúcar e outras, vieram mais homens, alterando-se a composição da população colonial. Em função dela, fixaram-se aqui um maior número de portugueses. Na segunda metade do século XVI, por exemplo, já estavam instalados no Brasil, aproximadamente 25.000 europeus<sup>61</sup> e mestiços. Merece ser apontado que, em particular nos dois primeiros séculos do período colonial, eram raras as mulheres brancas, pelos motivos antes aventados. Portanto, desde o início os *mazombos* eram geralmente mestiços mamelucos.

Portugueses, mas também outros,<sup>62</sup> engajados em navios de várias nacionalidades que passavam pelas nossas costas, seja para ir ao Prata, seja para, ao mesmo tempo ou não, comerciar com os nativos e, realizando atividades piratas ou de corso, contrabandear pau-brasil. Homens que ficavam aqui e ali para tentar a sorte, permanecendo nos povoados do litoral ou embrenhando-se floresta a dentro. Muitos eram, inclusive, sobreviventes dos inúmeros naufrágios que aconteciam no litoral, pois não havia muitos lugares na costa brasileira que servissem de abrigos às antigas naus.

---

<sup>61</sup> Adianto que uma corrente migratória com destino da colônia só se formou no século XVIII, ao desabrochar a economia do ouro.

<sup>62</sup> Não é possível descartar a possibilidade de que, pelo menos, a entrada de Paranaguá fosse conhecida a partir das explorações realizadas entre 1501 e 1503. Desde a fundação de Cananéia, portugueses ali radicados também deviam conhecer essa parte do litoral, navegando pela costa em canoas para comerciar com os *tupiniquins* – consta, mesmo, que dessas atividades teria resultado a primeira ocupação branca da região, na ilha de Cotonga e dentro da baía. Essa parte da costa teria sido igualmente tocada por deportados e naufrágios de expedições realizadas no período, até 1514. Os mapas da época só fazem constar Paranaguá a partir de 1520, quando o litoral é representado até a foz do Prata e, a partir de 1527, até o estreito de Magalhães. Com mais detalhes, a baía só foi desenhada em 1556, na xilogravura incluída no relato de Hans Staden. Este marinheiro alemão veio duas vezes ao Brasil (1548-1549 e 1550-1555) e, nesta segunda viagem, naufragou duas vezes (1550 e 1552). Ficou no Brasil, contratado pelos portugueses. No ano de 1554 foi preso pelos Tupinambás, convivendo com os nativos mais ou menos 9 meses. (MAACK, 1981:22-7).

### 2.3 E A AVENTURA PORTUGUESA TOMA VULTO NAS COSTAS DA AMÉRICA DO SUL.

Com efeito, a baía de Paranaguá, como outros pontos da costa, constituía uma exceção nas costas Atlânticas, que não apresentam o confortante e tranquilizador “*rendilhado*” das costas européias. Em consequência, os primeiros núcleos de povoamento correspondem às poucas reentrâncias do litoral brasileiro<sup>63</sup>. Eram verdadeiras “cabeças-de-ponte”, muitas delas originadas de feitorias,<sup>64</sup> direcionadas para a penetração na interlândia; entretanto, essa travessia sempre esteve na dependência da “*melhor ou pior articulação com o interior*”, em parte determinado por certas condições físicas como a Serra do Mar, que muitas vezes isolava do planalto um bom abrigo natural, como a Baía de Guanabara ou a própria baía de Paranaguá.<sup>65</sup>

Tal fato explicaria, em parte, uma das características básicas do povoamento do território brasileiro, a partir da costa e abrindo-se “por dentro” para o norte, para o oeste e para o sul. Realizado por homens determinados a encontrar no interior rude e perigoso o objetivo de sua vida, e endurecendo-se com isso. E agindo. Bandeirantes e colonos; aqueles abrindo e fazendo conhecer os caminhos e, estes, seguindo sua trilha, aproveitando a profusão de terras que se encontrava sempre mais além, para o sertão. Para uns e para outros, uma atividade corajosa, dada a hostilidade das florestas e dos gentios, e a cruza do clima e dos homens.

<sup>63</sup> “No conjunto do litoral, os principais recortes podem ser elencados a dedo: *Golfão Amazônico, golfão Maranhense*, (os cordões de recifes propiciando um abrigo em Olinda-Recife,) *Baía de Todos os Santos, Baía de Vitória, Baía de Guanabara, estuário de Santos, Baía de Paranaguá, Ilha de Santa Catarina, Lagos dos Patos*. (...) A esquematização dos fatos, apesar de perigosa, é atruente: para cada um dos principais recortes entre Pernambuco e São Paulo, tivemos a criação de um núcleo, cada um dos quais centralizando uma área de povoamento litorâneo; entre elas permaneceram vazios muito trechos, de modo que, desde os primórdios, graças a um imperativo das condições físicas do litoral, o povoamento se estruturou em “ilhas” não difíceis de serem discernidas ainda hoje [PETRONI, Pasquale. Povoamento e colonização. In: AZEVEDO, 1970:132].

<sup>64</sup> Entre 1500 e 1530 foram fundadas, as seguintes feitorias para armazenamento do pau-brasil: Feitoria de Pernambuco, Feitoria de Santo Aleixo, Feitoria de Todos os Santos, Feitoria de Cabo Frio e Feitoria do Rio de Janeiro. [ATLAS HISTÓRICO ESCOLAR, 1960:09]

<sup>65</sup> Registro uma coincidência: o indígena teria sentido “a majestade dessa enseada quando lhe deu o nome de *Paranaguá*, que significa: *baía parecida com o mar*. Igual impressão teve o indígena do Brasil Oriental ao chamar *Guanabara* a baía que banha o Rio de Janeiro, pois *Gua--nã--para* tem os mesmos elementos que *Para-nã-gua*. Apenas a ordem é diversa.” [ESPINHEIRA, (s/d):06].

Durante os dois primeiros séculos, trata-se portanto de uma migração espontânea caracteristicamente de “predagem”, de saque à natureza, propiciado pela combinação de dois estímulos, encontrar o ouro e a caça ao índio.

Ao sugerir como se deveria escrever a História do Brasil, em tese oferecida ao Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, MARTIUS propunha histórias “regionais”, ou seja, *“deviam ser tratadas conjuntamente aquellas porções do paiz que, por analogia da sua natureza physica, pertencem umas às outras”*.<sup>66</sup> Essas diretrizes foram aprofundadas mais tarde por João RIBEIRO, que indicou quatro (cinco, se incluído o Maranhão/Pará) *“células fundamentais”*, cujas histórias fizeram-se ao mesmo tempo por *“múltiplos estímulos”* em diferentes pontos.<sup>67</sup> Estes seriam:

1. **Pernambuco**, gerando o povoamento da Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Alagoas.
2. **Bahia**, incluindo Ilhéus e povoando Sergipe.
3. **São Paulo**, envolvendo o oeste com os bandeirantes, e gerando núcleos em Goiás, Minas Gerais e Mato Grosso.
4. **Rio de Janeiro**, que, ao liderar como capital a luta contra os espanhóis, origina o povoamento do extremo sul.
5. **Maranhão** ou **Pará**, núcleo relativamente isolado do resto do Brasil.

Nessa direção, o território que no futuro constituiria o Paraná teria sido povoado a partir da irradiação de dois núcleos. O primeiro é evidente, ao se referir o autor às iniciativas oficiais vindas do Rio de Janeiro. O segundo concerne ao papel dos bandeirantes paulistas – principalmente “vicentinos” – nas empresas audaciosas de exploração, guerra e preagem aos nativos, e depois na procura das pedras e dos metais preciosos.<sup>68</sup> Essas ações resultaram não só na criação de povoados e vilas em Goiás, Mato Grosso e Minas Gerais, mas abriram caminho para

<sup>66</sup> 1845:408. E este autor continua: *“Assim, por exemplo, converge a historia das provincias de S. Paulo, Minas, Goyaz e Matto Grosso: a do Maranhão se liga à do Pará, e à roda dos acontecimentos de Pernambuco formam um grupo natural os do Ceará, Rio Grande do Norte e Parahyba. Iizfim, a historia de Sergipe, Alagoas e Porto Seguro, não será senão a da Bahia.”*

<sup>67</sup> RIBEIRO, 1914:23-4.

<sup>68</sup> Corresponde relativamente aos diversos ciclos das bandeiras, como periodiza OLIVEIRA VIANNA.



o alargamento das fronteiras meridionais e ocidentais das possessões portuguesas na América.

Como é sabido, até o início do século XVII, o único ponto mais ao interior que fixou um povoamento foi a região do planalto onde se fundou São Paulo (1554). Na continuidade do planalto, mais ao sul, os Campos Gerais definiam o que, na época, poder-se-ia considerar como a “fronteira”. Na costa, separado da Ihanura curitubana pelas escarpas da Serra do Mar, Paranaguá era o limite meridional. A área deste litoral é dominada pelas baías de Paranaguá e Guaratuba, por diversas praias, pântanos e pequenos rios, paralelos à costa e separados do mar por restingas. Sobretudo, as montanhas da região litorânea são rodeados de planícies de aluviões, que chegam até às margens das baías<sup>69</sup>.

O povoamento lusitano desta faixa litorânea verificou-se por duas vias, dadas as dificuldades especiais da barreira formada pela Serra do Mar neste litoral. De um lado, as diversas iniciativas dos “paulistas” na região. Estes vinham traficar com *tupiniquins* na ilha do Superagüi – norte da baía – e, em função do vai-e-vem, parecem ter instalado um arraial na ilha de Cotinga, em Paranaguá. Vinham também procurar e explorar ouro de lavagem e capturar outros indígenas mais ao sul. De manciça que a primeira bandeira “paulista” no litoral paranaense esteve por aqui em 1585 para fazer guerra aos *carijós*,<sup>70</sup> estimulados pela necessidade de mão-de-obra cativa para “*alargar a terra*”.<sup>71</sup>

Porém, é muito difícil separar essas iniciativas daquelas atividades quase individuais dos aventureiros que, originados do Iguape, penetravam nas matas, seguiam córregos e rios, com o fito de explorar o ouro de aluvião, empresa desenvolvida no litoral meridional desde a década de

<sup>69</sup> MAACK, 1981:386-7. Esse autor também insere no seu livro interessante e revelador esquema do relevo e características geográficas do litoral paranaense.

<sup>70</sup> Refiro-me à expedição de Jerônimo Leite, à qual seguiram-se Jorge Correia (1594), Manoel Socero (1595) e João Pereira de Souza (1596) [CARDOSO & WESTPHALEN, 1981:34]. Sobre as notícias a respeito da região, consta que a primazia cabe ao relato do marinheiro alemão Hans STADEN, que viveu algumas aventuras no local em 1549. A leitura da narrativa de Staden por Romário MARTINS leva-o a inferir que “*a parte norte de Paranaguá, em 1549, já era visitada por portugueses de S. Vicente; que estes se entendiam muito bem com os índios locais, com os quais certamente traficavam escravos; que os nativos de Superagüi eram Tupiniquins, residindo os Carijós mais ao sul; e que aquele porto (Paranaguá?) não era estranho aos navios piratas franceses*” (...). (s/d):200.

<sup>71</sup> MARTINS, (s/d):140-1.

1570.<sup>72</sup> Também porque os expedicionários paulistas não descuravam dos metais preciosos, um objetivo possível. Aliás, somente a ambição de riqueza fácil pode explicar a insistência dos vicentistas para a *“exploração dos vales insalubres e das baixadas úmidas do litoral, das encostas alcantiladas da serra do Mar e de seus contrafortes cobertos por mata densa e intrincada”*.<sup>73</sup>

Entretanto, as descobertas dos mineradores em Paranaguá estimularam a administração da colônia no Rio de Janeiro a investirem na possibilidade de se achar a fonte do metal precioso na região – pois, atrás do ouro depositado nos leitos dos rios, no sopé e nas encostas dos morros<sup>74</sup> deveriam estar as minas ou, como se dizia, *betas*, os veios nas rochas. Apoiados em algumas evidências que lhes pareciam promissoras, apresentadas pelo garimpo dos aluviões (ouro de lavagem), e nas narrativas mais ou menos fantasiosas que chegavam aos ouvidos das autoridades, diversos recursos eram investidos no litoral paranaense. É na segunda metade do século XVII que se concentram, finalmente, os esforços do Rio de Janeiro para descobrir o tão desejado metal precioso na região. Esta foi a principal via de povoamento no litoral paranaense.

A questão está relacionada ao plano português no Brasil, da qual as autoridades do Rio de Janeiro eram executoras. No quadro das navegações e do comércio marítimo, os lusos não sabiam bem o que fazer com a região descoberta. Entretanto, ultrapassada a fase de fundação de feitorias e dado o conhecimento cada vez maior da extensão continental das terras descobertas, virgens e só habitadas por grupos humanos “bárbaros” e “selvagens”, abria-se aos portugueses a oportunidade de ampliar seus lucros com a terra descoberta. Até então, sua exploração estava resumida na coleta do pau-brasil – como sabemos, mais uma “especiaria”.<sup>75</sup> Em consequência, a ordem era procurar, pesquisar e

<sup>72</sup> Crônicas, como as de Vieira dos Santos, relatam que o descobrimento e a exploração do ouro em Paranaguá remontaria a 1578 ou 1580 [MARTINS, (s/d):151]. BALHANA *et al.*, por sua vez, mencionam que o governador do Rio de Janeiro só teria notícia de descobrimento de ouro em Paranaguá em 1648: em 1646 Gabriel de Lara noticiava oficialmente a descoberta de “minas” no litoral.

<sup>73</sup> BERNARDES, 1952:57.

<sup>74</sup> *As grapiaras, (...) filões metalíferos, recobertos de detritos estéreis e resultantes da erosão milenar, que desagregara e acumulara todo esse material.* [SILVA, *op.cit.*, p. 385]

<sup>75</sup> Evidentemente, essa é uma generalização relativamente comum. As especiarias eram drogas aromáticas, condimentos, como pimenta, cravo, canela, noz-moscada, cânfora, incenso, açafrão. Mas de importância ainda no comércio com as “Índias” eram produtos tais como penas de avestruz e marfim, gomas, óleos, anil, laca e goma-laca, açúcar, chá,

explorar. Assim, a expansão dirigida pelo Rio de Janeiro, sob a iniciativa da metrópole portuguesa, era rentabilizar os investimentos realizados, e a possibilidade de maior lucro sem dúvida era representada pelos metais e pedras preciosas.

A “irradiação” para o Sul, de São Paulo de Piratininga, Santos e principalmente São Vicente, foi de início motivada pela necessidade de mão-de-obra escrava para o desenvolvimento da cultura da cana-de-açúcar. Portanto, era de iniciativa “particular” e, enquanto tal, os paulistas recusaram seu envolvimento com as iniciativas oficiais que se dirigiam para a busca das minas de ouro nas costas de Paranaguá; recusaram-se mesmo a obedecer ordens da Capitania do Rio de Janeiro, no sentido de prestar auxílio – principalmente com mão-de-obra indígena –, para consolidar a exploração do litoral. Sem o conhecimento técnico para levar adiante a exploração dos metais preciosos, concentraram suas atividades na continuidade e igualmente lucrativa caça ao índio. E também porque, tendo em vista o tipo de suas atividades, não lhes interessava a instalação e administração da justiça nas regiões onde militavam, o que viria com o desenvolvimento da região.

A atividade da garimpagem, de poucos lucros, penosa e desgastante, requeria a mobilidade do faiscador, sempre atrás de novas áreas a serem pesquisadas. Também porque, durante algum tempo, principalmente enquanto era farta a mão-de-obra indígena destinada ao transporte da tripulação e do produto da colheita dos mineradores, da mesma forma fundava-se no nomadismo dos homens que mantinham seu ponto de partida e de chegada em São Paulo. Mas o indígena, preado para exercer um trabalho mais rentável no litoral paulista, rapidamente desapareceu do litoral. Além do mais, a distância de Paranaguá a São Paulo e São Vicente era incômoda para essas constantes movimentações, o que levou gradativamente à fundação, no crepúsculo do século XVI e início do XVII, de vários arraiais nestas costas.

Por outro lado, essas ações trouxeram para a região cada vez mais pessoas, interessadas nas possibilidades de lucro fácil e imediato. E, de modo igual, trouxe a consolidação do interesse português, traduzida na atuação das autoridades sediadas no Rio de Janeiro. Tal interesse implicava naturalmente investimentos – recursos, administradores e técnicos capazes

---

arroz, café, madrepérola, salitre, tecidos (seda, musseline), ébano, sândalo, porcelanas e peles de tigre; e o *legão brasileiro*.

de levarem a empreitada da gestão desse empreendimento da maneira mais lucrativa para o tesouro português. Investimentos também no sentido de que era necessário, para a boa ordem das coisas, instalar a justiça na região. Como se sabe, os resultados de todas essas diligências no litoral paranaense foram frustrantes, apesar de as ações mineradoras terem tornado Paranaguá e Iguape as povoações mais florescentes da costa.<sup>76</sup> Todos, governo e sociedade, foram vítimas de uma miragem coletiva. A aventura contagiou o governo, por uma necessidade evidentemente política. Quanto à população envolvida, foi sacrificada pela ilusão que dourava de esperança a vida miserável dos exploradores de ouro. As minas, ao que tudo indica, nunca foram encontradas, e a serra não era uma montanha de prata, como muitos confiavam.

Assim, foi assentada e gradativamente organizada uma comunidade em Paranaguá, com atividades comerciais, movimento do porto, lavoura e um pouco de criação. Enquanto os aventureiros não enriqueciam, precisavam preocupar-se com sua alimentação e sobrevivência. De modo que o fundo povoador que se desenvolveu numa expansão demográfica tinha como finalidade primeira a subsistência, instalando no processo núcleos de povoação. Em consequência, o crescimento da população e da importância econômica do povoado levou à mudança do estatuto de Paranaguá, alçada à condição de vila em 1648.

Resumindo, o primeiro ciclo bandeirante que se fez sentir no Paraná foi o da caça ao índio, no final do século XVI. Cada vez mais ficava claro aos paulistas que a aventura da cana-de-açúcar só teria retorno rápido, só seria mesmo viável, com o recurso da mão-de-obra cativa. Nesse sentido, era necessário investir mais – *na aventura!* Todavia, a procura dos metais preciosos, fruto da ação conjunta das bandeiras, das ações individuais dos garimpeiros e da Capitania do Rio de Janeiro, esteve sempre presente e, do ponto de vista do povoamento, foi preponderante.

Seguindo os rios, principalmente avançando pelo vale do rio Ribeira até seu alto, alcançaram seu afluente, o rio Assungui; atingiram, dessa forma, o planalto de Curitiba, constituindo o povoado do mesmo nome, e se expandiram até o sopé da serra do Purunã, a oeste, e a encosta da serra do Mar, a leste. *“Nesta expansão sobre o planalto, gente do litoral, transpondo a*

<sup>76</sup> MARTINS (s.d.):181. Esse autor chega a afirmar que Paranaguá teria prosperado tanto quanto São Paulo até a segunda metade do séc. XVIII (1765), e foi mais importante do que Curitiba – no século XIX capital da Província do Paraná – pelo menos até que a estrada de ferro rompesse a serra em 1886 [(s/d):09].

serra, por caminhos difíceis, vinha juntar-se aos que remontavam o Ribeira”.<sup>77</sup> Os povoados do Assungui de Cima, e depois principalmente Curitiba, junto com Paranaguá, foram os primeiros núcleos de população na região paranaense, somando-se ainda diversos arraiais.

Com relação à atividade de captura de indígenas, e escasseando o produto no litoral, os paulistas aprofundaram seus avanços pelo planalto curitibano e nos Campos Gerais, região igualmente habitada por Carijós. Lá chegaram subindo pela Ribeira, encontrando alguns mineiros que haviam galgado a serra diretamente de Paranaguá. Daí, seguindo os ramais do caminho do Peabiru, desenvolveram suas atividades cada vez mais para o sul e para o oeste, até encontrarem as reduções espanholas.

## 2.4 A COLONIZAÇÃO E POVOAMENTO DOS “CAMPOS DE CURITIBA” E DOS “GERAIS”; SÉCULOS XVII E XVIII

Os primeiros portugueses e mamelucos que se fixaram nas regiões ao sul de Piratininga e de São Vicente habitaram a Ilha de Cotonga, na baía de Paranaguá. Conquistada a confiança dos indígenas, disseminaram-se em sítios no continente, caçando, pescando, colhendo frutos silvestres, preparando roças de emergência, escravizando índios. Quando encontravam zona rica de aluvião aurífero, “nela se arraiavam demoradamente”,<sup>78</sup> constituindo lares “índio-europeus”, poucas vezes estáveis.

O ouro foi o estímulo fundamental para a ocupação do litoral, que começou a se efetivar realmente após a destruição dos estabelecimentos espanhóis no Guairá.<sup>79</sup> Cada vez mais evidenciava-se a presença “branca” no litoral, pelo pulular dos exploradores das minas, cujos cordéis eram parcialmente sustentados no Rio de Janeiro. Embora os lucros da mineração do ouro de lavagem fossem pequenos, os rendimentos com o açúcar permitiam os investimentos necessários. Essa atividade e esses investimentos foram fundamentais para o desenvolvimento de Paranaguá;

---

<sup>77</sup> BERNARDES, 1952:58.

<sup>78</sup> MARTINS, (s.d):217.

<sup>79</sup> Aparentemente, trata-se de dois processos independentes. Entretanto, Romário MARTINS acredita que a ação mais efetiva da autoridade lusitana no litoral paranaense foi até então evitada para evitar complicações com os castelhanos [1941:37], tendo em vista – e esta é uma conclusão minha – o fato de que Tordesilhas ainda estava em vigor, e considerando as diferentes interpretações relativas à demarcação do Tratado.

mas, logo o ouro se esgotou, embora sua miragem levasse várias décadas a se desfazer. Por volta do início da segunda metade do século XVII, teimosamente *“os moradores apenas continuavam a mineirar em lavras velhas”*.<sup>80</sup>

Constituiu parte desta história, no início do mesmo século, a subida para o planalto de uma boa quantidade de mineiros, animados pelas notícias de veios auríferos no planalto – seguiam indicações fornecidas pela garimpagem do ouro no litoral e nas encostas da Serra do Mar. A travessia dos faiscadores já não sofria nenhuma oposição de indígenas que conseguiram escapar das expedições movidas pelos vicentinos.

Continuaram a faiscar além da serra, e encontraram ouro na área atravessada pelos caminhos do Assungui e do Arraial Queimado (Bocaiúva).<sup>81</sup> Em função dessas andanças, fundaram arraiais que se tornaram relativamente estáveis, na Borda do Campo (Atuba, Vilha, Vila dos Cortes) e no Arraial Grande (São José dos Pinhais).<sup>82</sup> No entanto, também no platô acima da serra a ilusão da existência de minas de ouro foi maior do que o rendimento obtido.

Em conseqüência, mesmo não se descurando das minas, a evidência de que não se faziam novas descobertas e a própria diminuição da colheita aurífera levaram os grupos que vieram do litoral a explorar o pastoreio. Os Campos de Curitiba e as “Gerais” eram excelentes para a criação, e desde 1640 alguns moradores subiram serra, tangendo algumas cabeças de gado vacum e cavalar. Esse novo gênero de vida *“foi exigindo esforços sedentários, fixados em torno dos ‘currais’ da criação e foram surgindo os sítios e nas zonas deles os arraiais estáveis, nebulosas de aldeias, vilas e cidades”*.<sup>83</sup>

De maneira que povoaram o planalto diversos “homens bons” e aventureiros de toda espécie, ex-faiscadores que se tornaram, na sua

<sup>80</sup> CARDOSO & WESTPHALEN, 1981:44.

<sup>81</sup> Além do planalto curitibano, desde 1645 a área de exploração do aluvião aurífero atingiu o Assungui (as minas do Itaimbé, investigada pela primeira vez por Ébano Pereira), e as áreas de Jaguariáva e Tibagi. Ainda em 1712 assinala-se uma produção de ouro em Lavrinhas, no Campo Largo; da mesma forma, ainda em 1741 em São José dos Pinhais. No século XVIII existem ainda evidências de uma certa produção, demonstradas pelas declarações que faziam “por suas consciências” diversos mineiros, com a finalidade do pagamento do imposto do quinto real. Embora tornada rentável pelo braço cativo, e tendo produzido pequenas fortunas na época, *“nesses tempos já se verificava que os mercadores de gêneros alimentícios e de fazendas e armamento, em dados casos ganharam mais que os garimpeiros”* [MARTINS, (s.d):181-4].

<sup>82</sup> MARTINS, (s.d):205.

<sup>83</sup> *Ibid.*, :217.

grande maioria, criadores de gado. No início do seu povoamento, Curitiba foi,<sup>84</sup> portanto, um apêndice do litoral. Entretanto, logo especializavam-se as duas regiões, uma com lavouras diversas, porto e comércio, outra com a criação de gado. A constituição de Curitiba enquanto vila (1693) assinalou o início da definição de uma identidade regional, fundada na pecuária.

A expansão desta sociedade campeira verificou-se no contexto de uma segunda etapa do empreendimento português no Brasil (fins do séc. XVII até o XVIII), quando a *"vasta empresa comercial da colonização incorpora em seu sistema de ação a conquista política e militar dos territórios que margeavam o centro já organizado na primeira etapa"*.<sup>85</sup> Esse processo foi preparado pela ação dos bandeirantes paulistas que, no "Brasil Meridional", deram continuidade às ações iniciadas na década de 1580 nas costas de Paranaguá, à medida que se esgotavam as fontes de mão-de-obra indígena no litoral e no planalto curitibano.

---

<sup>84</sup> *"Dispersos pelos pinhais, campos ou à beira dos rios, pouco a pouco se foram aglomerando os primeiros moradores efetivos da região. Em 1668, o Capitão-mór de Paranaguá, Gabriel de Lara, subindo a serra do Mar, tomou posse, em nome da autoridade portuguesa, da nova povoação, mandando erguer o pelourinho. Este foi levantado em terras povoadas por Mateus Martins Leme que, como Baltazar Carrasco dos Reis, anteriormente a 1661 já habitavam Curitiba"*. [CARDOSO & WESTPHALEN, 1981:44].

<sup>85</sup> MACHADO, 1985:17.

De certa maneira, as Bandeiras foram uma extensão terrestre das atividades preadoras e predadoras dos navegadores. Por sertões “nunca d’antes percorridos”, esses piratas da terra<sup>86</sup> não tinham fronteiras a serem obedecidas, mas tinham um alvo a alcançar. Resignados, quase fatalistas, “os que partem não sabem se voltam e não pensam mais em voltar aos lares, o que frequentes vezes sucede”.<sup>87</sup> O objetivo era o benefício a ser obtido, não sem perigo, com a perseguição dos índios, e a destruição das aldeias e reduções – que entretimentos vinham se estendendo por vasta área do atual território paranaense.<sup>88</sup> Cada vez mais adiante, mais para o interior, a oeste e ao sul, utilizando-se dos caminhos pré-colombianos do Peabiru. Embora não ocupassem realmente a terra, circulavam, e a “circulação seria o elemento essencial da posse”,<sup>89</sup> que mais tarde viria.<sup>90</sup>

Os aldeamentos procurados pelas expedições albergavam milhares de indígenas que estavam sendo preparados para o trabalho, sob a tutela dos missionários. Era muito grande o atrativo exercido pela existência de uma mão-de-obra que estava praticamente “madura”, e que bastava colher.<sup>91</sup>

Conhecemos o final dessa triste história: o resultado foi a destruição e fuga dos jesuítas e parte dos indígenas para o sul, transformando-se a

<sup>86</sup> Na continuidade da citação do texto de Martius (ver nota 58 e os textos concernentes), Brasil Pinheiro MACHADO comenta que as emigrações revestiam-se “desse cunho de aventura, de guerra e de pirataria que caracteriza o comércio mundial daquela época. Com esse mesmo espírito se caracterizava a expansão interna nos primeiros séculos, que é mero capítulo daquele comércio mundial de cupidez e de pirataria” [1987:183 – sem grifo no original].

<sup>87</sup> RIBEIRO, 1914:225.

<sup>88</sup> Ver Atlas Histórico do Paraná, p. 38-40 [CARDOSO & WESTPHALEN, 1981].

<sup>89</sup> *Ibid.* 19.

<sup>90</sup> Inspiro-me também nas palavras de Alberto TORRES: “O impulso que nasceu com o bandeirante, com o desbravador de florestas, com o donatário e seus sucessores, e, depois, com o fazendeiro, perpetuou-se pela história adiante, firmando as normas da aventura e do saque à natureza como estímulo à ação do homem sobre a terra” [apud MACHADO, 1987:185].

<sup>91</sup> Bandeiras de Manoel Preto (1607), Nicolau Barreto (1609), Manoel Preto (1611), Pero Vaz de Barros (1611), Sebastião Preto (1612) e Manoel Preto (1618). Talvez a expedição mais espetacular tivesse sido a de Raposo Tavares e Manoel Preto que, com 900 mamelucos e 2.000 a 3.000 índios auxiliares, dirigidos por ainda 69 paulistas, partiram de São Paulo em 1628 e fizeram guerra às reduções, destruindo várias delas, levando à fuga os habitantes de outras e, enfim, matando e aprisionando milhares de indígenas. A atividade, essencial para os paulistas, continuou na década seguinte quando alcançaram não só as reduções no oeste do Paraná, mas até as Reduções do Tape no Rio Grande do Sul (Fernão Dias Pais, que lá também destruiu reduções) [MARTINS, (s.d):78-83/142-8; BAIJANA, MACHADO & WESTPHALEN, 1969:53-6; CARDOSO & WESTPHALEN, 1981:38-40].



região ocidental do Paraná numa vasta terra de ninguém, cujo “vazio” – recobrado pelos *caigangs* e pelos *botocudos*<sup>92</sup> – ficou à margem da colonização pelo menos por um século e meio. Ou seja, desde o sucesso da expedição organizada em 1628 por Manoel Preto e Raposo Tavares até o início da segunda metade do século XVIII.

Se, de um lado, a ação bandeirante no Ocidente além da Serra do Mar deixou as mãos livres para os portugueses agirem durante o século XVII e XVIII no sentido de ocuparem a região para o oeste de Tordesilhas, um fato econômico preocupava os estrategistas da metrópole, tolhendo-os inclusive com ausência de perspectivas: no desenrolar do XVII a fonte dos investimentos na colônia minguava, com a crescente concorrência no mercado de produtos tropicais que se apoiava nas colônias francesas e inglesas.

Portugal, na tentativa de suplantar o problema, investe em outras direções. No sul, tendo em vista o aumento da demanda, a “indústria” de couros parece ter sido uma alternativa, embora a fonte de renda não se comparasse à do açúcar. Mas, em todo o caso, a Metrópole mostrou-se sensível às possibilidades.

Toda o Prata configurava-se nesta conjuntura como uma região criadora de gado, e seus couros ameaçavam a única economia que subsistia após a desorganização do mercado do açúcar pela ação das Antilhas. De modo que a extensão da colônia portuguesa até o estuário platino, com a fundação da Colônia de Sacramento em 1640, traduzia-se numa tentativa de dominar parcialmente esse mercado, inclusive organizando um entreposto de contrabando com Buenos Aires.<sup>93</sup>

Tais ações não podiam deixar de repercutir nas atividades pecuárias do Brasil Meridional. Ao mesmo tempo, tiveram conseqüências políticas importantes, uma vez que as guerras contra os espanhóis no desenrolar do século seguinte estavam intimamente relacionadas com a questão de fronteiras, onde se inseria colônia às margens do Rio da Prata.

Entretanto, apesar desses empreendimentos, *“para um observador de fins de século XVII, os destinos da colônia deveriam parecer incertos. Em Portugal*

<sup>92</sup> A partir das incursões bandeirantes, os tupis-guaranis que habitavam a região ou foram mortos, aprisionados ou fugiram para o sul. Tempos depois, o Paraná Ocidental foi ocupado pelos *Crens* (*Caigangs* e suas variedades) e pelos *Gês* (*Botocudos*).

<sup>93</sup> FURTADO, 68-9..

*compreendeu-se claramente que a única saída estava na descoberta de metais preciosos”*<sup>94</sup>. Voltava-se à estaca zero.

Mas não! Na realidade havia todo um capital de conhecimentos representado pelos resultados das expedições bandeirantes, que passam a partir desse momento a receber ajuda técnica da Coroa portuguesa.<sup>95</sup> E conhecemos o resultado, na forma do extraordinário desenvolvimento que ocorreu com a economia do ouro no início do século XVIII.

Ingressamos dessa forma num momento importante da história brasileira e, aí integrada, da história do Paraná e do Brasil Meridional – e não só em função do desenvolvimento econômico propiciado pela descoberta e exploração das minas de ouro do Brasil Central. Refiro-me às mudanças mais ou menos articuladas a este fato, como as inovações político-administrativas adotadas pela Metrópole em relação à colônia. Nesse sentido, é de salientar as medidas tomadas para centralizar as decisões, e a forma bastante autoritária adotadas para acabar com as tradicionais liberdades locais.<sup>96</sup> É óbvio que, entre outras razões, as autoridades metropolitanas queriam manter as rédeas curtas sobre a produção aurífera, considerando a necessidade que tinha de fazer fluir o quinhão a que tinham direito para os seus cofres.

Entramos assim no século XVIII, com o Estado Colonial português reestruturado. E o desenrolar do século viu chegar o auge do Absolutismo e do Mercantilismo na Europa e no Mundo das colônias, o que significa também o auge de suas contradições. Não seria por acaso que a revolução política, autoritária e administrativa estar sendo conduzida de Portugal por um “Déspota Esclarecido”, o Marquês de Pombal. E também não é por acaso que os motins na colônia ocorriam, não só por causa do peso da mão, do fisco e da autoridade portuguesa, mas também porque começavam a ser importadas da Europa certas idéias...

Também no alvorecer do século XVIII, ultrapassado de vez o sonho das minas de ouro, e tendo muitos antigos mineiros se mudado para as Minas Gerais e Mato Grosso, *“o litoral de Paranaguá e os campos de Curitiba constituiram uma única base geográfica para uma mesma comunidade regional que, embora prolongamento daquela paulista, já podia ser denominada de comunidade*

<sup>94</sup> *Ibid.*, 1989:73.

<sup>95</sup> *Ibid.*

<sup>96</sup> Representadas institucionalmente, até então, pelas prerrogativas e atuação das Câmaras Municipais.

paranaense. Ela se fixaria em torno das Vilas de Paranaguá e Curitiba, e iniciava sua expansão pelos Campos Gerais".<sup>97</sup>

Na continuidade, apesar, ou por isso mesmo, da "estirpe" e "nobreza" – como diria Oliveira VIANNA – do curitibano, seu modo de vida e temperamento, bem se integrou às necessidades cotidianas da pecuária. Não lhe interessava roçar, semear, cuidar da plantação. Criar tomava menos tempo. *A pecuária nos moldes com que era feita nos primeiros tempos, (...) pouco diferia de uma extração, com a vantagem de dar menos trabalho. Muitos dos primeiros criadores eram também mineradores*.<sup>98</sup> Por outro lado, "espírito guerreiro" do habitante dos campos de Curitiba levou-o a participar nas aventuras da expansão do território para o oeste e para o sul, em detrimento dos espanhóis; isolando-o, portanto, da subversão que "imigrava" da Europa por outros caminhos.

Ora, pecuária e guerras estão intimamente ligadas à política colonial no sul. De um lado, a organização e efetivação das expedições militares de reconhecimento e posse territorial, parte do plano português de "empurrar" definitivamente os espanhóis para além das fronteiras que estavam demarcando pela conquista. Mas antes, a integração econômica das regiões do Brasil que estavam sendo disputadas com os hispanos. Isso se fez, tendo em vista as pressões de uma demanda que estava se tornando evidente desde o início da exploração das lavras auríferas que se expandiram pelos chapadões mineiros, goianos e matogrossenses. Ou seja, porque essa região das minas situava-se numa distância inconveniente do Rio de Janeiro, não havia alimento, não havia gado, não havia meios de transporte.

Em função dessas exigências cruciais para a própria continuidade do ciclo que se inaugurava, reorganiza-se a colônia, evidentemente com a intervenção das autoridades portuguesas. Ao norte e ao sul, o gado valorizava-se, e providências eram tomadas para organizar o envio da carne "em pé" ao mercado carente. Ao leste, para onde ia o ouro, vinha de volta alimentos importados, transportados por tropas de mulas.

De modo que as regiões meridionais, que nos interessam em especial, estruturaram-se no sentido de fornecer aos mineiros o que necessitavam: cavalos, sobretudo mulas, e carne. Nos campos de Curitiba, o gado existia, mas não em quantidade suficiente. Além dos campos de Lages, no extremo sul da

<sup>97</sup> CARDOSO & WESTPHALEN, 1981:48.

<sup>98</sup> BERNARDES, 1952:59.

Comarca de Curitiba e Paranaguá, ficavam as “vacarias”, onde havia quantidades significativas de cabeças de gado vacum selvagem. E os habitantes do continente de São Pedro eram também especialistas na criação de muare.

Só faltava a estrada, que foi construída a partir do final da década de 1720, passando pelos campos da região.<sup>99</sup> Ligava o Viamão, no Rio Grande do Sul, aos Campos Gerais, no Paraná; na continuidade, fazia o elo com as feiras de São Paulo, principalmente de Sorocaba, onde comerciantes mineiros, fluminenses e outros vinham buscar o gado para revendê-los nas áreas das Minas. Esse caminho e a integração da economia paranaense ao *tropeirismo* possibilitaram de vez que Curitiba se independizasse do seu tributo ao litoral.<sup>100</sup>

Ao longo destes caminhos, organizavam-se “pousos”, currais, núcleos de arraiais que se constituíram rapidamente em povoados e vilas, habitados por curitibanos e paulistas (estes vindos de Itu, Taubaté e principalmente Sorocaba). A primeira foi Castro (Pouso do Iapó), depois a Lapa (Vila do Príncipe), Palmeira (Freguesia Nova), Pirai (Furnas), Tibagi e, entrando no século XIX, Ponta Grossa, Jaguaíva e Guarapuava. Mais ou menos ligado ao desenvolvimento da região e às entradas organizadas com finalidades militares e de exploração, também foram fundadas, no litoral, Antonina, Porto de Cima, Morretes e Guaratuba e, nos campos curitibanos, Piraquara, Rio Branco do Sul, Campo Largo. Finalmente, para o sul, margeando o Rio Negro e o Iguaçu, respectivamente, Registro (Rio Negro/Mafra – onde seria instalada uma colônia de açorianos no início do XIX) e Porto União da Vitória.<sup>101</sup> Ligada desta forma ao restante da região meridional do Paraná, e desde o início do século XVIII preponderante no planalto, Curitiba tornou-se o “primeiro centro administrativo criado acima da serra, (tendo sido igualmente,) *naquele*

<sup>99</sup> Os curitibanos, receosos da concorrência, e também os jesuítas espanhóis, que não gostavam da perspectiva de perder o gado selvagem que bastava ser laçado, faziam oposição às ações da autoridade central nesse sentido. Apesar disso, “em 1731 entrou nos campos de Curitiba, vinda do Rio Grande, e rumando para S. Paulo, a primeira tropa, tunjada por cem tropeiros, e composta de ‘duas mil e tantas cabeças, entre cavalos, mulas e eguas’. Não era gado vacum, portanto, como mesmo continuou a ser: tropas de mulas” [BALHANA, MACHADO & WESTPHALEN, 1969:65].

<sup>100</sup> “A construção dessa estrada é acontecimento relevante na história paranaense. Destiga Curitiba do ciclo litorâneo, distanciando-a socialmente de Paranaguá, e incorporando-a ao sistema histórico das guerras de fronteira, dando-lhe oportunidade de soma marcha para o sul, para o norte e para o oeste, de maneira que Curitiba passa a significar o caráter de toda a região que será a futura província” [MACHADO, 1987:188].

<sup>101</sup> CARDOSO & WESTPHALEN, 1981:48-59; MARTINS, (s.d):218; BERNARDI-S, 1952:61.

*tempo, um foco de propagação de povoadores.*<sup>102</sup> Esse processo foi sintetizado por Brasil Pinheiro MACHADO, localizando nesta Vila o centro social de irradiação que constituiu a individualidade da comunidade paranaense.<sup>103</sup>

Em suma, a partir das necessidades da região das minas a produção da pecuária no Brasil sofreu uma verdadeira revolução. Novas demandas de alimentos e de animais de transporte permitiram uma integração melhor da economia meridional com o conjunto da economia brasileira. Integração que passava pela interdependência das “sub-regiões”, “*umas especializados na criação, outras na engorda e distribuição e outras constituindo os principais mercados consumidores*”.<sup>104</sup>

Portanto, sob um novo estímulo econômico, a aura da aventura ainda não havia terminado. O bandeirantismo espontâneo, este sim, desaparece com a descoberta do ouro. É hora da exploração militar, da definição das fronteiras, de pressionar os indígenas hostis e os espanhóis mais para o sul e para o oeste. Em 1750 foi assinado entre Portugal e Espanha o Tratado de Madrid, que consagrava os fundamentos do *uti-possidetis*, possibilitando em consequência as conquistas territoriais portuguesas. Isto acertava, sem dúvida, o que já era de fato português desde o final do século XVII. Mas, também, legitimava as conquistas territoriais que se fariam a partir dessa conjuntura, durante os vinte anos que se seguem à assinatura do acordo.<sup>105</sup> Desta maneira, definia-se a irradiação da comunidade paranaense cada vez mais para o Ocidente, na procura de novos pastos para engorda da criação e para “invernagem” das tropas que vêm do Rio Grande do Sul.

<sup>102</sup> BERNARDES, 61.

<sup>103</sup> “*A história do Paraná é (...) um capítulo da história regional do Brasil, e consiste na história da formação de uma comunidade que, como tal, adquiriu individualidade distinta de qualquer forma, das outras comunidades regionais do Brasil. Sua formação, em traços gerais, se processa do seguinte modo: a) pela formação de um centro social de irradiação, que se localizou em Curitiba; b) pela expansão dirigida desse centro, de onde resultou a conquista, pela posse, de determinado território; c) pela constante subordinação social e política dos núcleos resultantes da expansão ao centro social inicial de Curitiba, de modo a formar um conjunto*” [MACHADO, 1987:183].

<sup>104</sup> FURTADO, 1989:77.

<sup>105</sup> O *Atlas Histórico do Paraná* assinala o progresso destas expedições, e seu texto indica a organização de pelo menos 11 entradas que exploram os campos do Paraná, explorando os campos de Guarapuava. Uma delas atingiu, pelo vale do Ivaí, o rio Paraná e outra, seguindo o Iguaçu, seus saltos [CARDOSO & WESTPHALEN, 1981:52-5].

Assim foi que, além dos currais e povoados, os Campos Gerais passaram de zona de passagem para zona produtora.<sup>106</sup> Os próprios tropeiros tomavam a iniciativa, investindo na requisição de sesmarias, que deveriam servir para aumentar as tropas que seguiam para Sorocaba e para engorda dos animais vindos do Sul.<sup>107</sup>

De uma certa forma ainda na esteira das tradições dos descobrimentos, a aventura também continuava com a adoção pelos curitibanos da atividade tropeira, “navegando” terra abaixo no dorso dos cavalos e mulas. Iam ao Rio Grande comprar os muare e gado vacum para vender em Sorocaba.

Dito de outra maneira, a concorrência com o Rio Grande do Sul não eliminou os curitibanos do negócio – ao contrário. Praticamente foram eles que inauguravam o lucrativo comércio das tropas, que dominaram. Continuaram a ter lucro, de modo igual, com a criação de gado e a intensificação da invernagem, empreendimento de aluguel de pastos que estava a se mostrar cada vez mais importante durante o desenrolar do século, e principalmente no século XIX.

Na esteira das expedições militares e as fortificações erguidas pelos soldados, o gado continuou a penetrar e se expandir mais para o oeste, e seus proprietários requeriam em função disso sítios e fazendas.<sup>108</sup>

Em 1839 duas bandeiras completavam a exploração dos campos de Palmas – já conhecidos desde a década de 1810 –, dando início à sua ocupação pelas fazendas de gado. Portanto, por volta dos meados do século XIX completava-se na prática a ocupação das áreas campestres do Paraná; da mesma forma, as manchas de mato que intercalavam os campos, regiões mais propícias à agricultura que abastecia a sociedade campeira.

Para sintetizar, a “ética da aventura”, desenvolvida no Paraná pela criação e comércio de gado, mostra que o espírito da Idade Moderna penetrou fundo no século XIX. Para os habitantes da Comarca, as atividades relacionadas à

<sup>106</sup> Os Campos Gerais estendem-se “desde o rio Itaipu até o rio Iguaçu, como um enorme arco com largura variando entre 30 a 60 e até 100 quilômetros. (...) Formados sobre um relevo suave, de ondulações que descambam insensivelmente para oeste, cobertas por uma vegetação rasteira de gramíneas, apenas interrompidas aqui e ali por um capão ou uma mancha maior de mata em que se sobressai [se sobressaia] a imponente araucária, desimpedidos pela circulação fácil em todos os sentidos” (...) [BERNARDES, 1952:60].

<sup>107</sup> *Ibid.*, 1952:61.

<sup>108</sup> Em levantamento realizado por Afonso Botelho, verificou-se a existência, em 1772, de 88 fazendas e 131 sítios no Paraná. Em 1816 contabilizava-se a existência de 1.285 “posseções de terra” [CARDOSO & WESTPHALLEN, 1981:54 e 58].

pecuária e ao tropeirismo eram “a única compatível com a dignidade e o espírito de liberdade e heroísmo”,<sup>109</sup> próprias igualmente da grande propriedade. Mais que extensas posses de terra, era o *latifúndio* o fundamento das atividades e empreendimentos na colônia brasileira; era o latifúndio que sustentava uma estrutura social hierárquica e definida pelo eixo *senhor e escravo*.<sup>110</sup> Este tripé pode ser observado evidentemente na organização do sistema de *plantation*<sup>111</sup> no Nordeste (e, mais tarde, no sistema da cafeicultura), onde trabalhava duramente o elemento cativo nas plantações de cana-de-açúcar, guardado pelos belicosos e livres mamelucos, chefiados pelo patriarca. Mas, igualmente, na estrutura da exploração das minas e na organização das bandeiras. De maneira mais específica, também aqui no Sul, nas fazendas de criação, o “trabalho” dos currais, de montaria e outros com o gado era exercido de preferência pelos homens livres, pelos peões. E os escravos dedicavam-se às atividades físicas depreciadas pelos homens livres, como a agricultura de abastecimento das fazendas autárquicas, bem como às atividades menos nobres do artesanato. Escravos africanos, na sua grande maioria, que entraram em relativa quantidade nas primeiras décadas do século XIX. Mas, também os *gentios de guerra*, aprisionados pelos fazendeiros paranaenses nas suas investidas contra os coroados e botocudos que viviam nos campos paranaenses.

Enfim, o latifúndio criou “o padrão da formação social brasileira colonial”, mobilizando a força econômica da colonização. E, aqui no Sul, também organizou a produção, possibilitando a inserção da região, e das outras, “na estrutura econômica mundial, segundo os colonizadores esperavam da colônia”.<sup>112</sup>

<sup>109</sup> BERNARDES, 1951:63.

<sup>110</sup> Ao introduzir o capítulo “*Sociedade Campeira – gênero de vida*”, escrevem seus autores: “Desde os primeiros povoadores da faixa litorânea até o final do século XIX, em que se completou a expansão fazendeira sobre a totalidades dos campos do Paraná, a sociedade apresentou a mesma estrutura social que caracterizou toda a formação brasileira, marcada por uma rígida estratificação dominada pela relação senhor-escravo. Nem o objeto da exploração econômica, nem o ambiente geográfico, nem fator qualquer afetou a estrutura tradicional, até o final do século XIX.” [BALHANA et al., 1969:87]. Recomenda-se a leitura integral deste capítulo, cujo conteúdo fundamenta-se nos testemunhos dos Presidentes de Província (Relatórios), Atas de Câmaras Municipais, inventários, correspondência, diários de viagem (Saint-Hilaire, Bigg Wither), e outros. O mesmo capítulo reproduz mapa de Brasil Pinheiro Machado, traçando os principais caminhos de tropas utilizados durante os séculos XVIII e XIX no Brasil Meridional [p.96].

<sup>111</sup> O termo é consagrado na historiografia para definir o sistema econômico e social que girava em torno de um produto básico para as economias regionais e ou mercantilistas. Refiro-me, além do açúcar no Brasil e nas Antilhas, por exemplo, ao algodão no sul dos Estados Unidos etc.

<sup>112</sup> MACHADO, 1985:14.

### 3 POR UMA ÉTICA DO TRABALHO. COLONIZAÇÃO, IMPERIALISMO E LIBERALISMO. A PROPOSTA DE UMA IMIGRAÇÃO DE COLONOS BRANCOS, "MORIGERADOS E LABORIOSOS"

#### RESUMO

O terceiro capítulo também enfoca as migrações e os deslocamentos populacionais, agora articulados com a proposta de um novo mundo do trabalho, fundado nas receitas da economia política. No lugar do trabalho escravo, a mão-de-obra livre e assalariada. Em vez das corporações e monopólios, o livre comércio. A palavra de ordem é "liberdade": dos indivíduos (individualismo), inclusive de migrar; das nações (nacionalismo); de trabalho (nas fábricas). Impõe-se um estatuto de direito, um código burguês, modelado pelo Código Napoleônico. Constrói-se de modo gradativo um Direito Internacional – e nele inserido, um Direito Marítimo – que deveria reger as relações entre as nações. Os mais radicais, republicanos e "socialistas" declaram: "morram as colônias!" – elas representam a velha ordem e o Antigo Regime. O mercantilismo como prática e como doutrina tornara-se anacrônico. A Europa, após 1815, voltava-se para a resolução de problemas internos, domésticos e continentais. E, para muitos estadistas, as colônias acumuladas durante os séculos precedentes constituíam um estorvo. Entretanto, apesar da nova ordem liberal, o mundo real apresenta dificuldades: de que forma os antigos países colonialistas poderiam desvencilhar-se das suas "províncias" ultramarinas? Como poderia a Inglaterra liberar a Austrália, a França a Argélia, Portugal o Brasil, e assim por diante? De qualquer maneira, o antigo colonialismo morreu, e praticamente a primeira metade do século XIX é marcado por um desinteresse generalizado em relação às colônias. Porém, após 1850, em especial a partir de 1870, volta mais forte, impulsionado pelas novas forças econômicas e políticas que foram engendradas neste século. Nesse momento, as pressões da industrialização, do capital e da demografia constituem fatores novos, traduzindo complicadores estratégicos, o que explica uma nova corrida colonialista – o Imperialismo. As migrações internas e internacionais inserem-se e adquirem sentido nesse contexto, junto com a "migração" de capitais.



População redundante, crises sociais, *darwinismo* social e político, neocolonialismo e neomercantilismo, desenvolvimento dos transportes e comunicações, constituem as múltiplas faces de uma mesma moeda. Este é o grande cenário do terceiro capítulo deste livro. No âmbito brasileiro, a independência, modificações estruturais a partir de 1850, e as aspirações das elites para a construção de uma Nação.

### 3.1 A DECADÊNCIA DO COLONIALISMO MERCANTILISTA

Durante toda a época moderna, o desenvolvimento político e econômico europeu, que se traduziu no domínio dos mares e na obtenção de colônias, esteve sob a égide do comércio. E a história das relações comerciais nesses tempos é a história do mercantilismo – ou de práticas, ações e estratégias que foram, no geral, assim denominadas. De fato, a própria sobrevivência dos novos Estados Nacionais estava calcada em função de regras – às quais os “economistas de plantão” deram uma aparência doutrinal, – relativamente flexíveis, impostas por interesses momentâneos, circunstâncias conjunturais e condições estruturais.

No que concerne à estas disposições do *sistema colonial*, é o caso de se perguntar, por exemplo, se Portugal e Espanha tiveram condições de manter o que, por direito divino, lhes pertencia desde Tordesilhas. Por outro lado – e aqui me refiro mais às circunstâncias de momento, – como se deveriam amoldar as necessidades “nacionais” às regras do jogo que salientavam as possibilidades impostas pelas iniciativas de cada país nas relações de comércio? Penso, por exemplo, no “direito” de corso e de contrabando, práticas “ilegais”,<sup>113</sup> no entanto pragmáticas, e universalmente utilizadas. Eram próprias da “aventura” do comércio colonial, e um exemplo mencionado neste livro foi a fundação da Colônia do Santo Sacramento por Portugal.

Refiro-me de modo igual à própria flexibilidade do “pacto colonial”, visível na história de alguns domínios. Ou não é verdade que, para poder manter seus investimentos coloniais – os lusitanos tornam-se os principais

---

<sup>113</sup> Como sabemos, na história destas práticas “comerciais”, cada vez mais o tráfico de escravos africanos torna-se ilegal, à medida que uma nova consciência pública adquire forma e atua no sentido de pressionar os governos a abolirem a escravidão.

produtores de ouro no século XVIII –, Portugal praticamente “sublocou” seus direitos de comércio no Brasil à navegação inglesa?

Talvez o melhor exemplo possa ser tirado de uma história mais próxima de nós, no Brasil Meridional, e que tem a ver com as relações entre Portugal e Espanha. Durante toda a época moderna, os propósitos gerais do mercantilismo castelhano tiveram de se amoldar à necessidade e aos objetivos de construir suas riquezas em metais preciosos. Manteve-se assim estritamente “colonialista”, o que se traduzia no enrijecimento de suas posições nas defesas do eixo Peru-México. A ausência de flexibilidade, articuladas às próprias características da mentalidade espanhola, impediu esse país de investir no comércio; no final, veio a decadência.<sup>114</sup>

Outro fator levou ao declínio geral do mercantilismo e desta fase do colonialismo, fator que foi engendrado pela própria evolução das atividades econômicas.<sup>115</sup> Um dos sintomas dessas transformações foi a passagem da fase das *“colônias comerciais”*, características dos primeiros momentos das Grandes Navegações, para a constituição de *“colônias de povoamento”*, a partir principalmente do século XVIII.

Articulado aos fatores políticos, externados nas preocupações pela segurança dos domínios coloniais que precisavam urgentemente ser ocupados, os portugueses, em especial, tinham um plano. Suas raízes teriam sido fincadas quando já se evidenciava a decadência do comércio no Oriente,

---

<sup>114</sup> Bem que os espanhóis tentaram, no início, ampliar sua atuação, pois desde sempre, a proteção das rotas era uma medida lógica. Vem daí o caso das reduções jesuítas, que deveriam complementar a defesa, pela posse, das trilhas do Peabiru (caminho atlântico das minas de *Potosí*, cujos direitos eram assegurados por Tordesilhas). Entretanto, suas carências levaram a Espanha a se descurar da região, história que conhecemos. Portugal, apoiado pela Inglaterra, e fundamentado na ação dos bandeirantes paulistas, conseguiu assenhorear-se do território, perdendo somente Sacramento – neste caso, os lusitanos tiveram de escolher. Durante o desenvolvimento do século XVIII a Espanha realmente só conseguia salvar seus outros domínios aos pretendentes do seu butim, graças à fraqueza relativa dos países oponentes (Países Baixos, Inglaterra e França), oriunda da rivalidade colonial.

<sup>115</sup> A questão está relacionada à própria rentabilidade da colonização, o que não era mais evidente à medida que avançava o século XVIII. As jazidas de ouro pareciam cada vez mais raras, as especiarias não estão mais na moda. O aumento da produção mundial e a concorrência do açúcar de cana diminuía os lucros. Cada vez menos importante para uma nação era o domínio do comércio de produtos exóticos, e cada vez mais o domínio das fontes de carvão. E, finalmente, dado o fim próximo da escravidão, seriam ainda exploráveis as colônias sem o concurso da mão-de-obra cativa?

tomado pelos concorrentes europeus, antes mesmo da aclamação de Felipe II como Rei de Portugal, em 1580. Refiro-me à idéia de organizar os domínios lusitanos sob a forma de um império do tipo *agrário*, que envolvia o “povoamento” das colônias. Depois da Restauração, em 1640, cada vez mais esses esforços se implementavam, mas neste momento o “povoamento” ainda implicava a imigração forçada de escravos africanos.<sup>116</sup>

No século XVIII, esses esforços estavam mais maduros, envolvendo inclusive um investimento na vinda de 300 a 500 mil portugueses pobres, reinóis e açorianos, para o Brasil. Desta forma foi favorecida a ocupação de regiões mais remotas como Goiás e Mato Grosso; possibilitou-se o povoamento de algumas regiões estratégicas, tais como as fronteiras do Sul e da Amazônia (Pará, no litoral catarinense e no continente de São Pedro). Com tudo isto a população total do Brasil aumentou de cerca de 300.000 habitantes no início do século XVIII para mais de três milhões em princípios do século XIX. Enfim, eram medidas que visavam ocupar realmente os domínios coloniais portugueses. De modo igual, manifestavam a importância que a Colônia assumia aos olhos da Coroa, o que levou inclusive a um grande esforço para sua reestruturação.

Dominadas as Câmaras Municipais, abafados os poderes locais das grandes famílias, organizado o povo dentro da disciplina militar das tropas de primeira linha, de auxiliares, de ordenanças e de milícias, e de corpos de soldados aventureiros, estava o Brasil do Século XVIII preparado para as grandes campanhas que se feriam nas fronteiras dos espanhóis.<sup>117</sup>

O plano era avançar de São Paulo e de Curitiba, invadindo o Paraguai e, passando pelo território das Missões, atacar os espanhóis do Prata pelo interior.<sup>118</sup> É este o contexto das onze expedições militares organizadas e sob o comando geral do Coronel Afonso Botelho entre 1768 e 1774. As ordens do governador de São Paulo, Capitão-General Luiz Antônio de Souza Botelho e Mourão, o Morgado de Mateus, eram ir

---

<sup>116</sup> Para se ter uma idéia dos grandes saltos quantitativos relativos à importação de escravos africanos na América Portuguesa, assinala-se que entraram cerca de 50.000 negros cativos no século XVI, 560.000 no século XVII e 1.861.000 no XVIII.

<sup>117</sup> BALHANA *et al.*, 1969:76.

<sup>118</sup> *Ibid.*, 76-7.

até fazer contato com os espanhóis: “quando os encontrassem, deveriam parar, mas nunca recuar”.<sup>119</sup>

Em consequência, todo o território paranaense estava “descoberto” em 1774, com exceção do vale do rio Paranapanema. Sobre suas partes cobertas de campos espalhar-se-ia a sociedade campeira durante a primeira metade do século XIX.

A palavra “colonização” completa assim o seu sentido na história.<sup>120</sup> E aproveito para completar o meu pensamento: as colônias e a imigração de “povoamento” começam a assinalar, pelas novas estratégias envolvidas e as idéias mais ou menos difusas que estavam por detrás, mudanças nos objetivos coloniais. Mais adiante, mas no contexto das amplas transformações que se preparam durante o século XIX, começa-se a ouvir algumas vozes, as quais estimam que a era da escravidão, e também das colônias, estava terminando. Preparava-se a transição do trabalho escravo para o trabalho livre, de uma ética da aventura para uma ética do trabalho. Para uma nova racionalidade.

Como sabemos, desde o início do século XIX instala-se o processo da abolição do trabalho cativo. Mas o colonialismo, depois de uma breve hibernação após o Congresso de Viena – e coerente com o desenvolvimento das idéias de livre comércio –, ressurgiu com nova roupagem, sob a égide do imperialismo.<sup>121</sup> A partir especialmente da

<sup>119</sup> *Ibid.*, 77.

<sup>120</sup> Até então, as palavras derivadas do latim não tinham mais do que um significado rural: o colono era um camponês; a colônia, uma granja. A raiz logo tomou um significado demográfico: nos tempos da hegemonia de Veneza, uma colônia era um grupo de homens que se expatriavam, e a palavra conservaria este significado. Porém, também tomara outro, completando-se o vocabulário: na época das Companhias, sob os primeiros Stuarts, o termo “*colony*” começa a designar uma terra povoada por imigrantes, e em francês a palavra “*colonie*” assume o mesmo significado. É deste modo que nasce na Inglaterra o verbo “*colonizer*”. No século XVIII, surge a palavra “*colonist*” e, logo após, começa a ser utilizado o termo “*colonisation*”, e o equivalente francês, o verbo “*coloniser*”, e o adjetivo “*colonial*” [SÉDILLAT, 1961:314 – ver ainda anexos 15 e 18]. Devo ainda complementar que os imigrantes alemães que se radicaram nos arredores de Curitiba, no início da segunda metade do século XIX, freqüentemente designavam a parcela de agricultores de “*Kolonist*”.

<sup>121</sup> Tendo em vista a linha que se está desenvolvendo, e que se segue no capítulo seguinte, é necessário fazer uma observação. HOBBSBAWM alonga o século XIX, fazendo-o se iniciar em 1789, e terminando-o em 1914. Para isso, analisa o século em três momentos (Revolução, Capital e Império). Chamo a atenção para o fato de que a *Era do Capital* é balizada por ele em 1848 e 1875, período esse em que se prepara o Imperialismo, com o desenvolvimento do Capitalismo. Podemos discutir a inserção ou não neste processo do

década de 1870, desembocando na Primeira Grande Guerra, a face deste colonialismo seria uma verdadeira corrida por territórios.

Novo colonialismo, colônias de povoamento e, principalmente, um fluxo imenso de migrantes tornado possível pelo crescimento desordenado da população em função da *transição demográfica*<sup>122</sup> européia; emigrantes que, no século passado, saíam da Europa para *“fazer a América”* e os *“países novos”*.<sup>123</sup>

Um grito para a liberdade: “que morram as colônias!”. O problema é que, até então, justamente o povoamento das colônias caracterizava, para alguns, uma sangria demográfica, o que resultou em uma das ferrenhas críticas que se desenvolvem ao colonialismo no século XVIII, engendrada pelos filósofos franceses e seus leitores: Voltaire, Mirabeau, Montesquieu, a Enciclopédia ... Soma-se a esta oposição as críticas iluministas geradas pelo mau tratamento aos indígenas, que não seriam inferiores aos homens brancos civilizados; muito ao contrário. De maneira que o desenvolvimento do mito do “bom selvagem” (Montaigne e depois, principalmente, Rousseau) levou também à inserção de uma cunha crítica à escravidão.

Por conseguinte, o século XVIII assinala o final do Antigo Regime, do colonialismo mercantilista, do restolho feudal. Logo, é um século de profundas mudanças e contradições, que se tornam mais críticas com as

---

crescimento populacional europeu, como causa ou consequência. Entretanto, é fora de dúvida que o início da emigração européia, neste período, também tem a ver com o estabelecimento das bases de uma renovação do domínio europeu no mundo, desenvolvido por meio do “neocolonialismo” do século XIX [1998, 1998<sup>b</sup> – ver especialmente pp. 202-16 – e 1998].

<sup>122</sup> A expressão “*transição demográfica*”, enquanto designativa de uma teoria, requer alguns cuidados. Na sua generalização, é evidente sua correspondência com a chamada teoria da “modernização”. Ambas opõem uma sociedade “tradicional”, “agrária”, localizada em algum lugar do passado, a uma sociedade “moderna”, industrial e urbana, ponto de chegada já atingido por algumas populações, meta a ser alcançada pela humanidade. Fica implícita, pois, a idéia de que a modernização alcançará necessariamente as culturas mais atrasadas, um dia ou outro. Igualmente, a idéia de que a transição demográfica constitui a face populacional da modernização [NADALIN, 1994: 94-95].

<sup>123</sup> Mas, atenção! Essas são sementes que estão sendo jogadas, aqui e ali. O momento é caracterizado pelo auge da exploração colonial. No mundo, subsiste de modo geral até o novo concerto europeu após as guerras napoleônicas. No Brasil, persiste durante o século XIX. De certa maneira, mesmo anacrônicas, estruturas coloniais mantêm-se durante o Império Brasileiro; até mesmo adiante, convivendo com as profundas transformações que ocorrem no principal a partir de 1850, para as quais contribuíram a vinda de milhões de imigrantes de origem européia.

revoluções. Embora as idéias desse “Século de Luzes” pudessem empolgar e comover a opinião pública, à medida que avançava, não chegavam a mudar a *praxis* cotidiana. Com efeito, muitos leitores dos filósofos, entre os quais os futuros construtores dos Estados Unidos da América, tinham que colocar os interesses políticos, econômicos e comerciais em primeiro lugar, e a abolição da escravidão seria adiada. As 13 colônias tornaram-se independentes, e os “americanos” brancos libertaram-se, inspirados em direitos individuais que, apesar de eternos e inalienáveis, definindo abstratamente a igualdade entre todos os seres humanos, não alcançaram certamente todos os habitantes dos território. Mas os *yankées* mostraram o caminho.<sup>124</sup>

Depois, veio a Revolução Francesa,<sup>125</sup> que produziu constituintes capazes de redigirem uma Declaração Universal de Direitos sem se dar conta que com isso ameaçavam suas próprias colônias e um sistema econômico colonial fundado ainda na mão-de-obra escrava.<sup>126</sup> Esse foi o grande dilema da Revolução, tanto ao se impor aos Europeus pelas guerras revolucionárias – e, mais tarde, napoleônicas – como mantendo a escravidão e as colônias.

Nesse clima de tão profundas e contraditórias mudanças, a servidão continuava a ser, num dos seus aspectos, um tráfico de bens móveis, apesar do desenvolvimento de boas intenções em torno dos africanos e outros escravos. As colônias de povoamento do setecentos seriam, em consequência, “povoadas” não tanto por europeus, mas pela migração forçada de milhões de africanos, importados por letrados comerciantes

---

<sup>124</sup> Embora também continuassem a dizimar os indígenas da terra. Além dos preconceitos, havia o fato de que era necessário sempre proteger os colonos brancos, ameaçados na sua expansão pelos “pele-vermelhas”. Tal fato foi evidente também no Brasil, com a atividades dos bugreiros mamelucos que continuavam a ser exercidas durante o século XVIII – no Paraná, em especial, a hostilidade dos indígenas face à expansão luso-brasileira na região foi repelida pelas armas dos milicianos que constituíram as cabeças de ponte da penetração do interior.

<sup>125</sup> E sabe-se lá quantas conjuras – como a própria de Minas no Brasil em 1789 –, revoltas abortadas, revoluções bem-sucedidas que foram inspiradas pelas subversivas idéias francesas.

<sup>126</sup> Convém lembrar que no final do século a França revolucionária possuía colônias nas quais o número de brancos não passaria de 100.000, frente a cerca de 750.000 escravos. Enquanto isso, ao mesmo tempo que os filósofos continuavam a pregar e vender suas idéias, consumidas por ávidos leitores, tanto uns como outros especulavam sobre as ações das Companhias das Índias [SÉDILLIOT, 1961:323 e 330].

que não só conheciam, mas até admiravam as palavras dos filósofos da moda.

É a Inglaterra? Nem tão conservadora como as monarquias da Europa Central, nem tão progressista a ponto de absolver os eternos inimigos franceses de seus "crimes" regicidas, a Ilha conseguiu resistir. Embora adeptos cada vez mais do liberalismo econômico e cada vez mais convictos de que a escravidão deveria dar lugar ao regime do trabalho livre, os ingleses não puderam deixar de colher o fruto colonial que a eles era oferecido em função da sua guerra contra a Europa francesa. Senhora dos oceanos, recolheram sua ceifa, apoderando-se das colônias francesas, das possessões dos aliados da França e daquelas pertencentes originalmente pelas nações ocupadas pelas tropas francesas.

Ou, obtendo vantagens indiretas, o que poderia ser mais vantajoso. Assim, apesar de a Inglaterra ter construído uma relação especial com Portugal, usufruindo até as colônias lusitanas, evidentemente sua liberdade de acesso e tráfico era relativamente obstada pelo estatuto colonial. O Brasil, enquanto isso, havia se consolidado como uma das jóias do Império Português, e os metais e pedras preciosas das novas regiões das minas constituíam a argamassa desta condição. A colônia organizava-se finalmente enquanto tal, cumprindo suas funções.

Mas o peso do tácio português era tal que se tornou insuportável para algumas elites intelectuais brasileiras, educadas graças às possibilidades das riquezas oriundas direta ou indiretamente da exploração aurífera. O desenvolvimento da subversão foi o resultado lógico, inspirada pelas mesmas idéias francesas. Deu no que deu. Os brasileiros tiveram de esperar alguns anos pela sua liberdade, propiciada indiretamente pelas guerras napoleônicas na Europa e pelo bloqueio continental. O príncipe regente português, para evitar ser aprisionado pelos franceses que invadiam a terra lusitana, mudou-se com a corte para a sua colônia em 1808, protegidos e estimulados pelos ingleses. Mudava-se o rei – no caso o Regente –, mudava a capital do reino. E na prática o Brasil deixava de ser colônia.

O monopólio foi rompido com a abertura dos portos<sup>127</sup> às nações amigas – leia-se, Inglaterra – e, ligado a esses eventos e à novas condições

---

<sup>127</sup> Carta Régia de 28 de janeiro de 1808 [LEGISLAÇÃO BRASILEIRA, RELATIVA AOS ESTRANGEIROS, A PARTIR DE 28 DE JANEIRO DE 1808. *In*: MOVIMENTO DA POPULAÇÃO, Imigração e Emigração. 1954:23].

que começavam a se definir na Europa, foi desenvolvida a partir de então uma nova política de povoamento do território brasileiro. Nova em termos, uma vez que as ações oficiais já vinham se multiplicando desde os tempos de Pombal e do Morgado do Mateus no século XVIII, e aplicavam-se para explorar, conquistar e ocupar os “vazios demográficos”.<sup>128</sup> É sintomático, nesse sentido, que no mesmo mês de novembro de 1808, duas Cartas Régias planeavam distinta e complementarmente sobre a questão. A primeira, do dia 5, dispunha sobre os estímulos – inclusive concessão de sesmarias – oferecidos aos que tomassem armas para conquistar em definitivo os Campos Gerais e os de Guarapuava aos “denominados *bugres*, que matam cruelmente todos os fazendeiros e proprietários que nos mesmos países têm procurado tomar sesmarias e cultivá-las em benefício do Estado”.<sup>129</sup> A segunda Carta Régia, de 25 de novembro, permitia a concessão de sesmarias aos estrangeiros residentes no Brasil.<sup>130</sup>

### 3.2 AS MIGRAÇÕES EUROPÉIAS NO SÉCULO XIX.

A Europa que o Príncipe Dom João abandonou estava marcada por um profundo processo de renovação, pois a sociedade de mercado, que se desenvolvia desde os finais da Idade Média, desembocava finalmente numa grande revolução tecnológica, econômica e social. Com a dupla revolução – francesa e industrial – as práticas mercantilistas, ao iniciar-se o século XIX, estavam ultrapassadas. Mas, o tempo dos impérios coloniais não havia terminado. O século XIX inclusive reservaria-lhe os melhores dias: levaria a expansão branca a seu apogeu e à Europa sua maior fortuna.<sup>131</sup> As razões não são difíceis de serem discernidas. Salvo algumas contendas locais, o mundo europeu criado pela Santa Aliança desenvolveu-se num século de paz. Como regra geral, as grandes potências tinham, agora, tempo e dinheiro para se ocupar de outras

<sup>128</sup> “O plano do Morgado do Mateus de ocupação efetiva das regiões interiores do Paraná, por meio da expansão forçada da população em novas vilas e estâncias, até entestar efetivamente com os estabelecimentos espanhóis – apresentava-se, nesse começo de século, com nova oportunidade e urgência, quarenta anos depois das expedições de Afonso Botelho” [BALHANA et al., 1969:81]. Ver [A.34].

<sup>129</sup> BALHANA, et al., 1969:82.

<sup>130</sup> LEGISLAÇÃO BRASILEIRA, RELATIVA AOS ESTRANGEIROS, A PARTIR DE 28 DE JANEIRO DE 1808. In: MOVIMENTO DA POPULAÇÃO; 1954:23.

<sup>131</sup> SÉDILLOT, 1961:351.



empresas. Num quadro de segurança material, cresceu a riqueza e, sincronicamente, rompeu-se o equilíbrio na dinâmica da população. Esse fenômeno, já mencionado,<sup>132</sup> provocou um crescimento significativo na população da Europa.

A articulação entre os efeitos da Revolução Industrial e a existência de uma população redundante levou à grande emigração da segunda metade do século XIX, primeira metade do século XX. Nada menos do que sessenta milhões de europeus atravessaram os mares, num momento em que ocorria de modo igual profundas transformações culturais promovidas pelo desenvolvimento de uma mentalidade individualista.

A idéia de migrar para as cidades, para os países novos ou de “*fazer a América*” cedia, como em outros tempos, à chamada do ouro. Porém, com mais freqüência, **emigravam para trabalhar**, para lavrar, plantar e criar; para construir algo seu, eventualmente uma família – na medida do possível, construir fortuna. O traslado tornava-se, assim, um novo horizonte, lá onde um sentimento novo dava-lhes condições de triunfar, com muito labor, e escapar da vala comum da proletarização. Emigravam, também, para dar vazão a este sentimento novo que, de maneira paulatina, contribuía para o “desenraizamento” da população rural e, mesmo, dos habitantes das pequenas cidades.<sup>133</sup>

Nas cidades, essa população tornava-se mão-de-obra para as fábricas que floresciam. E a industrialização, antes restrita à Inglaterra, avançava no continente, oferecendo péssimas condições de vida aos trabalhadores. Expulsos do campo, necessitando trabalho, esses grupos sociais eram obrigados a aceitar baixos salários, exaustivas jornadas de trabalho e viver em cidades cada vez mais superpovoadas e pauperizadas. O empobrecimento também alcançava os artesãos urbanos, cujas oficinas não suportavam a concorrência com as fábricas.

<sup>132</sup> A *transição demográfica* europeia: a população do Reino Unido, da Prússia e da Rússia europeia quase duplicaram entre 1800 e 1850. No período maior entre 1750 e 1850 triplicou a população do Reino Unido, e quase duplicaram as populações da Suécia, Noruega, Dinamarca, Holanda e grande parte da Itália. Finalmente, as de Espanha e Portugal aumentara em um terço no mesmo período de cem anos [HOBBSBAWM, 1998:174-5]. Sobre o conceito e a história da “transição demográfica”, ver A.6 e a nota 70.

<sup>133</sup> No entanto, o fator mais significativo para o encaminhamento de camponeses aos centros urbanos foram as mudanças econômicas que se verificaram nas zonas rurais, principalmente na Inglaterra, onde os “*enclosures*” e a exploração agrícola em grandes propriedades expulsavam os homens dos campos em que, desde tempos imemoriais, trabalharam.

O desenvolvimento do capitalismo, igualmente, traduziu-se na melhoria das condições de transporte terrestre e marítimo. O trem permitia a ligação das áreas rurais com os grandes centros, e os navios, cada vez maiores e mais aperfeiçoados, eram colocados a serviço das migrações internacionais.

Por essas razões, as diversas ondas emigratórias europeias do século passado, que atingiram o apogeu na passagem do século XIX para o XX, acompanharam o avanço do capitalismo e/ou da transição demográfica. Do noroeste europeu, abrindo-se em leque para o sul e o leste, combinando-se com motivações regionais, a emigração encaminhou para a América e outras partes do mundo indivíduos e grupos de diferentes nacionalidades. Não foi por coincidência, então, que os primeiros europeus não-portugueses que chegaram ao Brasil fossem de origem "anglo-franco-germânica", seguindo-se os imigrantes italianos e eslavos, e depois, em sua maioria, portugueses e espanhóis.

Portanto, somente numa visão multilateral é possível o entendimento do processo de transferência populacional do século XIX, incluindo ainda o fato de que, aos mecanismos de repulsão processados na Europa corresponderam processos de atração de imigrantes nos *Países Novos*. Não como uma coincidência fortuita, mas no quadro da divisão internacional do trabalho. Isto porque, do lado de cá, construía-se uma nova sociedade – onde o imigrante era extremamente necessário – com argumentos deduzidos da ideologia liberal do século XIX e dos construtores da nacionalidade. De modo geral, ainda, nas jovens nações americanas, praticava-se a máxima "*gobemmar es poblar*" pois entendia-se que enormes regiões deveriam ser ocupadas, demográfica e economicamente. Isso significava, além da garantia da independência, trazer o progresso, domar o interior selvagem, enfim, povoar os chamados "vazios demográficos".

Em 1846 completava-se a ocupação máxima dos campos paranaenses pela comunidade tradicional,<sup>134</sup> expandida desde a área paranguara-curitibana no século XVII. Esse momento coincide com o início da utilização de mais um caminho (além do Viamão) – o das Missões – pelas tropas de mueres em demanda à Sorocaba. Coincide também com o começo da utilização dos Campos de Guarapuava e de Palmas para a invernação das mencionadas tropas.

---

<sup>134</sup> Sobre o gênero de vida da sociedade campeira paranaense, ver BAIJANA, *et al.*, 1969:87-109.

Já me referi, anteriormente, ao papel do latifúndio nesta história. Complementando, diria também que *"o elemento fundamental da expansão e da fixação das populações foi a fazenda de criação de gado como instrumento, a família como agente social e econômico, as regiões de campos naturais como espaço geográfico e a escravidão como sistema de trabalho"*.<sup>135</sup>

Como a criação de mulas era proibida ao norte do rio Iguaçu, e tendo em vista os lucros cada vez maiores e mais fáceis que os fazendeiros paranaenses obtinham alugando seus pastos para os tropeiros,<sup>136</sup> o criatório foi-se reduzindo no Paraná. Em conseqüência, degenerou o gado nos campos da região, tendo em vista a alteração do uso da propriedade, e diminuiu a necessidade do braço escravo. Ligado a estas mudanças estruturais, as famílias fazendeiras começavam a se mudar para as cidades.

A continuidade do desenvolvimento da economia monetária e das atividades comerciais, a gradativa deteriorização dos negócios de invernagem à medida que avançava o século XIX, o concomitante crescimento de outros segmentos da sociedade (ervateiros e madeireiros), enfim, o crescimento do processo de urbanização,<sup>137</sup> todo este contexto, principalmente no último quartel do século, teria o concurso do trabalho imigrante.

Enfim, circunstâncias favoráveis desenvolveram-se no Brasil a partir do século XIX, para receber os estrangeiros que aqui quisessem reconstruir suas vidas. Tudo isso foi facilitado, no Sul, pelo ambiente propiciado por uma sociedade que adquiria sua própria identidade. Esta fundava-se no fato da existência de dispositivos legais dispendo sobre a estratégica criação de muares, a conseqüente e gradativa especialização da economia paranaense fundada no *tropeirismo* e na *invernagem* e, finalmente, o início de um processo de urbanização liberando a cidade do mundo rural.

Foi esse o contexto da atração de fluxos imigrantes para o Brasil. Assim, em 152 anos (1819-1970) houve o ingresso de mais de 5,5 milhões de estrangeiros, distribuídos em vários períodos, com características relativamente diferenciados.

---

<sup>135</sup> BALHANA *et al.*, 1969:86.

<sup>136</sup> Calcula-se que nos anos de 1855 a 1860 cerca de 100 mil mulas "invernaram" nos campos paranaenses. Esta cifra marcaria o ápice do comércio de muares nas feiras de Sorocaba [idem, 1969:97].

<sup>137</sup> BALHANA *et al.*, 1968:42-3.

### 3.3 IMIGRANTES PARA CONSTRUIR UMA NOVA NAÇÃO

A transferência da Corte portuguesa e a transformação da colônia brasileira em Reino Unido a Portugal e Algarves teria provocado entrada de cerca de 50.000 portugueses no Brasil.<sup>138</sup> E, mais importante, favoreceram o estabelecimento de políticas de colonização realizadas com outros imigrantes europeus. Num primeiro momento, que poderia ser balizado entre os anos de 1808 a 1850, essas políticas foram norteadas apenas pela idéia de ocupar os “vazios populacionais” do território, continuando ações nesse sentido já empreendidas no século XVIII. No contexto, em 1818, foram estabelecidos grupos germânicos de diversas origens, nas colônias de Petrópolis e Nova Friburgo, no Rio de Janeiro, bem como nas de Leopoldina e São Jorge dos Ilhéus, na Bahia.

A tendência de privilegiar a vinda de camponeses da Europa Central manteve-se durante boa parte do século XIX, estimulada por lei de 1820 e pela liberdade de culto promovida pela Constituição de 1824. A soma destes dispositivos legais favoreceu o ingresso, entre 1819 e o ano da Independência, de quase 2.300 europeus, cuja maioria veio do centro da Europa. Agregando os anos de 1823 a 1849, esse quantitativo saltaria para algo em torno de 22.000 imigrantes.<sup>139</sup>

Para as autoridades brasileiras do século XIX, que num primeiro momento estavam preocupadas apenas com o *povoamento* do Brasil, eram bem-vindos os imigrantes europeus de origem camponesa, que se radicassem em pequenas propriedades, organizadas a partir do labor familiar e sem escravos. Pensava-se que este tipo de estabelecimento, além de povoar o Brasil, teria efeito pedagógico. Além de inovar no que concerne à ruptura do sistema do latifúndio, os imigrantes deveriam introduzir no país novas e produtivas técnicas agrícolas, ensinando-as aos habitantes da terra, junto com as *virtudes do trabalho*. Com esta

<sup>138</sup> “Naquela época, com a elevação da Colônia à categoria de vice-Reino, aportaram ao País cerca de 50.000 pessoas, todas de nacionalidade portuguesa” [MOVIMENTO DA POPULAÇÃO, 1954:6].

<sup>139</sup> A preferência por imigrantes de fala alemã, num primeiro momento da imigração, segundo alguns autores, justificar-se-ia, pelo estado de guerra em que se encontrava Portugal em relação a outros países europeus. Além disso, o casamento da Princesa Leopoldina, de origem germânica, com o futuro Imperador Dom Pedro I, iria intensificar a corrente imigratória para o país, pois despertava na Europa o interesse pelo Brasil [LANDO; BARROS, 1980 : 26]. 1343

premissa foram localizados, depois da Independência, os núcleos coloniais no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.<sup>140</sup>

Após 1822, também ficou mais evidente a preocupação de ocupar as províncias meridionais. Ao Sul, temia-se a perda do espaço para os argentinos e, no interior, os frequentes ataques dos *botocudos*. Além disso, objetivava-se ocupar as “terras de mata”, pois os poucos açorianos dirigidos a essa região, ainda no século XVIII, preferiram os campos abertos (“terras de campo”). E, finalmente, propiciar com os imigrantes o surgimento de uma “classe média”, até então inexistente no Brasil.<sup>141</sup>

Dessa preocupação resultou o estabelecimento de alemães, no Rio Grande do Sul, nas colônias de São Leopoldo, em 1824, e Três Forquilhas, Torres, São João das Missões, em 1829. Também neste ano, foram fixadas em Santa Catarina e no Paraná, respectivamente, as colônias de São Pedro de Alcântara e Rio Negro,<sup>142</sup> na mesma região onde antes já haviam sido instalados 50 famílias açorianas (em 1818, no Registro, junto ao rio). E, ainda, Santo Amaro e Itapecerica, em São Paulo.<sup>143</sup>

Nos anos seguintes, a tensão política que encaminhou a renúncia de Dom Pedro I e o período regencial, provocou uma diminuição na implantação de colônias pelo corte de verbas a serem aplicadas no projeto migratório. Em decorrência, o fluxo enfraqueceu e, entre 1829 e 1935, não foi registrada nenhuma entrada de estrangeiros no país. Nos anos seguintes, com exceção do ano de 1836 (1.180 imigrantes), a entrada registrou-se em ritmo de conta-gotas, até 1846.

Em grande parte, a diminuição do número de imigrantes resultava dos diversos fracassos oficiais nesses empreendimentos, pois nem todos os núcleos de estrangeiros do primeira metade do século XIX prosperaram.

<sup>140</sup> Os núcleos imigrantes anteriores, organizados na Bahia, Espírito Santo e Rio de Janeiro teriam sido “fundados de acordo com os princípios portugueses de colonização, ou seja, organizados como conjuntos de grandes plantações com trabalho escravo e, com isso, não podem ser considerados característicos para a colonização alemã, que só começou em 1824” [SCHNEIDER, 1980:79].

<sup>141</sup> SCHNEIDER, 1980:79.

<sup>142</sup> Antigo pouso e registro fiscal do caminho de tropas [BALJANA, 1969:4-5]. “A instalação desses colonos alemães foi confiada também a João da Silva Machado, que recebera e instalara os açorianos, conforme documentação no Arquivo do Estado de São Paulo. Por ordem do governo da Província de São Paulo foram enviados, em dezembro de 1828, a Paranaguá, pelo brigadeiro Otter, vinte famílias de colonos alemães, perfazendo o número de cem pessoas, devendo ser encaminhados ao major João da Silva Machado, na Vila do Príncipe”. [Ibid., 6].

<sup>143</sup> BALJANA, 1969:5.

A facção governista favorável à manutenção da imigração, contudo, desde 1834 propunha que o assentamento de imigrantes não deveria ser de responsabilidade exclusiva do governo central, e sim uma realização conjunta com as províncias. Esta parceria permitiu o ingresso de novas levas, sendo que o pequeno número de indivíduos que entrou no país, a partir de 1836, foi dirigido às colônias organizadas por governos locais; ou, como foi o caso de dois exemplos no Paraná, sob a iniciativa de particulares. Em 1847 o médico francês João Maurício Faivre fundou a Colônia Thereza, às margens do Ivaí, com imigrantes franceses. Em 1852 uma colônia no Superaguy, em Guaraqueçaba, reunia colonos suíços, franceses e alemães, organizados por Carlos Perret Gentil.<sup>144</sup> De toda maneira, para a continuidade do sistema de colonização por estrangeiros, foi importante o interesse das Províncias e, naturalmente, suas condições financeiras.

Assim, por delegação do governo central, desde 1850 as autoridades provinciais – e muito em especial aqui no Sul – eram parte diretamente interessadas no assunto colonização. Empreendimentos particulares ou oficiais, as novas colônias proliferaram, penetrando cada vez mais para o interior – as gerações mais novas, “filiais”, baseadas nas implantações mais antigas, as “matrizes”. Seguiam os vales dos rios, às vezes isolando-se, mas sempre ocupando regiões inóspitas, completando a posse do planalto e terminando por ligá-lo ao litoral.

O que se estava também a discutir eram as vantagens de se **renovar o trabalho**, manchado pela escravidão. Cada vez mais, as idéias liberais permeavam-se às pragmáticas necessidades de se encontrar um meio para resolver a crise de mão-de-obra que se avizinhava com as gradativas restrições internacionais (– leia-se, novamente, Inglaterra –) ao tráfico.

De modo que os defensores das colônias imigrantes de povoamento, herdando as antigas idéias de preenchimento dos vazios demográficos permeadas dos desejos de implantar colônias de abastecimento fundadas no trabalho livre e familiar – tal como estavam a se espalhar no Brasil Meridional – sofriam a feroz oposição dos cafeicultores paulistas, donos do poder econômico e político da nação.

Desde o começo do século XIX, inicialmente no vale do Paraíba, na província do Rio de Janeiro e, depois, avançando na direção da província de São Paulo, desenvolveu-se a cafeicultura, e a demanda

<sup>144</sup> BALIANA, 1969:6.

internacional fez com que, a partir de 1840, o produto se tornasse a base da exportação brasileira.

O alto preço do produto no mercado mundial e o crescimento interno de sua produção exigiam um número cada vez maior de trabalhadores. Para atender a essa demanda, durante as décadas iniciais do século XIX, houve um aumento significativo na entrada de africanos, contabilizando-se, até a extinção do tráfico, o ingresso de 1.145.000 escravos.

Paradoxalmente, avigoravam-se a consciência abolicionista e a denúncia do regime servil. Assim, no momento em que todo o sistema produtivo exigia o fortalecimento do escravismo, foram iniciadas a campanha abolicionista e a promulgação de leis que encaminhavam a extinção do regime. Em seu conjunto, a que primeiramente atingiu os cafeicultores foi a Lei Euzébio de Queiróz, em 1850, ao proibir o tráfico de escravos para o Brasil. O problema de quem trabalharia nos cafezais passou a configurar-se, em conseqüência, como uma questão econômica que afetava a própria sobrevivência nacional. Tinha que ser resolvido.

Num primeiro momento, os cafeicultores encontraram uma solução comprando escravos em outras regiões do país, o que resultou em grande lucro aos donos de pequenos plantéis e às províncias, dado o aumento geral do preço da escravaria.<sup>145</sup> O comércio interno de escravos,<sup>146</sup> ao mesmo tempo que aliviava nas províncias cafeicultoras o impacto das leis abolicionistas, nas demais provocou uma carestia geral. Os escravos remanejados para os cafezais eram, anteriormente, empregados na produção local de gêneros de subsistência.<sup>147</sup>

<sup>145</sup> Essa questão foi colocada anteriormente, numa outra perspectiva. Lembro que o problema está ligado, no Paraná, à decadência das fazendas de gado, substituídos pela "invernada", de certa forma também ao tropeirismo e à "urbanização" das antigas famílias estancieiras.

<sup>146</sup> Do ponto de vista demográfico, remanejamento que caracterizava verdadeira "migração interna forçada", considerando inclusive a quantidade de indivíduos envolvidos.

<sup>147</sup> É interessante anotar uma outra ênfase para a questão, ocorrida já a partir do século XVIII, segundo Romário MARTINS. De acordo com ele, o inquieto, aventureiro e típico curitibano foi aliciado para as guerras do oeste e do sul. Muitos lá ficaram, progredindo e atraindo outros. De tal forma *"que o despovoamento dos homens válidos da população priciociente da comarca jamais foi preenchido, nos tempos da Vila, como elementos de igual valia"*; portanto, diminuindo a população *"roceira e criadora (de tal modo) que na segunda década do século XIX, o trabalho rural era aqui feito quase que exclusivamente por mulheres. (...) Curitiba perdeu, assim, grande parte da sua população fundamental, do seu elemento sertanejo, desbravador, produtivo e vigilante, gente ambientada no meio em que se constituiu"* (...) [1941:45].

Essas crises deram o fundamento para as orientações da política imigratória adotada na segunda metade do século XIX. A primeira delas consistiu no incentivo à imigração de europeus para substituir os escravos no trabalho nos latifúndios cafeeiros, inicialmente sob um sistema denominado *de parceria*; a outra visou, sobretudo, incrementar a imigração para resolver o problema alimentar do país, estabelecendo imigrantes em pequenas propriedades voltadas à produção de gêneros alimentícios.

### 3.4 POLÍTICA IMIGRATÓRIA PARA SUSSTITUIR O BRAÇO ESCRAVO.

As colônias de parceria fracassaram, mas a necessidade de mão-de-obra nas fazendas de café mantinha-se. Na Europa, paralelamente, modernizava-se a economia dos países que até então mantiveram-se periféricos ao capitalismo aumentando, também, a pressão demográfica. Era geral, o empobrecimento dos excedentes populacionais do meio rural que não encontravam oportunidades no mercado de trabalho.

Nesse caso estava a Itália onde, além dos problemas econômicos, as décadas de 1850 e 1860 presenciaram as agitações sociais e guerras que acompanharam o processo de unificação política. A emigração tornava-se atraente para esta população que passava por dificuldades, em especial aquelas das regiões meridionais. Principalmente com elas intensificou-se o fluxo de italianos que, desde 1836, se dirigiam ao Brasil.

Diminuíam as preocupações dos fazendeiros, pois a maior parte desses italianos passou a trabalhar, como assalariados, em suas fazendas.<sup>148</sup> Pelo seu prestígio econômico e social, os cafeicultores detinham boa parte da representação política no Império e durante a Primeira República. Isso facilitava a obtenção de auxílio governamental para a manutenção do fluxo de imigrantes que trabalhassem na lavoura cafeeira. Na realidade, os fazendeiros se empenhavam para que chegassem ao Brasil imigrantes em número superior às necessidades da cafeicultura. Dessa forma, os

---

<sup>148</sup> Os italianos, superando os portugueses, consistiram no maior grupo que, até 1914, entrou no país. O ingresso de 1.356.398 imigrantes deste grupo representou mais de um terço do total das migrações dirigidas ao país até então.



estrangeiros contentar-se-iam com salários baixos e poderiam ser substituídos com facilidade.

É também por essa razão que tentavam evitar a dispersão do contingente imigratório com as reivindicações das províncias do Sul, que preconizavam a utilização do braço livre estrangeiro para produzir gêneros alimentícios, fomentar a ocupação territorial, com base na organização da pequena propriedade.

Na avaliação dos cafeicultores, essa modalidade de imigração era muito dispendiosa. Alegava-se que, além dos subsídios para as companhias promotoras e os custos com a viagem do imigrantes, ela implicava despesas para a medição e demarcação dos lotes coloniais e para a manutenção dos imigrantes até a primeira colheita. Ainda, eram contrários aos preços subvencionados para os lotes, e, neste caso, a promulgação da Lei de Terras, ainda em 1850 significou uma vitória dos cafeicultores paulistas. A partir desta lei, as terras devolutas só podiam ser adquiridas por meio de compra, dificultando as pretensões dos imigrantes mais pobres. Como a maior parte dos europeus desembarcados no Brasil não tinha recursos, restava-lhes a alternativa do trabalho nos latifúndios cafeeiros. De fato, dos 4,5 milhões de imigrantes chegados ao Brasil entre 1850 e 1918, 2,5 milhões dirigiram-se para São Paulo.

Os latifundiários paulistas tinham, no Sul, seus aliados naturais entre os criadores de gado, que recebiam a ocupação dos campos pelo estrangeiro. Outro grande problema para a plena implementação das políticas migratórias provinciais eram as dificuldades econômicas traduzidas em faltas de recursos para sustentar aqueles propósitos. Assim mesmo, o plano subsistiu; para atender aos interesses das Províncias, as companhias que promoviam a emigração, desde meados do século XIX, encaminhavam emigrantes, sobretudo alemães, italianos, espanhóis, poloneses e ucranianos para ocupar pequenas propriedades em colônias, principalmente ao sul do país.

Os governos provinciais, pela propaganda que os agentes faziam na Europa, estariam preocupados em fixar os imigrantes em terras de melhor qualidade, em prestar-lhes assistência nos primeiros tempos e em garantir o escoamento, para centros urbanos, do excedente de alimentos produzidos nos núcleos coloniais. Na prática, a pequena propriedade imigrante foi estabelecida em zonas recobertas por florestas, em torno de cidades do litoral e do primeiro planalto.

Com isto houve uma proliferação de estabelecimentos coloniais na Serra Gaúcha, no Rio Grande do Sul, no vale do rio Itajaí, em Santa Catarina e no vale do Rio Iguaçu, no Paraná, tomando rumos diferentes em relação à imigração provocada pelos cafeicultores.

Enfim, é nessa conjuntura dominada pelas transformações relacionadas à extinção do tráfico – o que pré-anunciava o fim do regime de trabalho escravo; a expansão do comércio exterior – que no Paraná era representado pelo desenvolvimento da economia do mate; a criação de um novo regime de terras, oriundo em parte da necessidade de modernizar o regime de propriedade no país e da luta política entre os defensores da “colonização” com imigrantes estrangeiros visando à substituição do braço cativo e aqueles que preconizavam a “colonização de povoamento”; e tendo ainda como pano de fundo o desenvolvimento de uma sociedade urbana originada do desenvolvimento de uma economia mercantil e da decadência social e política dos antigos criadores de gado, é que foi criada, no território anterior da 5ª Comarca da Província de São Paulo, a Província do Paraná em 1853.<sup>149</sup>

E o fator imediato e concreto era constituído pela grande pressão da demanda do braço cativo pela cafeicultura, com a conseqüente mobilização da escravaria em direção, principalmente, às fazendas paulistas. A revenda do escravo veio agravar os problemas relativos ao sistema de abastecimento de gêneros alimentícios na Província, já complicado por uma economia fundada na produção para a exportação. Em outros termos, o remanejamento da escravaria, a mobilização do restante da população para a crescente economia do mate e o desenvolvimento da urbanização – com o aumento crescente de consumidores – levava a uma intolerável dependência dos paranaenses da importação de artigos do exterior e das outras províncias.<sup>150</sup> Como

<sup>149</sup>Para a história econômica desse período, ver o capítulo referente às *“Regras do jogo capitalista: o processo de colonização e a busca da modernidade”* no qual, em especial na primeira parte (*“Políticas nacionais X políticas regionais”*), o autor analisa as contingências econômicas que interferem no processo de colonização no país, em especial a contradição entre as exigências de uma economia de exportação e a crise de abastecimento interna [SANTOS, 1995:47-66]. Sobre a conjuntura da criação da Província do Paraná, ver os capítulos *“Emanipação Político-Administrativa”* e o que se segue, *“Situação do Paraná no tempo da emancipação da Província”* [BALHANA et al., 1969: 102-9 e 109-15].

<sup>150</sup> BALHANA et al., :131.

resultado, a introdução de colonos começou a ser vista como um remédio para resolver o problema da carestia e dos altos preços dos alimentos.

Além disso,<sup>151</sup> o imigrante europeu era encarado sob uma concepção “romântica”, capaz de criar uma “civilização camponesa à maneira da Europa”.<sup>152</sup> Concepções românticas, ufanistas e, também, demográficas. Clamava-se por “encher de **população ativa** o vasto território da província, onde tudo floresce a força da natureza, onde o colono europeu depara com um clima análogo ao de seu país natal, e onde finalmente a salubridade que tanto o distingue, é título de mais para confiar no futuro que se entrelaça”.<sup>153</sup>

Para cumprir os objetivos previstos, os imigrantes deveriam vir em quantidade. Entretanto, a qualidade não deveria ser descuidada. Assim, ao se referir ao grande projeto de instalação de “alemães do Volga” nos Campos Gerais – do qual se seguiu a organização de 26 núcleos coloniais no final da década de 1870 nos municípios de Ponta Grossa, Palmeira e Lapa –, o presidente da província chamava a atenção de que o plano envolvia receber colonos “espontâneos”, trabalhadores e “pacíficos”, e não “aventureiros” com a “fantasia de colher riquezas imaginárias”.

Além do suprimento à carência populacional, a imigração era considerada “fator étnico de primeira ordem, destinada a tonificar o organismo nacional abastardado por vícios de origem e pelo contato que teve com a escravidão”.<sup>154</sup> A imputação ao índio e ao negro de máculas raciais na população brasileira destacava-se neste e em muitos outros pronunciamentos oficiais do período, e de certo modo refletia a mentalidade nacional a este respeito.

Batendo nessa tecla, e relacionando os “vícios de origem” a uma tentativa de dignificar o trabalho, a argumentação ampliava-se. Era apregoado um projeto de colonização com vistas a facilitar “o suprimento de operários e de cultivadores úteis”,<sup>155</sup> a suprir a “escassez de trabalhadores para o serviço nas estradas”.<sup>156</sup> Enfim, apontava-se a necessidade de “promover a

<sup>151</sup> Grande parte do texto que segue baseia-se em ANDREAZZA & NADALIN, 1994.

<sup>152</sup> MACHADO *et al.*, 1968:51.

<sup>153</sup> RPPPR – Relatórios de Presidentes de Província do Paraná; 1854:62- sem grifo no original.

<sup>154</sup> RELATÓRIO de Miranda Ribeiro, 1888:26.

<sup>155</sup> RPPPR, 1860:60.

<sup>156</sup> RPPPR, 1855:31.

imigração de colonos morigerados e laboriosos";<sup>157</sup> "hoje que a salutar lei de emancipação dos escravos nos colocou na dependência do braço europeu".<sup>158</sup>

Imigração de indivíduos "morigerados e laboriosos", já que era "conhecida de todos a repugnância que mostram para esse serviço os poucos sujeitos capazes de nele empregar-se".<sup>159</sup> E sobretudo indivíduos úteis para o cultivo, uma questão premente para o Paraná: dever-se-ia promover a continuidade da colonização para "salvamos a Província do estado de decadência a que chegou sua agricultura"?<sup>160</sup>

Essas eram concepções articuladas a novas idéias de **modernidade**, traduzidas nos planos das elites em implantar no país novas relações sociais de produção. A elaboração deste projeto passava "obrigatoriamente por um componente básico que é a questão do **trabalho** (...) que passa a ser visto como atributo básico da dignidade, do esforço reconhecido e da produção de riquezas. Daí a exigência no Paraná a favor dos trabalhadores imigrantes '**laboriosos e morigerados**' (...)".<sup>161</sup>

Essas constatações, fundadas no discurso oficial registrado nos relatórios principalente dos presidentes de província do Paraná, levam-nos a algumas inferências. Em primeiro lugar, o fato de que o impasse constituído pela ameaça de extinção do sistema escravista permeava o tema da imigração e da colonização.

No caso paranaense, é possível que este problema não fosse tão saliente, na medida em que a economia local não estava alicerçada unicamente na mão-de-obra escrava. Contudo, a transição concernente implicava uma transformação cultural a respeito do **trabalho** e, neste sentido sim, adquiria relevo e articulava-se intimamente à problemática da imigração.

Segundo, quanto à lavoura de subsistência, constatava-se uma evidente precariedade nos métodos e no volume da produção de gêneros alimentícios. Em outros termos, a sociedade paranaense continuava a sua aguda e crônica crise de abastecimento, e para isso ansiava renovar as

<sup>157</sup> idem:21.

<sup>158</sup> RPPPR, 1875:22.

<sup>159</sup> RPPPR, 1855:31.

<sup>160</sup> RPPPR, 1872:65.

<sup>161</sup> SANTOS, 1995:62. Sem **grifo** no original. Menciono a referência original: (...) "**laboriosos e morigerados, vierem procurar nossas terras vastas e fecundas, aparecerá a abundância dos gêneros alimentícios e abundantes sobras do consumo irão dar nova vida ao comércio de exportação dos produtos agrícolas**" [PARANÁ, Relatório do Presidente Francisco Liberato de Mattos, 1858. Apud SANTOS, 1995:63].

práticas do trabalho, milagre que, conforme a elite local, só o braço estrangeiro, proprietário e livre, conseguiria.

Finalmente, o Paraná era uma província que recebera sua emancipação política há pouco tempo e que via na ocupação territorial uma forma de garantir seu espaço político. As disputas fronteiriças foram momentos importantes nesse processo, mas não é possível esquecer que se buscava na realidade **resolver uma questão demográfica** ou seja, o governo do Paraná procurava preencher um modelo de população. Estas considerações nos permitem afirmar que as premissas da Economia Política – onde estava embutida a questão demográfica – já impregnavam o ideário da elite brasileira e orientavam a busca desse modelo.

Mas o discurso liberal assumido no Brasil não poderia desconsiderar nosso passado escravocrata. De fato, a herança escravista calava em profundidade, e a elite era dominada pelo medo. Medo alimentado pela memória dos quilombos, por um certo maniqueísmo desenvolvido em função do legado colonial, em que o cativo, de vítima do sistema, passava a ser o causador de sua violência característica. Tudo isto está na origem e alimentava os preconceitos da minoria branca. Não era só o negro mau, bruto e violento; toda a população mestiça não era confiável e, em decorrência, não tinha condições morais para cumprir os elevados propósitos nacionais de colonização e conquista do território nacional. Além disso, o negro – representante de um sistema que deveria ser extirpado – era igualmente criticado como culpado do aviltamento do trabalho, inepto às tarefas importantes, tão necessárias naquele momento. O negro, o indígena, ... os mestiços!<sup>162</sup>

De maneira que, nesse prisma, a liberdade era o “ócio”, e a única forma de romper com o sistema era promover a entrada do colono estrangeiro. A proposta traduzia-se numa receita para o *progresso*, via introdução do imigrante branco, livre, pacífico e trabalhador, capaz de ajudar a apurar e “tonificar” – leia-se branquear – tanto a “raça” brasileira como o trabalho. O contato com o imigrante europeu deveria servir à eliminação das máculas da sociedade brasileira e levar o elemento nacional a produzir. Lembramos ao leitor que a Colônia Assungui, antes citada, na qual o Paraná tanto investiu e

<sup>162</sup> “**Bastardos**”: segundo Sérgio Buarque de HOLANDA, “É certo que nas épocas coloniais, foram os *mamaluços* reputados constantemente como gente sem sombra de sujeição ou polícia, o que se verificou particularmente em São Paulo, terra em que os *bastardos*, como então se chamavam compuseram, por longo tempo, o grosso das classes populares [1975:144]. A esse respeito, ver também NADALIN, 1994:23.

em cujo êxito depositava tanta esperança, foi planejada de modo a receber não só estrangeiros de diversas origens, mas também colonos nacionais. Aos olhos dos idealizadores do grande estabelecimento, o contato previsto entre estrangeiros e nacionais deveria ser salutar.

O sustentáculo do discurso oficial residia em algumas diretivas articuladas. Primeiramente, o povoamento e conquista efetiva do território por uma raça nova e prolifera constituída por *famílias* de colonos, o que era um objetivo não só de natureza política, mas igualmente militar e estratégica: ocupar, colonizar, significava controlar o país.

Em segundo lugar, mas na mesma ordem de prioridades, a substituição da ordem escravista colonial por um regime de produção fundado no trabalho livre - o que significava substituir e inovar no que dizia respeito à mão-de-obra nacional e de cor. Em outras palavras, racionalizar a produção, permitindo a liberação de capitais imobilizados na escravidão. Idealmente, o que se pretendia era instalar no país um novo padrão e tipo de produção, com novas formas de propriedade. Dessa forma, a imigração européia revelava-se também uma estratégia de povoamento com finalidades de inovação técnica e "industrial", fundamentada no pressuposto da qualidade superior do elemento estrangeiro enquanto "produtor" de trabalho. Por este ângulo, apurar a raça significava também ensinar o nacional a trabalhar.

Em síntese, diretivas que se nos apresentam numa tecidura complexa. Entremeadado ora por ênfase na questão populacional, ora pelo realce na renovação das práticas de trabalho (o que deveria libertar o espírito criador), o discurso salientava a chegada do colono imigrante, livre, *motigerado* e *laborioso*, seja para a fazenda de café, vendendo sua força de trabalho (ou para contribuir nas tão necessárias "obras públicas"), seja, como pequeno proprietário, para a ocupação de vazios demográficos e o fornecimento de gêneros de abastecimento de que a população urbana era tão carente.

O refrão entoado repercutiu no Paraná dos oitocentos, evidenciando muito claramente a busca de um branqueamento racial. Realmente, o Paraná trabalhou no paradigma do *darwinismo social*, buscando a integração na civilidade e no progresso ocidental pela via racial. Num século caracterizado pelo fortalecimento dos nacionalismos, sobretudo pela afirmação de um passado glorioso, o Paraná, como de resto o Brasil, pretendia desenvolver sua coesão política numa projeção para o futuro em que os "vícios de origem" e o contato com a escravidão seriam sanados pela "tonificação do organismo nacional".

Como examinamos, a questão do preenchimento dos vazios demográficos constituiu a ênfase do primeiro período da imigração estrangeira no Brasil. Todavia, queremos grifar, para dar uma conclusão a esta seção, que os indícios refletem uma permanência da problemática enunciada **para além** daquela fase; problemática relativamente imersa em outras questões que justificavam não só a manutenção de uma política imigratória mas, inclusive, um incremento substantivo da imigração. Referimo-nos à necessidade expressa pelo latifúndio monocultor de fazer frente à carência de mão-de-obra anunciada e depois efetivada com a extinção do tráfico negreiro e a abolição gradativa da escravidão. Em outras palavras, nossa hipótese traduz uma certa determinação, ainda no período subsequente ao ciclo introdutório da chegada de estrangeiros no Brasil, da preocupação com o povoamento do território, articulada à substituição da mão-de-obra escrava pela mão-de-obra livre. Porque, no fundo, o argumento era o mesmo – aliás, de difícil desvinculação: no início, a proposta de um imigrante branco para tonificar a raça; em seguida, mas entremeando-se ao tema anterior, o imigrante europeu para tonificar o trabalho e a produção, desvirtuados pela escravidão e, por ricochete, pela população de cor.

Tudo isto parece também indicar, tendo em vista a paisagem descrita, que a mencionada “tonificação do organismo nacional” ocultava, consciente ou inconscientemente, o desejo sempre recorrente das elites de controlar de forma efetiva não só o país, mas a própria população nacional.<sup>163</sup> Por meio de sua regeneração.<sup>164</sup>

Dessa forma, a motivação de criar uma agricultura de abastecimento personalizou a história da colonização no Paraná, pois esta foi, durante quase 30 anos (1853 a 1879), a razão dominante que justificou uma política imigratória provincial. Como resultado, às três colônias existentes na região no momento de sua emancipação política – Rio Negro, Thereza e Superagüy – somaram-se dezenas de outras, principalmente no decênio inaugurado pelo ano de 1870, no governo de Laménha Lins. Foram instalados nos núcleos coloniais, entre 1829 e 1852, 420 imigrantes, 1.066 até o ano de 1869 (considerando-se aqui o início da experiência do “Assungüi”) e, na

---

<sup>163</sup> BURMESTER, 1987.

<sup>164</sup> ANDREAZZA & NADALIN, 1994.

década de 1870, 11.805 imigrantes de origens diversas em núcleos coloniais no litoral, nos arredores de Curitiba e nos Campos Gerais.<sup>165</sup>

Foi na região de Curitiba que melhor se desenvolveu a atividade colonizadora, compreendendo o estabelecimento de alemães e suíços, italianos e poloneses, secundados em importância por franceses, ingleses e escandinavos. O ponto de referência da presença imigrante no primeiro planalto paranaense situa-se entre 1850 e 1859. Neste momento, iniciava-se o fluxo maior da *remigração* de imigrantes de idioma alemão para Curitiba, oriundos da colônia Dona Francisca (Joinville), no norte de Santa Catarina. De 1869 a 1878 foram instalados vários núcleos a distâncias que variavam de 2 a 16 Km de Curitiba, constituídos por alemães de diversas origens, franceses, franceses argelinos, ingleses, italianos, poloneses e suecos. Os resultados satisfatórios alcançados na colonização das cercanias de Curitiba estimularam a extensão do programa ao litoral e aos Campos Gerais com os "alemães do Volga", em 1878. Por razões que não nos cabe referir aqui, inclusive porque muito há ainda por se analisar e dizer a respeito, esses projetos não prosperaram.<sup>166</sup> O que importa assinalar é que, justamente em função dos resultados negativos, foi suspensa uma fase do programa de interiorização da colonização no Paraná. Igualmente, ficou caracterizado o fim das concepções românticas acerca das possibilidades de progresso trazidas pelos imigrantes.<sup>167</sup>

O fracasso do projeto de povoamento do interior assinala o fim de um ciclo, desenvolvido principalmente sob os auspícios de recursos públicos. A partir de então o governo provincial modificou a política imigratória,

<sup>165</sup> BALHANA, 1969:164-6.

<sup>166</sup> No capítulo "*Imigração e Colonização*", das 23 páginas de texto [BALHANA, 1969:156-184], quase 10 foram consagradas ao projeto de colonização dos Alemães do Volga nos Campos Gerais [ibid., 170-80], incluindo-se uma análise preliminar das razões do fracasso do mencionado projeto. Parece-me que este tema, facilmente incluído na discussão muito atual sobre o que é competência do Estado e o que deve ser resultante da iniciativa privada, mereceria um trabalho aprofundado de investigação.

<sup>167</sup> É interessante observar como, apesar destas evidentes constatações, a realidade foi substituída por um mito. Sem negar a importância dos imigrantes, principalmente na História de São Paulo e do Brasil Sulino, o desenvolvimento não se fundamentou, somente, na atividade dos estrangeiros e seus descendentes. Entretanto, da ideologia imigratória do século XIX parece ter sobrevivido uma semente que germinou no progresso do mito do *imigrante morigerado e laborioso*, cuja contribuição teria sido fundamental para a originalidade paranaense, e para a aquisição de suas características de *melting pot*, "louras" e europeias.



diminuindo substancialmente sua participação financeira, extinguindo praticamente a colonização “oficial” e emancipando os estabelecimentos existentes. Como resultado, diminuiu o número de imigrantes instalados em colônias na década de 1880. Depois de alguns anos sem ingressos oficialmente registrados, entre 1885 e 1889 foram anotados 2.939 estrangeiros em núcleos coloniais, contra cerca de 12.500 na década anterior. A demanda agora seria repartida pela necessidade de mão-de-obra para a construção, principalmente, de estradas de ferro<sup>168</sup> e linhas telegráficas. Como a iniciativa estatal havia se esgotado, adotaram-se medidas para estimular a organização de sociedades privadas de imigração, cujo trabalho mostrou-se muito “*eficiente e variado*”. Atuaram fazendo bastante publicidade, em virtude da qual, realizada da mesma forma pelas companhias concessionárias para a construção de ferrovias, conseguiram resultado favorável. Aliás, os fatores da conjuntura elevam os picos da entrada de estrangeiros no país: “*em virtude (...) da intensificação da publicidade (...), da abolição da escravatura e da proclamação da República, intensificou-se nesse período, a entrada de imigrantes no Brasil, oportunidade em que são atingidas as quotas anuais mais elevadas, com mais de duzentos mil imigrantes por ano*”<sup>169</sup>. De tal forma avolumou-se a imigração a partir desse período, que houve até lugar para uma experiência “socialista”, no município de Palmeira, com a fundação da Colônia Cecília.<sup>170</sup>

Também como consequência, devemos anotar para o período inaugurado em 1885 até a organização da Colônia de Carambei, em Castro, a constituição de 86 colônias e núcleos coloniais, implicando a instalação de quase 70.000 imigrantes poloneses, italianos, alemães, ucranianos e, finalmente, holandeses.<sup>171</sup>

<sup>168</sup> Deve ser lembrado que a construção da estrada de ferro Curitiba-Paranaguá, que contou com o auxílio de braços imigrantes, foi iniciada em 1880, e terminada em 1884.

<sup>169</sup> BALHANA, 1969:183.

<sup>170</sup> Giovanni Rossi, líder da comunidade, denominou a Colônia de “Cecília”, “*homenagem à figura de romance histórico que escrevera no florescimento de seus ideais anarquistas*” [SOUZA, 1970:37].

<sup>171</sup> A partir da década de 1890, há um avanço das colônias de povoamento na direção sentido do interior como, no Paraná, cujo programa de estabelecimento de imigrantes estendeu-se para o sudoeste, acompanhando os vales dos rios Negro e Iguçu. Ver o quadro *Colônias Estabelecidas no Paraná*, organizado por Altiva Pilatti Balhana em função do ano do estabelecimento, município, nome da colônia e, quando era o caso de núcleos coloniais menores, distância da sede do município, área em hectares da colônia, número de lotes, número de imigrantes instalados, grupos étnicos envolvidos [BALHANA *et al.*, 1969:164-167]. Este quadro foi organizado com dados dos Relatórios dos Presidentes da Província, Secretários de Obras Públicas e Colonização e Inspectores de Imigração e Colonização. Romário MARTINS organizou dados semelhantes, de 1829 a 1934. Informa introdutoriamente quais as fontes de dados (as mesmas utilizadas por Balhana), incluindo-

Em termos regionais paranaenses, a composição étnica majoritária dos colonos neste novo período concentrou-se em italianos e poloneses em 1880-89, e em poloneses, italianos e alemães em 1890-99, com um novo colorido proporcionado pela participação significativa de ucranianos. De 1900 a 1911, aos grupos já relacionados deve-se agregar os holandeses. Por outro lado, não foram registrados italianos na composição destes núcleos mais recentes.

Num quadro geral, entre 1829 e 1911 instalaram-se no Paraná 83.012 colonos estrangeiros. Em virtude do baixo índice de fixação destes imigrantes, sabemos que muitos restaram pouco tempo nas colônias onde foram localizados, mormente quando não havia condições de desenvolvimento, frustrando, portanto, suas aspirações. Por essas e outras razões, o mesmo ocorreu em Santa Catarina, origem de um fluxo *remigratório* para o Paraná, principalmente para a capital. De forma que um balanço razoável permite supor que mais de cem mil imigrantes – talvez cerca de 116.000 – instalaram-se nesta região até 1934.<sup>172</sup>

### 3.5 E AS MIGRAÇÕES INTERNAS TORNAM-SE MAIS IMPORTANTES DO QUE A IMIGRAÇÃO DE ESTRANGEIROS

O limite da colonização realizada por imigrantes foi, no Sul do Brasil, o campo, ocupado tradicionalmente pela criação de gado. Em outros termos, a penetração dos imigrantes e seus descendentes só foi possível nas terras desprezadas pelo latifúndio, do mesmo modo que os colonos instalados em São Paulo ou no Rio de Janeiro só puderam prosperar em regiões já abandonadas pelo café, fora da influência da grande propriedade rural.<sup>173</sup>

---

se um "Serviço de Povoamento" e os dados fornecidos a partir de 1920 pela Inspeção Regional do Trabalho [1941:105-16].

<sup>172</sup> BALJANA, 1969:183. Romário MARTINS informa o ingresso de 98.946 "colonos" no Paraná entre 1829 e 1934, aos quais somaríamos 26.146 indivíduos pertencentes a *grupos urbanistas*, mais ou menos 30.000 imigrantes estimados (não recenseados, que não foram registrados pela "colonização" e, ou, "remigraram" de outras regiões do país), e diminuídos de aproximadamente 15.000 "repatriados" e remigrados, que o autor estima terem saído o Paraná. A soma final ficaria num número parecido com 116.000 imigrantes.

<sup>173</sup> CARNEIRO, 1950:40.

É verdade que as relações entre o imigrante e a sociedade campeira eram relativamente mais cordiais do que aquelas desenvolvidas entre os cafeicultores e os estrangeiros. Apesar disso, era evidente, mesmo no Sul, a contradição entre os dois sistemas, que se contrapunham. Um, herdeiro das relações sociais estabelecidas pela colônia, fundadas na “aventura”; outro, resultado da construção de uma cultura imigrante, com nítidos traços diferenciais: a partir de uma nova ética do “trabalho”, valorização do labor físico; economia policultora estruturada na pequena propriedade, visando aos mercados urbanos; moral e organização familiar características etc.

A esses sistemas é preciso ainda acrescentar dois componentes ambientais distintos: a “mata”, ou as áreas outrora florestais, habitada pelos agricultores brancos descendentes dos imigrantes recentes europeus; o “campo” vizinho, ocupado pelos fazendeiros, que *“consideram o colono laborioso como inferior, e são arrogantes e presunçosos nos seus contatos com ele. Assim, a mata e o campo são dois mundos inteiramente diferentes no sul do Brasil. São diferentes quanto às condições naturais, tanto quanto às econômicas, sociais e raciais”*<sup>174</sup>

Essa dicotomia entre o campo e a floresta foi obedecida pelo processo de migrações internas desenvolvido pelos descendentes dos imigrantes alemães (e italianos) a partir do Rio Grande do Sul, numa história clássica que nos foi contada por Jean ROCHE.<sup>175</sup>

Com efeito, tendo como ponto de partida os primeiros núcleos coloniais plantados no Rio Grande do Sul desde a década de 1820, descendentes de imigrantes ocuparam as regiões florestais desdenhadas pela sociedade tradicional. Desde o Vale do Rio dos Sinos, para o leste e para o oeste, depois para o norte, ultrapassaram as fronteiras gaúchas, colonizando o oeste de Santa Catarina e, na prática, a partir de 1920, povoando e colonizando o Sudoeste e o Oeste do Paraná. Nessa história, os descendentes de imigrantes ultrapassaram mesmo as fronteiras nacionais, ocupando regiões da Argentina<sup>176</sup> e Paraguai; e, mais tarde, também o Mato Grosso. De uma certa forma, uma parte importante dos colonizadores mais modernos da Amazônia são herdeiros e continuadores desse processo, embora seja evidente que as razões da expulsão destes colonos do Paraná e Mato Grosso não cabam mais nas explicações que caracterizam as fases migratórias até mais ou menos a década de 1950.

---

<sup>174</sup> WAIBEL, 1979:231.

<sup>175</sup> 1969:319-401.

<sup>176</sup> *“Assim, a província argentina das Missões apresenta um tipo de ‘colonização brasileira’ (cultura da queimada, encada, milho), introduzido por agricultores de origem alemã, os quais haviam abandonado as colônias que margeiam o Uruguai”* [ROCHE, 1969: 354].

Como se trata de um processo de *migrações internas*, tipicamente *rural-rural*, e considerando que se refere à história de profundas transformações no Brasil Meridional, tradicionalmente ocupado pela sociedade campeira e pelo latifúndio, parece-me importante tentar compreender o seu mecanismo básico. O autor que nos fundamenta estudou detidamente essas migrações, o que o levou a batizar este processo de *“enxameamento dos pioneiros”*. Sob este título, descreveu basicamente o caso exemplar dos descendentes dos imigrantes alemães, agregados a novos imigrantes dessa origem que continuaram a chegar para alimentar o povoamento e a colonização.<sup>177</sup>

Os alemães no Rio Grande do Sul constituíram uma “cultura imigrante e teuto-brasileira” bastante peculiar, caracterizada por uma espécie de *“hereditariedade profissional”* fundada na vida camponesa e num *“pioneirismo continuado”* (ou *“vocaçao pioneira”*) exercido sempre mais adiante, o que levou ao desenvolvimento de um verdadeiro *“instinto migratório”* entre os seus descendentes.<sup>178</sup>

A base material do processo era a pequena propriedade e a atividade agrícola. Os fatores de repulsão explicam-se, pois: a estrutura demográfica, não sendo compatível com o “minifúndio”, obrigava os filhos que sobravam a emigrar, tendo em vista os limites impostos na produtividade pela divisão dos lotes originais. Em outras palavras, a pulverização dos antigos lotes, somada ao esgotamento do solo,<sup>179</sup> levava à diminuição dos rendimentos e à incapacidade de sustentar a família “estendida” do tipo camponês.<sup>180</sup>

<sup>177</sup> ROCHE, 1969:319. De fato, a imigração de estrangeiros assegurara aproximadamente a metade do povoamento até aproximadamente o final do século XIX. Entretanto, desde a Primeira Guerra Mundial, *“já não escreve (...) senão uma função acessória, e, a partir da segunda, nenhuma. Assim, acaba-se estabelecida a importância do papel das migrações internas, mais duradouras e mais regulares”*. [ibid; 347; ver também pg. 352].

<sup>178</sup> Os destaques do parágrafo foram também emprestados de Jean ROCHE, 1969, respectivamente nas páginas 375, 331, 349 e 347-8.

<sup>179</sup> É necessário entender que este solo, originariamente, já era pobre, e a situação só tendia a piorar com a utilização de técnicas agrícolas adotadas da tradição brasileira, fundadas na derrubada da mata e da queimada.

<sup>180</sup> *“Longe de estabilizar a população rural, longe de sustar as migrações internas, o regime da pequena propriedade suscitou-as em grande escala, pois não podia acomodar-se à divisão entre co-herdeiros em razão da alta natalidade, e bem assim à longa fidelidade dos colonos ao gênero de vida agrícola”* [sem grifo no original; ROCHE, 1969: 331]. Observo que este “ativismo” à terra pode estar relacionado aos fatores mais remotos da emigração na Europa. Com a imigração, com a possibilidade da terra, mas com um sistema de sucessão baseada na divisão, de direito e de fato, do legado entre os herdeiros – fato que se acomodava de modo diferente entre o campesinato europeu –, os imigrantes teriam construído uma nova mentalidade

Como resultado, alguns filhos de colonos, poucos, partiram para a “cidade”.<sup>181</sup> A maioria decidiu manter-se agricultor, mas o aumento da demanda de terras exploráveis na região elevou sistematicamente o seu preço, o que dificultou a pretensão dos chefes de família camponesas de manter seus filhos próximos a eles, comprando lotes de terra circunvizinhos. Para manter a vida camponesa, os pais costumavam comprar um lote de terra para cada filho – como não podiam fazê-lo na região, tratavam de resolver o problema mais longe, onde as terras eram mais baratas. Alias, esse costume que se inicia praticamente com a primeira geração de teuto-brasileiros no Rio Grande do Sul, faz parte do processo.

Do ponto de vista social e familiar, evidencia-se um resultado importante, que deve inclusive marcar os imigrantes que se radicaram com o tempo em Santa Catarina e Paraná. Refiro-me ao fato de que a ampliação da enxameagem implicou uma extensão dos laços de parentesco no espaço criado pela “cultura migratória” no Brasil Meridional.<sup>182</sup> Assim, no início do processo, de geração em geração expandia-se a colonização. Entretanto, à medida que o século XIX avançava para o seu final, acelerou-se o “movimento migratório ao mesmo tempo que um crescimento de seu raio (de ação)”.<sup>183</sup> Da mesma forma porque, e isso já foi dito, a transposição de centenas de quilômetros tem a ver com o próprio crescimento vegetativo dos descendentes dos pioneiros – o que os obrigava a comprar lotes sempre mais adiante, onde era mais barato – e porque, nessa

---

“camponesa” no Brasil; pelo menos, enquanto coincidente com o processo da *enxameagem* dos pioneiros.

<sup>181</sup> Sabe-se que, até mais ou menos o final da Grande Imigração, o crescimento da população das cidades não seguiu o mesmo ritmo que o da população total. Entretanto, “no momento em que a imigração diminuiu, o número dos cidadãos se elevou mais depressa e consideravelmente” [ROCHE, 332]. O mesmo autor também anota: “Não só dois terços dos rio-grandenses que emigraram, se estabeleceram em dois Estados agrícolas, senão também eles próprios permaneceram agricultores: para 35 701 rio-grandenses que vivem no Paraná, há somente 2416 em Curitiba e, para 120 710 que vivem em Santa Catarina, existem apenas 648 em Florianópolis. Em suma, 98% dos emigrados conservaram-se camponeses” [ibid; 357].

<sup>182</sup> Ou, “remigratória”, termo bastante utilizado na historiografia da imigração pelos paranaenses. Quero aproveitar para anotar interessante observação do autor que está nos guiando nas reflexões deste item do texto: “Ordinariamente dois ou três irmãos emigram juntos ou se encontram na nova colônia, estreitando, assim, os laços de parentesco, cujo nó permanece mantido pela casa paterna, onde ficou o mais moço dos filhos, que assegura, com a guarda dos velhos pais, a conservação de uma coesão ao mesmo tempo afetiva e social” [ROCHE, 1969:367].

<sup>183</sup> ROCHE, 1969:376-7.

caminhada, também saltavam as zonas de campo, como já se mencionou anteriormente. Facilitou bastante o aumento do raio das migrações a melhoria das comunicações, os empreendimentos coloniais geridos por empresas privadas e o baixo preço das terras devolutas.

Foi possível acompanhar, e com este objetivo o instrumento construído por CARDOSO & WESTPHALEN mostrou sua grande importância, como se deu a expansão do Paraná tradicional, centrada em Curitiba, mas passando pela linha de pousos que originaram os povoados de Castro, Lapa, Pirai, Jaguariaíva e Registro (do Rio Negro). Verificamos que se tratava, fundamentalmente, da expansão da sociedade Campeira,<sup>184</sup> que desembocou finalmente nos campos de Palmas, em 1839.<sup>185</sup> Para o norte, preparava-se a efetiva conquista da região com a fundação da Colônia Militar do Jatahy em 1855 e a organização de aldeamentos indígenas em São Pedro de Alcântara e São Jerônimo da Serra, no mesmo ano. Na direção contrária, numa frente de expansão originária de São Paulo, fazendeiros paulistas e mineiros começaram a penetrar no Norte do Paraná, implantando fazendas de café. Nesse contexto, estendendo um pouco mais a expansão, foi fundada a Colônia Mineira (1862), Tomazina (1865) e Santo Antonio da Platina (1866); logo depois, Jacarezinho. Também para os lados da fronteira com São Paulo, surgiram alguns anos antes as povoações de São José da Boa Vista e São José do Cristianismo.

Quase ao mesmo tempo, a região tradicional progredia com a fundação de Irati, São João do Triunfo e São Mateus do Sul, no período de 1860 a 1880.<sup>186</sup> Em função da política imigratória do governo provincial, principalmente com o Presidente Lamenha Lins, foram implantados 27 estabelecimentos coloniais com imigrantes poloneses, italianos, alemães (inclusive "do Volga"), e outros, no período 1860 a 1880<sup>187</sup> e, nos 20 anos que se seguem, 34 colônias (italianos, poloneses, alemães, ucranianos etc.).<sup>188</sup>

<sup>184</sup> 1981.

<sup>185</sup> CARDOSO & WESTPHALEN, 48-63.

<sup>186</sup> *Ibid.*, 64-5.

<sup>187</sup> Arredores de Curitiba, Paranaguá, Morretes, Araucária, São José dos Pinhais, Antonina, Lapa, Campo Largo, Palmeira e Ponta Grossa.

<sup>188</sup> Campo Largo, Araucária, Curitiba, Rio Negro, Paranaguá, São Mateus, Contenda, Palmeira, São João do Triunfo, União da Vitória, Guarapuava, Lapa, Prudentópolis e Marechal Mallet. *Ibid.*, 66-9.

Pois bem, nesse mesmo período que abrange os vinte últimos anos do século XIX iniciam-se os empreendimentos que finalizariam com a ocupação pela colonização do oeste e sudoeste do Paraná. Concederam-se imensas áreas de terras devolutas nacionais à companhias como estímulo à colonização nas margens das estradas de ferro que deveriam ser construídas na região.<sup>189</sup>

Dessa forma vamos encontrar o Paraná no início do século XX consideravelmente expandido, com a fundação de diversos povoados e concessão de terras a baixo preço. No Oeste-sudoeste, as companhias concessionárias exploravam o mate e a madeira, arrasando os ervais e derrubando pinheiros e madeira de lei sem a preocupação real de ocupar e colonizar a área. Portanto, depredando e, além disso, explorando a mão-de-obra local, que se encontravam sem proteção legal.<sup>190</sup>

Essa situação começa a mudar na década de 1920, em especial no governo do interventor Manoel Ribas, que concedeu permissão a uma grande companhia, a Industrial Madeireira e Colonizadora Rio Paraná S.A. – bem mais conhecida pela sigla “MARIPÁ”. É nessa conjuntura que se verifica a quarta fase do processo de enxamagem dos colonos alemães e italianos, que se radicam na região.<sup>191</sup>

Ali, os ítalo-alemães reproduziram o mesmo modelo de ocupação antes ocorrido no Rio Grande do Sul (e Santa Catarina). Além dos aspectos ecológicos semelhantes ao Estado gaúcho, o capital a ser investido pelos novos colonos não era suficiente para a aquisição de

<sup>189</sup> *Ibid.*, 68-9.

<sup>190</sup> “De 1900 a 1920, a população do sudoeste passou de 3.000 habitantes para 6.000. A procedência deste aumento populacional assim pode ser resumida: a – peões e agregados das fazendas de Palmas e Clevelândia que à procura de espaço para sobreviver, embrenharam-se para o oeste; b – peões, agregados e agricultores da região de Guarapuava e Campos Gerais paranaenses, à procura de terras para subsistência; c – forçados da justiça do Paraná, Sta. Catarina, Rio Grande do Sul e Corrientes, que transformaram o sudoeste em verdadeiro cuato de fugitivos da lei; d – posseiros refugiados da região do Contestado, expulsos das terras da Brazil Railway Co.; e – argentinos e paraguaios que penetravam na região à procura de erva mate; f – crescimento vegetativo da região” [WACHOWICZ, 1985:68-9 – sem grifo no original].

<sup>191</sup> “A procura das terras ofertadas pela Maripá, por colonos gaúchos e catarinenses, foi extruor rdinária, de tal modo que, em 1951, todas as terras demarcadas, já se encontravam vendidas ou compromissadas. A Companhia, no entanto, não realizara grande campanha publicitária em torno do empreendimento, a fim de não atrair aventureiros e parasitas. Havia preferido empregar, como agentes de propaganda e venda, sítiantes e comerciantes que primeiro haviam chegado a Toledo, com a obrigação de periódicas visitas aos seus lugares de origem e procedência, recrutando novos colonos, conhecidos e selecionados” [BALIANA et al., 1969:220].

grandes propriedades – no máximo, como estavam acostumados, áreas passíveis de serem exploradas pela mão-de-obra familiar. Além disso, os terrenos ondulados da região dificultavam a utilização de tecnologia agrícola mecanizada, e a falta de ligação adequada, além das grandes distâncias, com os grandes centros urbanos impedia que os colonos pensassem em produzir algum excedente maior para vender alhures a sua produção.

Daí porque se explica que a finalidade econômica dessas colônias era, ainda na década de 1950, praticamente o autoconsumo, que definia o tipo de produção colonial. Produção fundada na manutenção de uma cultura, hábitos e costumes trazidos e cristalizados pelo isolamento não só originado da falta de comunicações, mas também pela infestação de grileiros e aventureiros de toda a espécie que dificultava o desenvolvimento de um processo de transformações culturais e econômicas nesta população.

Após a aura romântica, o realismo. Os últimos anos do século XIX vêm arrefecer o entusiasmo das elites pela imigração estrangeira européia. Por várias razões, em termos exclusivamente econômicos, os investimentos não se traduziram em suficiente rendimento. Foi, também, freqüente, uma deterioração das técnicas agrícolas conhecidas pelos imigrantes, em função não só de problemas que traduziria como sendo de "*contatos culturais*" e adaptação; as razões teriam sido, no principal, de ordem ecológica. Era, portanto, tempo de diversificar a imigração, possibilitando e promovendo a entrada de novos grupos. Ao mesmo tempo, prepara-se o caminho para o investimento do país na colonização organizada em moldes mais racionais, com o governo promovendo a vinda de imigrantes nacionais e estrangeiros a diversas regiões não ocupadas. Mais uma vez, a imigração de homens é acompanhada da imigração de capitais. Este cenário foi fundamental para que se completasse a ocupação do Paraná.

De certa forma, a história do Norte do Paraná exemplificou essa tendência.<sup>192</sup> No momento em que ainda se instalavam vários núcleos imigrantes estrangeiros, a atração exercida pelas férteis terras do lado de cá do rio Itaré levou à aquisição de glebas por fazendeiros paulistas e mineiros, que

---

<sup>192</sup> De acordo com as pesquisas realizadas por TOMMAZI [1997:149], teria sido Nestor Vitor o primeiro a utilizar a expressão "Norte do Paraná" no início do século (obra editada pela primeira vez em 1913) [SANTOS, 1996:47].



estenderam na região a partir da década de 1860 o sistema tradicional da fazenda de café, da grande propriedade, técnicas agrícolas e regime de trabalho.

Era a frente pioneira constituída por fazendeiros, grandes proprietários isolados que empreendiam a empresa, com suas famílias e empregados, espontaneamente, procurando as terras do Norte do Paraná, para plantar café e, em menor escala, para a criação de gado.<sup>193</sup>

Ainda desordenadamente, foi uma penetração rápida, multiplicando-se como resultado os núcleos urbanos: Tomasina (1865), Santo Antônio da Platina (1866), Wenceslau Brás e São José da Boa Vista (1867); e, já nesse século, Jacarezinho (1900), Cambará (1904), Bandeirantes (1921), Cornélio Procópio (1924) e Andirá (1926).<sup>194</sup> A fortificação do fluxo migratório, principalmente de paulistas, mas também de mineiros e nordestinos, resultou de uma combinação de fatores, sintetizados no rápido aumento dos preços de café no mercado internacional depois da Primeira Guerra, esgotamento do solo em algumas área articulado com a infestação da broca do café e baixo preço das terras.

Essa etapa termina com o início de movimentos de ocupação mais organizados e planejados de modo mais racional. O exemplo notável foi o da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná,<sup>195</sup> de origem inglesa, mas nacionalizada durante a Segunda Guerra Mundial. Desde 1925 foi iniciada a compra de terras no norte do Paraná para serem divididas, preparadas para ocupação, ligadas às áreas viárias existentes. Desde então, foi adquirida uma área contínua que corresponde à décima-sexta parte da área total do Estado,<sup>196</sup> propiciada a vinda de colonos em grande número, não só nacionais como estrangeiros,<sup>197</sup> e planejada a edificação das cidades (Maringá, 1947; Cianorte, 1953; Umuarama, 1955), não muito longe de Londrina (1930).

---

<sup>193</sup> BAIJANA *et al.*, 1969:213.

<sup>194</sup> PADIS, 1981:88. Ver os mapas em CARDOSO & WESTPHALEN, 1981:66-71.

<sup>195</sup> Merece uma nota a iniciativa a partir de 1931, relativamente modesta, em áreas ainda não ocupadas do Norte Velho, de duas companhias constituídas com capitais japoneses que resultaram no desenvolvimento de duas cidades, Assaí e Uraí, com população de imigrantes vindos do Japão [PADIS, 1981:90].

<sup>196</sup> *Ibid.*, 90-1.

<sup>197</sup> *Consta que, por volta de 1945, já existiam, na região, pessoas de trinta nacionalidades diferentes sendo 12,5 por cento italianos, 7 por cento japoneses, 6 por cento alemães, além de 42 por cento entre paulistas e mineiros* [idem:93].

O Paraná, portanto, encontra-se hoje totalmente “(re)ocupado”, na expressão emprestada a Nelson TOMMAZZI.<sup>198</sup> As três comunidades, oriundas de histórias recentes, integram-se numa identidade comum. As antigas fronteiras “vazias” entre uma região e outra se encontram e interpenetram, e o exemplo são os campos de Palmas e Guarapuava praticamente integrados ao grande sudeste paranaense,<sup>199</sup> – as cidades do norte novo e novíssimo interligadas por rodovias ao oeste.

Essa história foi fruto de um processo de colonização que começou no século XVIII, mas ainda não terminou, dada as características *mutantes* das grandes regiões que compõem o Estado. Assim foi que os camponeses italo-germânicos arrumaram seus “trens” e começaram, novamente, o processo de *remigração*, para o Mato Grosso, Paraguai e, ainda mais longe, para o Norte do Brasil.

Também é assim que se explica o grande êxodo rural, fruto das transformações nas estruturas agrárias no Sudeste, Oeste e Norte do Paraná, ocasionando um fenômeno relativamente recente de migrações internas, que se reflete na urbanização.

Mas, essa é outra história, e um fenômeno que não nos deverá ocupar neste livro. Todavia, antes de concluí-lo, penso ser necessário algumas palavras a respeito de um novo processo imigratório alimentado por estrangeiros, que se entremeia às migrações internas que ressaltai neste último item do capítulo. Trata-se de ampla gama de migrações que nutrem um fenômeno de colonização articulado às mudanças nas estruturas agrárias no Paraná, em especial nos Campos Gerais.

<sup>198</sup> 1997:105.

<sup>199</sup> Ver mapa do Paraná [idem: 148]; ver principalmente o mapa que representa, a partir de três processos migratórios, a ocupação, ou reocupação do Paraná em três comunidades (“tradicional”, “norte” e “sudeste”) [BALHANA *et al.* 1969:261]. Ao reestudar a questão, TOMMAZZI alterou o mapa, distinguindo duas histórias de migrações modernas no Norte-Nordeste paranaense: “Como pode-se notar a (re)ocupação até então se deu por diferentes caminhos em vários pontos do Território situado ao norte do estado do Paraná. O primeiro caminho foi o dos tropeiros, que sempre deixavam grupos no caminho, a segunda foi a passagem de mineiros e paulistas, pelo rio Itararé, mais tarde pelo rio Paranapanema, na altura de Ourinhos, criando-se Camburá e outros núcleos urbanos, e depois na altura de Presidente Prudente, que permitiram a fundação de dois polos depois designados de Sertãozinho e Primeiro de Maio, e também a área da “Fazenda Brasileira”, não esquecendo-se da região nucleada por Campo Mourão. Assim, creio que fica clara a diversidade dos caminhos e das formas de (re)ocupação da região em estudo” [1997:174-5].

Disse antes que o processo de colonização por imigrantes não ocupou as “terras de campo”. Isso é verdade, pelo menos até 1911, quando a *“realização pioneira de Carambei, apesar das dificuldades iniciais, constitui a primeira experiência bem sucedida da colonização das terras de campo, atraindo novos contingentes populacionais para aquelas áreas subutilizadas desde o final do século XIX, com a desagregação da economia pastoril”*.<sup>200</sup>

Essa colônia batava deslanchou realmente a partir de 1935, quando chegaram novos imigrantes com algum capital – junto com a facilidade de financiamentos – que possibilitou implantar novas tecnologias numa economia do tipo agropastoril e organizada sob a forma de cooperativa. Este êxito estimulou novos empreendimentos a partir da década de 1930, desvinculada da intervenção governamental direta, financiada e organizada por instituições privadas, inclusive com ramificações internacionais.<sup>201</sup>

Terminada a Segunda Guerra Mundial, novas condições internacionais e a continuidade de uma política imigratória no Paraná apontam para uma última fase de colonização, que resultou na organização de três grandes empreendimentos: Entre Rios, em Guarapuava (habitada pelos “suábios do Danúbio”), a Colônia de Wittmarsum, em Palmeira, empreendida pelos *menonitas*<sup>202</sup> que antes haviam se instalado em Santa Catarina; finalmente, ainda holandeses em Castrolanda e Arapoti, esta já em 1960.

O êxito das recentes iniciativas colonizadoras, colocado em termos de estruturas e conjunturas econômicas, esteve condicionado ao desenvolvimento de uma economia de mercado, às facilidades de financiamento e à orientação técnica, bem como à sua fundamentação em

<sup>200</sup> BALJANA *et al.*, 1969:226. Devo lembrar que a experiência anterior dos “russos-alemães” nos Campos Gerais foi coroada pelo insucesso, o que salienta a empreitada que se colocava às autoridades políticas paranaenses.

<sup>201</sup> Como exemplo, cito a Colônia Terra Nova, perto de Castro, em terras de campo limpo, com imigrantes de origem germânica. Entretanto, o Norte continuava objeto das políticas colonizadoras paranaenses, inclusive com estrangeiros: Rolândia, em 1932; Nova Dantzig, em Cambé – as duas com imigrantes alemães. Japoneses nas colônias Assaí e Pirianito (ver algumas cifras no A.60) [idem, 225].

<sup>202</sup> Grupo étnico e religioso, relativamente endogâmico, constituído por “anabatistas”, dissidência da Igreja Reformada Holandesa. Entretanto, como desde a Reforma emigraram da Holanda para várias regiões da Alemanha, adquiriram gradativamente a cultura e a língua alemã. Antes de organizarem a colônia na antiga Fazenda Cancela, desde 1934 várias famílias de Santa Catarina mudaram-se para os arredores de Curitiba, na sua região sul: Vila Guaíra, Boqueirão e Xaxim.

uma organização de sistema cooperativo. Assim, o êxito tem sido maior e mais completo nas colônias organizadas em cooperativas, incluindo-se neste grupo as colônias holandesas de Carambeí, Castrolanda, Tronco e Arapoti, a colônia menonita Witmarsum e os colonos japoneses, instalados em Castro, pela Cooperativa Cotia, no ano de 1959, em propriedades rurais dispersas e que cultivam batata e arroz principalmente”.<sup>203</sup>

---

<sup>203</sup> BALHANA, *et al.*, 229.

#### 4 CONCLUSÕES: AVENTURA X TRABALHO; LITORAL X SERTÃO; RURAL X URBANO

##### RESUMO

Inspirado em Sergio Buarque de Hollanda, esta síntese sobre a História do Paraná foi construída a partir da dualidade “aventura” e “trabalho”. Outras dicotomias poderiam ter sido igualmente muito úteis para o desenvolvimento do texto. Esta conclusão refere-se a duas delas, também inspiradas no autor em referência. De um lado, o processo colonizador português foi sempre voltado ao Atlântico, isto é, aos interesses metropolitanos. De outro, mas articuladas com essa tendência, as relações entre o urbano e o rural na história do Brasil. Prefiro, nesse capítulo conclusivo, marcar a articulação, na história do Paraná e do Brasil Meridional, entre aventura versus trabalho e povoamento no litoral versus povoamento do “interior”.

O presente livro <sup>(7)</sup> foi redigido seguindo algumas orientações. Naturalmente, a primeira delas diz respeito à possibilidade de se pensar uma história regional tendo como fundamento os deslocamentos populacionais. Nesta direção, tratava-se de recuperar toda uma história do Brasil focada no Sul a partir da do ir-e-vir de homens que, ao gradativamente se fixarem, ocuparam uma região em detrimento dos seus antigos habitantes e dos espanhóis.

Sabemos que boa parte desta história foi desdobrada a partir da iniciativa aventureira dos paulistas, à revelia até do interesse português. De fato, ao procurar construir um quadro comparativo com a colonização espanhola, Sergio Buarque de HOLANDA desenvolveu a tese de que os lusos criaram *“todas as dificuldades às entradas terras a dentro, receosos de que com*

---

<sup>(7)</sup> Como foi informado na introdução, a primeira versão desta obra foi utilizada como livro-texto num curso de Tópicos Especiais, da grade curricular do Curso de Licenciatura em História da UFPR. Como trabalho final, solicitei que cada aluno elaborasse uma “conclusão” para o livro. Gostaria de prestigiar o trabalho destes estudantes, escolhendo o melhor deles para me ajudar a compor parte da conclusão deste livro. Refiro-me ao texto do acadêmico Fabiano STORRY.

*isso se despozoasse a marinha*".<sup>204</sup> Assim, nas Américas, o sistema colonial montado manteve as "costas" sempre voltadas para Portugal, direcionado aos interesses metropolitanos. Os empecilhos resultantes da falta de investimentos no "interior", no Paraná, eram somados a obstáculos naturais. É nessa perspectiva que também poderíamos entender uma distinção entre a sociedade curitibana e a sociedade parnanguara. Assim, na medida em que os interesses da Metrópole estavam voltados para o Atlântico, a obra realizada no Brasil pelos portugueses teve um caráter mais acentuado de feitorização do que de colonização,<sup>205</sup> característica da ocupação espanhola nas Américas. A ordem, pois, era *predar*: Lisboa tinha interesses imediatos, no melhor sentido mercantilista.

E os paulistas botaram mãos-à-obra. De tal maneira que, ao se modificarem gradativamente as estratégias portuguesas com o crescimento da importância comercial do açúcar, toda a região Meridional do Brasil colonial definiria uma outra fronteira. Isso nuançava um pouco os limites na periodização da história do Brasil, definidos neste livro pela *aventura* e pelo *trabalho*. Na delimitação de um espaço e de uma temporalidade determinados pela cana-de-açúcar, lá onde se implantava a *plantation*, definia-se gradativamente uma sociedade mais estável. Ao empreenderem a edificação de um império agrário, os portugueses iniciaram uma revolução: a indústria do açúcar não era uma aventura, era um sério negócio. Trata-se, portanto, de povoar, fixando a população.

Nessas circunstâncias, cada vez mais a posse não se traduziria em linhas abstratas num mapa, fundado em direito daqui ou dali, mas na efetiva ocupação. Essa revolução repercutiu naturalmente no Sul, cuja ocupação – é claro, bastante rarefeita – se deu após o reconhecimento do território pelos bandeirantes, impulsionada por uma atividade que exigia a fixação.

Delimitava-se, dessa forma, uma fronteira espacial entre a aventura e o trabalho, demarcada aproximadamente no Sudeste, excluindo o Rio de Janeiro. Ela se alargou, à medida que o açúcar avançava em São Paulo. Dito de outra forma, a aventura é avessa à estabilidade. Nesse sentido, mais contemporaneamente, a história do café, de início ainda fundada no sistema da *plantation*, é sincrônica à desagregação do sistema colonial, do mercantilismo, enfim, da colônia. Na fronteira entre a aventura e o

<sup>204</sup> HOLANDA, 1963:91.

<sup>205</sup> *Ibid.*, 102.

trabalho, consolidadas a posse e as fronteiras do Brasil Meridional, o desenvolvimento da cultura do café nos ajuda a compreender o surgimento de uma nova sociedade. O sul se conquistou, na periodização que está implícita neste processo, pelo conhecimento propiciado pelos bandeirantes e, no seguimento, pela atividade laboral e industriosa dos seus descendentes, combinado com a dos imigrantes estrangeiros. Com efeito, a segunda metade do oitocentos caracteriza-se por um relativamente longo período – que atinge, de modo estendido, a década de 1930 –, de profundas mudanças institucionais e estruturais, no qual se inscreve a *Grande Imigração*.

Dadas as premissas colocadas, não teria sentido restringirmos o “cenário” da história contada neste livro somente na região “paranaense” ou, mesmo, no Brasil Meridional. Isso também me orientou e, portanto, a extrapolação foi intencional.<sup>206</sup> Porque, finalmente, o tipo ideal do *aventureiro* e do *trabalhador* constrói-se na perspectiva de uma história da – vamos chamar assim, com todos os riscos que isso implica – *globalização*.<sup>207</sup> Essas observações deram sentido à escolha de um tipo específico de migração: procurou-se estudar os processos que traduzissem a aquisição e a valoração econômica do território “paranaense”, pelo estender de uma posse contínua e pelo continuo adotar de uma cultura.<sup>208</sup>

Retomar a complexidade do processo histórico: eis o fundamento desta história dos deslocamentos populacionais no Brasil Meridional. O que eu tentei mostrar foi que, mais do que em relação a outros recortes possíveis, esta história das migrações é consistente com a proposta de Sérgio Buarque de HOLANDA, desenvolvida no capítulo dois da obra em referência.

As “*raízes do Brasil*” mereceriam ser recuperadas por inteiro, embora essa não tenha sido a intenção deste livro. Para fazer a revisão bibliográfica parcial a respeito da historiografia paranaense, bastou-me o contraponto que nosso autor desenvolveu no segundo capítulo do seu livro.<sup>209</sup> Entretanto, a partir de um e ou de outro, seria possível ir além. Como penso ter salientado, é evidente o perigo da dicotomização –

<sup>206</sup> Volto, já em seguida, à questão.

<sup>207</sup> Creio que não é necessário explicitar o conceito. Entretanto, quero chamar a atenção do leitor para as virtualidades de se articular a globalização, tal como é discutido hoje em dia, com a história da colonização compreendida inicialmente no “ocidente”.

<sup>208</sup> MACHADO, 1987:178.

<sup>209</sup> “Trabalho & Aventura”, HOLANDA, 1963:17-55.

principalmente quando serve à simplificação e ao reducionismo. Mas, e se multiplicarmos, de forma articulada, as dualidades possíveis de serem reconstruídas para a História do Brasil, enfatizando as suas contradições? Assim, já me referi, nesta conclusão, a respeito das posições, controversas sem dúvida – mas interessantes –, das diferenças entre a colonização portuguesa e espanhola nas Américas.<sup>210</sup> No seu terceiro capítulo,<sup>211</sup> nosso autor desenvolve a relação contraditória, cujo embate se dá finalmente a partir da extinção do tráfico, entre nossa *herança rural* – que explicou a força das elites patriarcais e escravistas na história colonial até, pelo menos, o final do século XIX – e as forças renovadoras do desenvolvimento urbano. É neste quadro, por exemplo, que se explicam as tentativas de se manter o tráfico escravo e a inserção da mão-de-obra imigrante para substituir o braço cativo numa estrutura fundamentalmente conservadora alicerçada nas nossas raízes rurais. Não seria também nesse contexto que se explicariam as, até certo ponto canhestras, tentativas de se instituir no Sul uma agricultura de subsistência atrelada às cidades que buscavam sua independência do mundo rural, herdado da colônia? Cidades que, como Curitiba, ainda tinham suas elites formadas com base no tradicional patriarcado rural?

Como vimos, a dualidade “aventura” versus “trabalho” – associada ao projeto português de “colonização”, suas características e o privilegiamento da ocupação do litoral –, articulada às relações entre o “rural” e o “urbano” na história do Brasil, foram úteis na estruturação deste livro, como são úteis numa periodização básica na história deste país. De um lado, ou para começar, o período colonial, da aventura, da ocupação do litoral (com a rara exceção, que confirma a regra, das preocupações portuguesas em relação ao interior das Gerais) que se estende até a primeira metade do XIX. Em seguida, o período da nossa história contemporânea, fundado no trabalho, nas migrações internas que levam à conquista efetiva de todo o território a partir dos estímulos plantados no litoral. Coincidentemente, do ponto de vista regional esse período é demarcado pela emancipação da Província do Paraná em 1853.

De modo que a segunda metade do oitocentos, caracteriza-se por um relativamente longo período – de fato, atinge a década de 1930 – de mudanças estruturais e institucionais, no qual se inscreve a Grande Imigração.

<sup>210</sup> “O sementeiro e o ladrilhador”, *ibid.*, 85-127.

<sup>211</sup> “Herança rural”, *ibid.*, 57-83.



A ocupação e o povoamento do território *paranaense* não se inscrevem unicamente na ascensão do mercantilismo ou do capitalismo, mas também nas disputas territoriais entre Portugal e Espanha, na conjunção de caça aos índios e tocada pelos vicentinos na busca incentivada pela metrópole dos metais preciosos, nas políticas de controle do território e de colonização desenvolvidas pelo governo brasileiro a partir da independência.

A realidade é, pois, sempre mais complexa. Nesse sentido, este livro teve a pretensão de guiar o leitor na resistência a hierarquizações muitas vezes simplificadoras entre, por exemplo, estrutura e conjuntura, internacional e regional, infra e superestrutura, modo de produção isso ou aquilo, entre dominadores e dominados, e assim por diante. A diretriz pretendida fundamenta-se no fato de que outros recortes são possíveis, como o que nos guiou na abordagem do tema das migrações.

Finalmente, penso que, se o processo de deslocamentos populacionais, somado às idéias de ocupação e povoamento de um território, é fundamental para entender a constituição da "identidade" paranaense e, por isso mesmo, servir como capítulo introdutório à História do Paraná, por outro lado não se deve dar o crédito da construção de um sistema de civilização original à simples presença física dos imigrantes "morigerados e laboriosos", ignorando o contexto econômico, social e cultural da fixação destas gentes em terras paranaenses, fundadas no mesmo tripé do *escravismo-latifúndio-patriarcado* que identificava a organização social em que imperavam os senhores de engenho no Nordeste. Seria, mais uma vez, simplificar a história.

## BIBLIOGRAFIA COMENTADA

LEE, Everett. Uma teoria sobre a migração. In: MOURA, Hélio. *Migração interna*. Textos selecionados. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil S.A., 1980. Pp. 89-114.

RAVENSTEIN, E.G. As leis da migração. In: *ibid*, pp. 25-88.

- Como informei no preâmbulo, este livro foi redigido com uma intenção. Ou seja, repensar a História do Paraná a partir de determinada ótica que tem como denominador comum os deslocamentos de populações e o que, desde a expansão européia no mundo, tem sido denominado de "colonização". Embora não tenha sido referenciado no texto principal, um artigo clássico sobre as "migrações" é o trabalho de LEE. Na perspectiva da História da Demografia, menciono ainda o texto de RAVENSTEIN, que veio à luz pela primeira vez no século XIX (*Journal of the statistical society*, 1885)

MACHADO, Brasil Pinheiro. Esboço de uma sinopse da história regional do Paraná. *História: Questões & Debates*, 8(14/15):177-205, Jul-dez.1987.

MARTIUS, Carlos Frederico. Como se deve escrever a história do Brasil. *Revista do IHGB*, v.1, n.10, p.149-157, 1841.

RIBEIRO, João. *História do Brasil* (5ª ed.). Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1914.

MOTTIN, Benilde Maria Lertz. *Estrutura fundiária do Paraná tradicional* Castro, 1850-1900. Curitiba/Universidade Federal do Paraná (Dissertação de Mestrado):1987.

- Esta abordagem, historiográfica e metodologicamente, está calcada numa preocupação uma vez externada por Cecília Maria Westphalen em seminário de professores desenvolvido no Departamento de História da Universidade Federal do Paraná na década de 1970. – Preocupada com o estudo e a aplicação de *modelos* na história, ela recuperou as possibilidades de generalizações contidas nas explicações de Pinheiro Machado para a conquista, povoamento e a própria definição de uma cultura paranaense. Este artigo, publicado originalmente pelo Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Paraná em seu Boletim, foi recuperado pelo Editor da Revista *História: Questões & Debates* e, com o acordo do autor e endossado pelo Comitê Editorial, foi republicado como "documento" (aqui entendido como "documento historiográfico") em 1987. Refiro-me ao texto *Esboço de uma sinopse da história regional do*

*Paraná* O nosso antigo professor, de saudosa memória, sempre enfatizou que as duas matrizes teóricas eram constituídas pelo trabalho de Karl Friedrich **Martius**, premiado no século passado pelo Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, e por João **Ribeiro**. A dissertação de Mestrado de Benilde **Motin** contradez, em muitos aspectos, o "modelo" mencionado.

MARTINS, Romário. *História do Paraná* (3 ed). Curitiba: Editora Guaíra, s/d.

\_\_\_\_\_. *Quantos somos e quem somos* dados para a história e a estatística do povoamento do Paraná. Curitiba: Empresa Gráfica Paranaense, 1941.

BALHANA, Altiya Pilati, MACHADO, Brasil Pinheiro & WESTPHALEN, Cecília Maria. *História do Paraná* (v.1). Curitiba: Graphipar, 1969.

- Os conteúdos que me permitiram tratar o tema de maneira adequada foram obtidos de obras básicas da nossa historiografia regional. A recorrência das citações e referências no meu texto traduzem bem minha dívida com duas "Histórias" do Paraná: a primeira, clássico trabalho de nossa historiografia, é de Romário **MARTINS** – complementado pelo *quantos somos e quem somos*. A segunda, mais atual – inclusive no que concerne às concepções teórico-metodológicas embutidas na sua abordagem – constitui ainda hoje manual imprescindível para quem quer se iniciar em estudos *paranistas*.

CARDOSO, Jayme Antonio & WESTPHALEN, Cecília Maria. *Atlas Histórico do Paraná*. Curitiba: Ind. Gráf. Projeto, 1981.

- Para completar esta primeira parte deste dossiê, enfatizo o excelente instrumento didático e de pesquisa do Atlas Histórico do Paraná, fruto da experiência de um dos seus autores na denominada *neográfica*. Sua concepção constituiu um alicerce para a visualização do processo de ocupação da região paranaense ou, de outra maneira, das migrações que resultaram na dominação de um vasto território da Serra do Mar para o oeste, até os campos de Palmas.

PADIS, Pedro Coll. *Formação de uma economia periférica o caso do Paraná*. São Paulo / Curitiba: Hucitec / Secretaria da Cultura e do Esporte do Governo do Estado do Paraná 1981.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. *Paraná, sudoeste: ocupação e colonização*. Curitiba: Littero-Técnica, 1985.

TOMAZI, Nelson Dacio. *Norte do Paraná: história e fantasmagorias*. Curitiba/Universidade Federal do Paraná (Tese de Doutorado): 1997.

- Aproveito para mencionar que, a respeito da história do oeste e sudoeste do Paraná, a tese de PADIS e a obra de Ruy WACHOWICZ, publicada na estante paranaense do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Paraná. Sobre o "Norte", a tese recente de Nelson TOMAZI.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil* (4ª ed.). Brasília: Editora da UNB, 1963.

PRADO JR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1961.

\_\_\_\_\_. *Evolução política do Brasil e outros estados*. São Paulo: Brasiliense, 1961.

\_\_\_\_\_. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1973.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil* (2ª ed.). São Paulo: Editora Nacional, 1989.

OLIVEIRA VIANNA, *Populações meridionais do Brasil: história, organização, psicologia*. Populações rurais do centro-sul (vol.1). Belo Horizonte: Itatiaia, 1987. Rio de Janeiro: Editora da UFF, 1987.

- O segundo bloco de referências concerne a alguns monumentos da historiografia brasileira. O primeiro, naturalmente, que me inspirou na definição dos dois tipos ideais que conduziram a estruturação dos dois capítulos principais do livro, foi *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda. Segue, pela ordem de importância que lhes dou neste livro, Caio Prado Jr. – aproveito para referenciar os seus três livros de História do Brasil –, Celso Furtado e Oliveira Vianna.

SÉDILLOT, René. *Historia de las colonizaciones*. Barcelona: Aymá, 1961.

- Para completar, uma vez que o tema da colonização permeia todo este livro, chamo a atenção do leitor para uma síntese muito bem construída, realizada já há bastante tempo, de René SÉDILLOT. O livro em referência, como bem chama a atenção seu editor, poderia ser até melhor denominado de *História dos impérios e as colonizações*

CARNEIRO, J. Fernando. *Imigração e colonização no Brasil*. Rio de Janeiro: Faculdade Nacional de Filosofia, 1950.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *O Brasil monárquico: reações e transações*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1969.

LEVY, Maria Stella Ferreira. O papel da migração internacional na evolução da população brasileira. *Revista de Saúde Pública*, 8(supl):49—90, 1974.

MARCÍLIO, Maria Luiza. Crescimento histórico da população brasileira até 1872. In: *Cadernos CEPRAP*. São Paulo, n. 16, 1973. P. 1-26.

- São muitas as obras passíveis de serem citadas e referenciadas, a respeito da *Grande Imigração* na História do Brasil, nos séculos XIX e XX. Entretanto, creio que não cometo nenhuma injustiça ao me referir ao trabalho de CARNEIRO, publicado pela antiga Faculdade Nacional de Filosofia, como fundamental. Infelizmente, trata-se de uma brochura cada vez mais difícil de ser encontrada, e que mereceria uma re-edição, como documento historiográfico. Tendo em vista a amplitude com que é tratado o tema, grifo os capítulos a cargo de Carlos H. OBERACKER Jr (*A colonização baseada no regime da pequena propriedade agrícola*), Sérgio BUARQUE DE HOLANDA (*As colônias de parceria*), Frank GOLDMANN (*Aspectos das migrações norte-americanas após a guerra civil*), e Teresa SCHORER PETRONE (*Imigração assalariada*) – capítulos do Tomo II, volume 3, da coleção organizada por HOLANDA. Nesse sentido, também chamo a atenção para a síntese, principalmente estatística, organizada por Maria Stella LEVY. Com ligações evidentes com este artigo, saliento a coleção de tabelas e dados comentadas por MARCÍLIO, sempre uma fonte importante para quem trabalha o tema da população.

WAIHEL, Leo. Princípios da colonização européia no sul do Brasil. In: *Capítulos de geografia tropical e do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 1979. Pp. 225-277.

ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969 (2 vols.).

- Sobre a imigração e colonização no Brasil Meridional, o clássico artigo do geógrafo alemão Leo Weibel, publicado pela primeira vez pela Revista Brasileira de Geografia, e reeditado junto a outros trabalhos do

autor pelo IBGE. Para completar esta relação, cito enfaticamente a monumental *thèse d'État* de Roche. Seu capítulo sobre a *encajamento* dos imigrantes poderia, inclusive, ser estudado à luz do “modelo” de explicação histórica proposto por Brasil Pinheiro Machado.

*Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*, Vls. 1(1913), 2(1913), 3(1913), 44(1915). São Paulo: Cardozo & Comp.,

\_\_\_\_\_, Vls. 4(1894), 7(1894), 12(1895), 26(1898). São Paulo: Typ. Cia. Industrial de São Paulo,

\_\_\_\_\_, Vls. 6(1902), 15(1904). São Paulo: Escola Typographica Salesiana,

\_\_\_\_\_, Vls. 8(1895), 20(1896). São Paulo: Typografia Aurora,

\_\_\_\_\_, Vl. 21(1897). São Paulo: Typografia da Casa Eclética,

\_\_\_\_\_, Vls. 29-30(1899), 36(1902), 39(1902). São Paulo: Diário Oficial,

\_\_\_\_\_, Vls. 31-5(1901), 37-38(1902), 41(1902). São Paulo: Andrade & Mello,

\_\_\_\_\_, Vls. 45-6(1924). São Paulo: Duprat & Cia., 1924,

\_\_\_\_\_, Vls. 47(1929), 52(1930). São Paulo: Casa Vanorden,

\_\_\_\_\_, Vls. 48-50(1929), 51(1930). São Paulo: Irradios Ferraz,

\_\_\_\_\_, Vls. 53(1931), 54(1932). São Paulo: Imprensa Oficial,

\_\_\_\_\_, Vl. 58(1937). São Paulo: Inst. Hist. e Geográfico de S. Paulo,

\_\_\_\_\_, Vl. 70(1946). São Paulo: Globo,

\_\_\_\_\_, Vls. 72-3(1952). São Paulo: João Bentivegna,

\_\_\_\_\_, Vls. 74-79(1954), 80(1955), 81-83(1956), 84-86(1961), 87-88(1963), 93(1980). São Paulo:

Dep. Arquivo do Estado,

[Obs. Volumes sem possibilidades de referência (ausência folha de rosto): 5, 9, 18, 40, e 43 (s/d)]

Finalmente, estes comentários completam-se com uma referência especial. Trata-se de duas coleções de fontes, bastante utilizadas para quem pesquisa a História do Paraná. A primeira série a ser salientada refere-se aos sinteticamente denominados **Documentos Interessantes** que nos concernem, principalmente para o período anterior a 1853, quando a região que se denominaria um dia “Paraná” fazia parte de São Paulo.\* A listagem ao lado pretende ser exaustiva, e nem toda ela foi aproveitada diretamente. Entretanto, toda a coleção publicada destes documentos, constantes do acervo da Biblioteca do Setor de Educação e do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da UFPR, foi especialmente pesquisada e “fichada” para a confecção deste livro.

- \*Recentemente a Universidade Federal do Paraná recebeu como doação onze CDs intitulados “Documentos manuscritos avulsos da Capitania de São Paulo”, microfilmados no Arquivo Ultramarino em Portugal e cobrindo o período 1644 a 1830. Tal coleção, de interesse para a história regional do Paraná anterior a 1853 está sob a guarda do Departamento de História da Instituição.

RELATÓRIO. Zacarias de Góes e Vasconcellos. Curitiba: Typ. de Candido Martins Lopes, 1854.

RELATÓRIO. Francisco Liberato de Mattos. Curitiba: Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes, 1859.

RELATÓRIO. Luiz Francisco da Camara Leal. Curitiba: Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes, 1859.

RELATÓRIO. José Francisco Cardoso. Curitiba: Typ. de Candido Martins Lopes, 1860.

RELATÓRIO. José Francisco Cardoso. Curitiba: Typografia do Correio Official, 1861.

RELATÓRIO. Antonio Barbosa Gomes Nogueira. Curitiba: Typographia do Correio Official, 1861.

RELATÓRIO. Antonio Barbosa Gomes Nogueira. Curitiba: Typographia do Correio Official, 1862.

RELATÓRIO. Antonio Barbosa Gomes Nogueira. Curitiba: Typographia de Candido Martins Lopes, 1863.

RELATÓRIO. Sebastião Gonçalves da Silva. Curitiba: Typographia de Candido Martins Lopes, 1864.

RELATÓRIO. José Joaquim do Carmo. Curitiba: Typographia de Candido Martins Lopes, 1864.

RELATÓRIO. Manoel Alves de Araújo. Curitiba: Typographia de Candido Martins Lopes, 1865.

RELATÓRIO. André Augusto de Padua Fleury. Curitiba: Typographia de Candido Martins Lopes, 1865.

RELATÓRIO. André Augusto de Padua Fleury. Curitiba: Typographia de Candido Martins Lopes, 1866.

RELATÓRIO. Polidoro Cezar Burlamaque. Curitiba: Typographia de Candido Martins Lopes, 1867.

RELATÓRIO. Carlos Augusto Ferraz de Abreu. Curitiba: Typographia de C. Martins Lopes, 1867.

RELATÓRIO. José Feliciano Horta de Araújo. Curitiba: Typografia de C. Martins Lopes, 1868.

RELATÓRIO. Carlos Augusto Ferraz de Abreu. Curitiba: Typografia de Candido Martins Lopes, 1869.

RELATÓRIO. Antonio Augusto da Fonseca. Curitiba: Typographia de Candido Martins Lopes, 1869.

RELATÓRIO. Agostinho Ermelino de Leão. Curitiba, Typographia de Candido Martins Lopes, 1870.

RELATÓRIO. Antonio Luiz Affonso de Carvalho. Curitiba: Typographia de Candido Martins Lopes, 1870.

RELATÓRIO. Agostinho Ermelino de Leão. Curitiba: Typographia de Candido Martins Lopes, 1871.

RELATÓRIO. Venancio José de Oliveira Lisboa. Curitiba: Typographia da Viuva & Filhos de C.M.Lopes, 1872.

RELATÓRIO. Venancio José de Oliveira Lisboa. Curitiba: Typographia da Viuva Lopes, 1873.

RELATÓRIO. Manoel Antonio Guimarães. Curitiba: Typographia da Viuva Lopes, 1873.

RELATÓRIO. Frederico José Cardoso de Araújo Abranches. Curitiba: Typographia da Viuva Lopes, 1875.

RELATÓRIO. Adolpho Lamenha Lins. (Curitiba: Typ. da Viuva Lopes, 1876.

RELATÓRIO. Adolpho Lamenha Lins. Typ. Da Viuva Lopes, 1877.

RELATÓRIO. Jesuino Marcondes de Oliveira e Sá. Typ. Da Viuva Lopes, 1878.



RELATÓRIO. Rodrigo Octavio de Oliveira Menezes. Typographia Perseverança, 1879.

RELATÓRIO. Manuel Pinto de Souza Dantas Filho. Curityba: Typographia Perseverança, 1879.

RELATÓRIO. Manuel Pinto de Souza Dantas Filho. Curityba: Typographia Perseverança, 1880.

RELATÓRIO. João José Pedrosa. Curityba: Typographia Perseverança, 1881.

RELATÓRIO. Carlos Augusto de Carvalho. Curityba: Typ. Perseverança, 1882.

RELATÓRIO. Antonio Alves de Araújo. Curityba: Typ. Perseverança, 1883.

RELATÓRIO. Carlos Augusto de Carvalho. Curityba: Typ. Perseverança, 1884.

RELATÓRIO. Joaquim d'Almeida Faria Sobrinho.

- A segunda série de documentos refere-se ao agregado de *Relatórios dos Presidentes de Província do Paraná* – incluem-se no rol Vice-Presidentes –, formalmente elaborados por ocasião da transmissão do cargo e ou como discurso à Assembléia Legislativa, quando da abertura das legislaturas. Foram publicados e o Departamento de História da UFPR guarda os exemplares referenciados ao lado (o ano da impressão corresponde ao ano em que o documento foi produzido). Geralmente, incluem documentos diversos em anexo – inclusive relatórios de secretários e outros.
- Para completar, indico os trabalhos abaixo que constituem parte da memória dos Cursos de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná, a maioria inédito. Salvo um ou outro título “extraviado”, podem ser encontrados no acervo da Biblioteca do Setor de Educação e Ciências Humanas, Letras e Artes, da mencionada Universidade. Relacionam-se diretamente ao tema tratado neste livro:

ANDRADE, João Corrêa de. *A colônia Esperança: o japonês na frente pioneira paranaense*. Curitiba/Universidade Federal do Paraná (Dissertação de Mestrado):1975.

ANDREAZZA, Maria Luiza. *Paraná das décadas: estudo de um grupo de imigrantes italianos*. Curitiba/Universidade Federal do Paraná (Tese de Doutorado):1996.

BONI, Maria Ignês Mancini de. *A população da Vila de Curitiba segundo as listas nominativas de habitantes. 1765-1785*. Curitiba/Universidade Federal do Paraná (Dissertação de Mestrado):1974.

BREPOHIL, Marionilde Dias. *Arrendatários e arrendatários no contexto da soja – região de Cascavel, Paraná; 1960-1980*. Curitiba/Universidade Federal do Paraná (Dissertação de Mestrado):1982.

BURMESTER, Ana Maria de Oliveira. *A população de Curitiba no século XVIII (1751-1800), segundo os registros paroquiais*. Curitiba/Universidade Federal do Paraná (Dissertação de Mestrado):1974.

COLNAGHI, Maria Cristina. *Colonos e poder – a luta pela terra no Sudoeste do Paraná*. Curitiba/Universidade Federal do Paraná (Dissertação de Mestrado):1884.

GONÇALVES, José Henrique Rolfo. *História regional & ideologias: em torno de algumas coreografias políticas do norte paranaense*. Curitiba/Universidade Federal do Paraná (Dissertação de Mestrado):1995.

KUBO, Elvira Mari. *Aspectos demográficos de Curitiba. 1801-1850*. Curitiba/Universidade Federal do Paraná (Dissertação de Mestrado):1975.

LAZIER, Hermógenes. *A estrutura agrária no sudoeste do Paraná*. Curitiba/Universidade Federal do Paraná (Dissertação de Mestrado):1984.

MEQUELUSSE, Jair. *A população de Paranaguá no final do século XVIII*. Curitiba/Universidade Federal do Paraná (Dissertação de Mestrado):1975.

MIRANDA, Beatriz Teixeira de Melo. *Aspectos demográficos de uma cidade paranaense no século XIX. Curitiba, 1851-1880*. Curitiba/Universidade Federal do Paraná (Dissertação de Mestrado):1978.

MOREIRA, Cláudia Regina Baulat Silveira. *Paróquia Sul de Curitiba, sua gente, sua identidade. Descendentes de alemães, lusos e imigrantes*. Curitiba/Universidade Federal do Paraná (Dissertação de Mestrado):2000.

MUSSALAN, René. *Norte Pioneiro do Paraná: formação e crescimento através dos censos*. Curitiba/Universidade Federal do Paraná (Dissertação de Mestrado):1975.

NADALIN, Sergio Odilon. A origem dos noivos nos registros de casamento da Comunidade Evangélica Luterana de Curitiba; 1870-1969. Curitiba/Universidade Federal do Paraná (Dissertação de Mestrado):1975.

PERARO, Maria Aderir. Estudo do povoamento, renascimento e composição da população de Norte do Paraná de 1940 a 1970. Curitiba/Universidade Federal do Paraná (Dissertação de Mestrado):1979.

PINTO, Elisabeth Alves. A população de Ponta Grossa a partir do registro civil, 1889-1920. Curitiba/Universidade Federal do Paraná (Dissertação de Mestrado):1880.

SBRAVATTI, Miriam. São José dos Pinhais, 1776-1852. Uma paróquia paranaense em estudo. Curitiba/Universidade Federal do Paraná (Dissertação de Mestrado):1980.

SCHAAF, Mariza Bodant. A população da vila de Curitiba segundo as listas nominativas de habitantes, 1786-1799. Curitiba/Universidade Federal do Paraná (Dissertação de Mestrado):1974.

VALLE, Marília Souza do. Movimento populacional da Lapa; 1769-1818. Curitiba/Universidade Federal do Paraná (Dissertação de Mestrado):1976.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

As seguintes obras, capítulos de livros, artigos de periódicos e jornais, mapas, documentos, e outros, foram referenciados no primeiro volume deste livro:

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *No labirinto das colônias*: Folha de São Paulo, Mais!, 17.05.98, p. 7-8.

ANDREAZZA, Maria Luíza & NADALIN, Sergio Odilon. *O cenário da colonização no Brasil Meridional e a família migrante*. *Revista Brasileira de Estudos de População*, 11(1):61-87, jan./jun. 1994.

\_\_\_\_ & \_\_\_\_\_. *Imigrantes no Brasil*: colonos e povoadores. Curitiba: Nova Didática, 2000.

ATLAS histórico escolar. (Rio de Janeiro) Ministério da Educação e Cultura/Depto. Nacional de Educação/Campanha Nacional de Material de Ensino, (1960).

BALHANA, Alivia Platti. Política migratória do Paraná. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, (separata), 12, maio/junho 1969.

\_\_\_\_, MACHADO, Beasil Pinheiro & WESTPHALEN, Cecília Maria. *História do Paraná* (v.I). Curitiba: Graphipar, 1969.

BEAUJEU-GARNIER, Jacqueline. Movimento de populações. In: *Geografia de população*. São Paulo: Ed. Nacional/Ed. da USP, 1971. Pp. 197-323.

BERNARDES, Nilo. Expansão do povoamento no Estado do Paraná. *Revista Brasileira de Geografia*, 2(2):53-77, abril-junho, 1952.

BLOCH, Marc. *Introdução à história*. [Lisboa]: Europa-América, 1965.

BURMESTER, Ara Maria de Oliveira. Disciplinarização e trabalho Curitiba, fins do século XVIII, inícios do século XIX. *História: Questões & Debates*, 8(14/15), jun-dez. 1987. Pp. 117-127.

CARDOSO, Jayme Antonio & WESTPHALEN, Cecília Maria (col.). *Atlas Histórico do Paraná*. Curitiba: Ind. Gráf. Projeto, 1981.

ESPINHEIRA, Ariosto. *Viagem através do Brasil: Paraná* (4ª ed.). São Paulo: Edições Melhoramentos, (s/d).

FERRO, Marc. *A história vigiada*. São Paulo: M. Fontes, 1989.

FOLHA DE SÃO PAULO. Quem tem medo de rodapé? 49 / 26.07.1997.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil* (23ª ed.). São Paulo: Editora Nacional, 1989.

HOBBSBAWM, Eric. *La era de la revolución, 1789-1848*. Buenos Aires: Crítica, 1998.

\_\_\_\_\_. *La era del imperio, 1848-1875*. Buenos Aires: Crítica, 1998.

\_\_\_\_\_. *La era del imperio, 1875-1914*. Buenos Aires: Crítica, 1998.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil* (4ª ed.). Brasília: Editora da UNB, 1963.

\_\_\_\_\_. *Caminhos e fronteiras* (2ª ed.). Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.

LANDO, Aklaír M.; BARROS, Elaine C. Capitalismo e colonização: os alemães no Rio Grande do Sul IN : LÂNDIO et al. *RS: Imigração & Colonização*. Porto Alegre : Mercado Aberto, 1980. Pp. ...

MACHADO, Brasil Pinheiro. Problemática da sociedade colonial brasileira. *História: Questões & Debates*, 6(10):03-23, jun 1985.

\_\_\_\_\_. Esboço de uma sinopse da história regional do Paraná. *História: Questões & Debates*, 8(14/15):177-205, jul-dez.1987.

MAGALHÃES, Marisa Valle. *O Paraná e as migrações 1940-1991*. Belo Horizonte/UFMG: CEDEPLAR (Dissertação de Mestrado), 1996.

MAACK, Reinhard. *Geografia física do Estado do Paraná* Rio de Janeiro: J. Olympio; Curitiba: Secretaria de Cultura e do Esporte do Governo do Estado do Paraná, 1981.

MARTINS, Romário. *História do Paraná* (3 ed). Curitiba: Editora Guairá, s/d.  
\_\_\_\_\_. **Quantos somos e quem somos** dados para a história e a estatística do povoamento do Paraná. Curitiba: Empresa Gráfica Paranaense, 1941.

MARTINS, Wilson. *Um Brasil diferente* (Ensaio sobre fenômenos de aculturação no Paraná). São Paulo: Anhembi, 1955.

MARTIUS, Carlos Frederico. Como se deve escrever a história do Brasil. *Revista do IHGB*, v.1, n.10, p.149-157, 1841.

MOTIN, Benilde Maria Lertz. *Estrutura fundiária do Paraná tradicional* Castro, 1850-1900. Curitiba/Universidade Federal do Paraná (Dissertação de Mestrado):1987.

MOTTA, Alves Sobrinho. *A civilização do café* (1820-1920). [s/local]:Brasiliense, [s/d].

MOVIMENTO da população. Imigração e Emigração. 1954. Ministério de Trabalho, Indústria e Comércio. Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho (do Conselho Nacional de Estatística – IB.G.E.). Rio de Janeiro: IBGE, 1954. 47 p.

NADALIN, Sérgio O. *A demografia numa perspectiva histórica* Belo Horizonte: ABEP, 1994.

NEIVA, Arthur Hehl & CARNEIRO, J. Fernando. Movimento Imigratório no Brasil de 1819 a 1947. In: Carneiro, J. Fernando. *Imigração e colonização no Brasil* Rio de Janeiro: Faculdade Nacional de Filosofia, 1950:60-1.

OLIVEIRA VIANNA, *Populações meridionais do Brasil história, organização, paisagem*. Populações rurais do centro-sul (vol.I). Belo Horizonte: Itatiaia, 1987. Rio de Janeiro: Editora da UFF, 1987.

PADIS, Pedro Calil. *Formação de uma economia periférica o caso do Paraná*. São Paulo / Curitiba: Hucitec / Secretaria da Cultura e do Esporte do Governo do Estado do Paraná: 1981.

PETRONI, Pasquale. Povoamento e colonização. In: AZEVEDO, Aroldo de (org). *Brasil, a terra e o homem* (v. II – A vida humana). São Paulo: Cia. Editora Nacional/Editora da USP, 1970. Pp. 127-158.

PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1961.

\_\_\_\_\_. Evolução política do Brasil e outros estudos. São Paulo: Brasiliense, 1961<sup>a</sup>.

\_\_\_\_\_. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1973.

RIBEIRO, João. *História do Brasil* (5 ed.). Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1914.

ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969 (2 vols.).

RODRIGUES, Luiz Melo. As etnias brasileiras. In: AZEVEDO, Aroldo de (org). *Brasil, a terra e o homem* (vl. II – A vida humana). São Paulo: Cia. Editora Nacional/Editora da USP, 1970. Pp. 159-207.

RPPPR – RELATÓRIOS de Presidentes de Província do Paraná. 1854. 1855. 1860. 1872.1875.

SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos. *História da alimentação no Paraná*. Curitiba: Prefeitura Municipal de Curitiba, 1995 (Coleção "Farol do Saber").

SANTOS, Nestor Victor dos. *A terra do futuro* (impressões do Paraná). Zed. Curitiba: Prefeitura Municipal de Curitiba, 1996 (Coleção "Farol do Saber").

SCHNEIDER, Jürgen. Emigração alemã para o Brasil – 1815/1870. In: III Colóquio de Estudos Teuto-Brasileiros. Porto Alegre: Editora da URGs, 1980. Pp. 77-106.

SÉDILLLOT, René. *Historia de las colonizaciones*. Barcelona: Aymá, 1961.

SILVA, Raul de Andrade e. A evolução econômica. In: AZEVEDO, Aroldo de (org). *Brasil, a terra e o homem* (vl. II – A vida humana). São Paulo: Cia. Editora Nacional/Editora da USP, 1970. Pp. 367-439.

SOUZA, Newton Studler de. *O anarquismo da Colônia Cecília*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

TOMAZI, Nelson Dacio. *Norte do Paraná: história e fantasmagorias*. Curitiba/Universidade Federal do Paraná (Tese de Doutorado): 1997.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. *Paraná, sudoeste: ocupação e colonização*. Curitiba: Litero-Técnica, 1985.

WACHTEL, Nathan. A aculturação. In: LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre. *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1988. Pp. 113-29.

WAIBEL, Leo. Capítulos de geografia tropical e do Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 1979.